



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Economia

Gestão do The Resort Group preocupa pensionistas britânicos

Págs. 2 a 5 in ETC



Presidenciais

JMN não acompanha Janira na campanha para as legislativas

Pág. 2

Diplomacia

Portugal negou passaporte diplomático a DePaço, Cabo Verde entregou de bandeja

Pág. 10

Diáspora

Mónica Sofia lança projecto para reabilitar 100 casas de famílias desfavorecidas

Págs. 8 e 9 in ETC

Futebol

Jogadoras criticam desigualdade de tratamento para o Futebol feminino

Pág. 19

Legislativas 2021

PAICV Barlavento Centralismo fala mais alto

Págs. 6 e 7

MpD

Paulo Veiga é cabeça de lista por São Vicente

Págs. 4 e 5

Barragens



Pág. 23

PUB

SOFTWARE PARA USO DIGITAL DOS DOCUMENTOS ELETRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DE CABO VERDE

Agora já é possível fazer o Uso Digital do seu Cartão Nacional de Identificação.

INSTALE E USE O SOFTWARE DO CNI.



Saiba como em: www.sniac.cv



Presidenciais

JMN não acompanha Janira na campanha para as legislativas

José Maria Neves garantiu ao A NAÇÃO que, em virtude da sua provável candidatura ao Palácio do Platô, em Outubro, não vai participar nas acções de terreno de Janira Hopffer Almada durante a campanha para as legislativas de 18 de Abril. A decisão surge na linha daquilo que deve ser o “caminho político” de um futuro Presidente da República.

Gisela Coelho



O anúncio oficial da candidatura de José Maria Neves ao Palácio do Platô será feito antes das eleições legislativas, precisamente para não fazer depender a sua candidatura presidencial dos resultados da disputa de 18 de Abril.

“Pessoalmente na linha daquilo que eu tenho defendido, uma candidatura presidencial deve ‘descontaminar-se’ da excessiva partidarização existente na sociedade cabo-verdiana”, disse ao A NAÇÃO, a propósito do lançamento do seu livro, Em tempos de pandemia, ontem, na cidade da Praia (ver ETC).

Uma outra razão aponta-se por JMN reside no facto de não se encontrar na chamada

política partidária, que tem como as principais forças opostas o PAICV, liderado actualmente por Janira Hopffer Almada, e o MpD, comandado por Ulisses Correia e Silva.

“Não estando na na política partidária activa, não me vou envolver nas campanhas para as legislativas. Quando muito, terei o meu papel cívico, contribuindo para o debate político, ou para o esclarecimento da situação que vamos viver. Mas eu não me vou envolver directamente nas disputas político-partidárias para evitar precisamente essa contaminação e transformar as eleições de Outubro numa reedição das eleições de Abril”.

Até porque, como explica, é preciso desmistificar e esclare-

cer que há um grande “equívoco” na sociedade em relação às candidaturas presidenciais.

“Algumas pessoas dizem ‘a minha candidatura é independente, da sociedade civil...’ Ora, todas as candidaturas presidenciais são da sociedade civil, não são dos partidos, embora possam ser apoiadas pelos partidos políticos. É preciso portanto fazer essa pedagogia na sociedade cabo-verdiana”, defende.

Candidatura certa

Neste momento, JMN assume que a sua candidatura à Presidência da República é “quase certa”: “A única questão é o momento em que farei a minha declaração a dizer ‘sou candidato, por estas e por

estas razões”.

Questionado se “Em tempos de pandemia”, com crónicas variadas sobre a reflexão política é um prelúdio da sua candidatura, JMN responde que o livro vem na sequência de todo o seu percurso político.

“O percurso de um político não é chegar à Presidência, é continuar a caminhar sempre. Não parar. Não sei se algum dia eu pararei. Se você tiver a ideia da política enquanto espaço de serviço público, você pode servir sem ser Presidente. O livro é um exemplo disso”.

Mas, questionado se ao ser PR não estará mais bem posicionado e munido de instrumentos institucionais e

legais para defender a forma de fazer política, que defende em prol das pessoas, JMN admite sim.

“O Presidente da República é um pouco árbitro, um pouco aquele que vai liderar todos os conflitos existentes no campo político. Ele precisa ter experiência de jogador e de treinador para poder ser bom árbitro. Eu acho que no meu percurso político tenho uma grande experiência de jogador. Mas também tenho uma grande experiência como treinador e nos últimos anos adquiri também uma grande experiência de espectador, como o livro demonstra. Por tudo isso, acho que tenho experiência suficiente para ser um bom árbitro”, conclui. 🗣️

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | Nº 701 | 04 de Fevereiro de 2021 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo (Maio) | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:**

Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Crislene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy

Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

SEMPRE QUE FOR ABASTECER LEVE-AS CONSIGO



Complete a Caderneta SHELL CLIENTE FIEL
e **ganhe vales** de oferta em combustível

Cada **2000\$00** em combustível ou lubrificante **Shell** vale um carimbo e assinatura.
Cada caderneta é composta por 3 quadros que representam 3 prémios.
Complete cada quadro com os 10 carimbos e assinaturas e receba o seu prémio.





MpD/Legislativas 2021

Paulo Veiga é cabeça de lista por São Vicente

Paulo Veiga será o cabeça de lista do MpD para São Vicente, enquanto Luís Filipe Tavares é dado como fora das opções para Santiago Sul, onde Abraão Vicente estará de “pedra e cal”. Porém, tudo aponta para a ausência de problemas de maior na composição das diversas listas do partido ventoinha para as eleições legislativas de 18 de Abril.

Daniel Almeida

O MpD vem gerindo o processo de feitura das listas para as eleições legislativas de 18 de Abril com a máxima prudência. O objectivo é evitar descontentamentos por parte dos eventuais excluídos desse embate eleitoral.

Contudo, conforme as nossas fontes, a cúpula do partido deverá dar início ao processo de socialização das listas, a partir do dia 11 deste mês.

“Ulisses quer atrasar esse processo o máximo possível, porque, quanto mais tarde fizer a divulgação das listas, menos stress

haverá”. Isto, tendo em conta que alguns deputados ficarão de fora das listas.

Mas, pelos poucos dados que têm escapado, surgem informações que apontam para a colocação do ministro da Economia Marítima, Paulo Veiga, como cabeça de lista para São Vicente.

A deputada Mircea Delgado será a número dois para esse círculo eleitoral, enquanto João Gomes e Celeste Fonseca aparecem no terceiro e quarto lugares, respetivamente.

Além de Paulo Veiga, fala-se também em Paulo Rocha, minis-

tro da Administração Interna, para cabeça de lista. Porém, de acordo com uma fonte bem posicionada, é Veiga o candidato do MpD por São Vicente, ilha onde reside desde que foi chamado para o Governo.

Por saber também é o lugar que a actual presidente do partido na ilha, Maria José Trigueiros, deverá ocupar na lista.

Por outro lado, as nossas fontes coincidem no facto de Rui Figueiredo Soares não constar da próxima lista. Pela idade e pelas funções que já exerceu, tanto ao nível do Governo, como do Parlamento, considera-se que é tempo de dar lugar aos mais novos.

Salvo pela Lei da Paridade

Conforme um dos nossos interlocutores, a “composição”

para Santiago Sul não será assim tão stressante como se previa, por causa da Lei da Paridade. É que pelo menos seis deputados efetivos desta IX legislatura ficarão de fora por razões várias.

À partida, excluído está o vice-presidente do MpD e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro de Defesa, Luís Filipe Tavares, que saiu bastante abalado com o escândalo que envolveu a nomeação de Caesar DePasso para o cargo de cônsul honorário de Cabo Verde na Flórida.

O ministro Alexandre Monteiro, amigo de infância de Ulisses Correia e Silva, é outro que vai dar lugar aos mais novos. José Filomeno Monteiro e José Luís Livramento, que são

embaixadores em Bruxelas e Washington, respetivamente, por razões óbvias, não entram também nas contas como candidatos a deputados às eleições de Abril.

O mesmo se pode dizer em relação a Miguel Monteiro e Carlos Monteiro. Como A ANAÇÃO noticiou na edição 698, de 14 de Janeiro, os dois vão ser nomeados para presidir a Bolsa de Valores e o Parque Tecnológico, respetivamente.

Mas um dado é certo: UCS será o cabeça de lista em Santiago Sul e Filomena Gonçalves a número dois. Fernando Elísio Freire, como primeiro vice-presidente do MpD, tem o terceiro lugar cativo, enquanto Olavo Correia aparecerá no quinto lugar, cedendo o quarto

posto para uma mulher, tendo em conta a Lei da Paridade.


Abraão Vicente e Alberto (Beta) Melo

O sétimo lugar na lista de Santiago Sul será disputado entre Abraão Vicente e Alberto Melo (Beta), que assumiu recentemente o cargo de presidente da Comissão Política Concelhia do MpD, na cidade da Praia. Mas, segundo o nosso interlocutor, dos dois, o ministro da Cultura e das Indústrias Criativas é o que está melhor posicionado, tendo em conta o facto de, nas sondagens, ser o membro do Governo com melhor avaliação.

Em Santiago Norte tudo indica que o vice-presidente da Assembleia Nacional, Austeli-

no Correia manter-se-á como cabeça-de-lista, o mesmo deverá acontecer em relação à vice-presidente do partido, Janine Lélis, na ilha do Sal. Do mesmo modo, o presidente da Assembleia Nacional, Jorge Santos, manter-se-á como cabeça de lista em Santo Antão.

Joana Rosa, líder do Grupo Parlamentar do MpD, será, naturalmente a cabeça de lista no Maio e o mesmo se pode dizer em relação a Nelson Brito e David Gomes em São Nicolau e na Brava, respetivamente.

Não se sabe, no entanto, se o MpD irá apostar em José Luís Santos e Jorge Nogueira, para a Boa Vista e Fogo, repectivamente, depois de terem sido derrotados nas últimas eleições autárquicas. 

PUB

Aproveite as tarifas sociais* e faça a sua viagem de sonho!

Consulte as tarifas e condições na sua agência de viagens habitual ou através do callcenter (238) 436 00 60 ou pelo email reservascv@ticv.cv

	Só Ida	Ida e Volta
Boa Vista - Praia	4.800 esc.	9.600 esc.
Praia - Maio	1.800 esc.	3.600 esc.
Praia - Fogo	4.000 esc.	8.000 esc.
Praia - Sal	5.100 esc.	10.200 esc.
Praia - São Nicolau	4.900 esc.	9.800 esc.
Praia - São Vicente	5.400 esc.	10.800 esc.

*Tarifas disponíveis para estudantes, terceira idade, família numerosa e desportistas
 ** A esse valor acrescem taxas

Tarifa Social
Praia - Maio
** 1.800
Escudos

Tarifa Social
Praia - Sal
** 5.100
Escudos

TICV TRANSPORTES
INTERILHAS
DE CABO VERDE

PAICV Santo Antão e São Vicente

Centralismo fala mais alto



Janira Hopffer Almada

Membros da Comissão Política Regional (CPR) do PAICV em Santo Antão e em São Vicente não gostaram nada de ver a direcção nacional do partido mudar, por completo, as listas que propuseram para concorrer às legislativas. Queixam-se de um certo centralismo no qual a palavra dos órgãos regionais parece contar pouco.

João Almeida Medina

Em Santo Antão, a antiga autarca e actual cabeça de lista, Rosa Rocha, ocupava o sétimo lugar dos 14 nomes que a CPR aprovou, no passado dia 9 de Janeiro, por 12 votos a favor, um contra e uma abstenção, conforme a deliberação número 1/2021 daquele órgão a que o A NAÇÃO teve acesso.

A indicada para encabeçar a lista era Elisa Pinheiro, antiga primeira secretária do PAICV no Porto Novo, sendo o segundo nome o actual deputado Odailson Bandeira, a re-

presentar o concelho da Ribeira Grande. Saturnino Baptista, natural do Paul e presidente da CPR em Santo Antão, ocuparia a terceira posição.

Só que, além de Rosa Rocha passar a ser o primeiro nome

da lista por indicação e preferência da presidente do PAICV, Janira Hopffer Almada, houve outras mudanças significativas. Ao que tudo indica, em vez de Odailson Bandeira, quem vai representar Ribeira

Grande nos lugares elegíveis é o professor liceal Albertino Mota. Alcides da Luz deve aparecer como o terceiro nome a representar Paul.

A clivagem é de tal ordem que Albertino Mota nem es-

tava nos 10 primeiros nomes da proposta da CPR, na qual a primeira secretária do PAICV na Ribeira Grande, Maria Teresa da Cruz, apresentava-se como a quarta preferida.

Alcides da Luz nem sequer constava da lista proposta.

Reclamações e amuos

Conhecida a indicação da presidente do partido muita gente chiou, outras ameaçaram abandonar os lugares nos órgãos regionais do PAICV

Bronca em São Vicente

Há desavenças também em São Vicente. Na lista que o órgão político regional enviou ao PAICV nacional, Alcides Graça propunha-se a encabeçar a lista do partido na ilha onde é dirigente máximo há alguns anos.

Mas, a direcção nacional não só decidiu colocar Josina Freitas como cabeça de lista, como também atirar Graça para quinto nome da composição. Um lugar praticamente inelegível, tendo em conta os últimos resultados eleitorais em São Vicente.

Alguns dirigentes locais e nacionais falam mesmo numa clara penalização e humilhação a Alcides Graça, na medida em que até uma dirigente da juventude do partido, Luana Jardim, foi colocada à frente dele na lista.

Seja como for, um membro do Conselho Nacional do PAICV entende que não há nenhuma penalização a ninguém. Houve, assevera, “apenas” a tro-

ca da ordem dos nomes sugeridos.

Curiosamente, nessa troca só Alcides Graça mudou de lugar nos cinco primeiros nomes inicialmente propostos. O deputado João do Carmo manteve-se como o segundo nome da lista, Josina Freitas passa do terceiro para o primeiro, Nelson Lopes, que se candidatou como independente nas últimas autárquicas, aparece agora como o número 3 e Luana Jardim, na quarta colocação.

Alcides Graça fica assim em maus lençóis e há quem ache que ele deveria demitir-se ou rejeitar o lugar.

A forma como a cúpula tambarina, na capital, está a gerir o dossiê das listas para as legislativas é vista como o desenho de um certo centralismo. Por isso há quem questione por que razão perder tempo com propostas quando, na Praia, no fim, o que impera é a vontade da presidente do PAICV. JAM



Alcides Graça



Josina Freitas

e houve até quem sugerisse uma demissão em bloco.

No entanto, logo houve quem tivesse entrado em campo para tentar amenizar a bronca até porque os actuais dirigentes locais não estão com muito moral para contrariar as decisões de JHA, diante dos maus resultados eleitorais conseguidos nas últimas autárquicas em Santo Antão.


De resto, logo após as autárquicas, os dirigentes nacio-

nais recomendaram os órgãos regionais e locais em Santo Antão a redinamizarem o partido na medida em que o PAICV teve um desempenho muito aquém do esperado nas municipais. Só o Conselho de Sector do Porto Novo mudou de rosto. Saiu Elisa Pinheiro e entrou Jairson Tavares.

Este último, um dos que estão no terreno a deitar a água na fervura, com o propósito de evitar mais desgastes quando

as legislativas se aproximam e não há tempo a perder.

Em conversa rápida com A NAÇÃO, Tavares disse que é hora de trabalhar e não de discutir nomes, pois nenhum militante deve sobrepor-se ao PAICV.

“A decisão está tomada. Agora não adianta mais nada a não ser trabalhar para alcançar os nossos objectivos”, expressa o primeiro secretário do Conselho de Sector no Porto Novo. 

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidadela - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

CV Telecom

Hopffer Almada acusado de favorecer Portugal Telecom



David Hopffer Almada



Carlos Monteiro

A acusação feita por Carlos Monteiro sobre um alegado conflito de interesses e tráfico de influências entre David Hopffer Almada e a PT surgiu na sequência de uma intervenção da líder do PAICV, no Parlamento, na primeira sessão do mês de Dezembro de 2020. Janira Hopffer Almada (JHA), querendo mostrar que não tem nada contra a empresa cabo-verdiana de telecomunicações, afirmou que o pai “é o maior accionista privado da CVT”.

Em resposta, Carlos Monteiro disse logo que “isto já sabíamos” e instou JHA a explicar como é que o pai – David Hopffer Almada – conseguiu dinheiro para ser o maior accionista privado da CVT. “Isto é que o povo quer saber”, insistiu.

Perante o silêncio da líder do PAICV, o deputado do MpD voltou a insistir: “Eu ouvi dizer que não é só o pai e sei, também, que

O advogado David Hopffer Almada (DHA) foi acusado, pelo deputado Carlos Monteiro, do MpD, de falta de ética e de favorecer a Portugal Telecom (PT), enquanto esta exercia o controlo de gestão da Cabo Verde Telecom (CVT), em 1996. O visado, que diz ter prestado todos os esclarecimentos sobre este caso, afirma que se o deputado insistir nessas denúncias será obrigado a avançar com uma queixa junto dos tribunais.

Daniel Almeida

a própria deputada JHA é também accionista da CVT. Não sei por que é que omitiu essa parte”.

A denúncia de Carlos Monteiro ganhou, entretanto, novos contornos quando, nesta última sessão plenária de Janeiro (portanto na semana passada), esse deputado retomou o assunto, trazendo que podem indiciar um alegado caso de tráfico de influências, envolvendo DHA.

O deputado do MpD, que é quadro da Cabo Verde Telecom, começou por lembrar que a lei de privatização, dos anos 90,

permitia a alienação para capital estrangeiro dessa empresa até 40% e que os investidores estrangeiros (Portugal Telecom) para terem controlo a mais cotas de acções e “fintar” a lei cabo-verdiana “usaram nacionais para financiar e adquirir e controlar mais acções”.

As acções dos nacionais, conforme o deputado, foram adquiridas através do Banco Espírito Santo (BES), em Portugal, hoje, “banco de má reputação com os escândalos que arrebataram depois” e “DHA conseguiu fi-

nanciamento para aquisição de 10.000 acções”.

Consoante Carlos Monteiro, os dividendos deviam ser pagos directamente no BES para liquidar a dívida, tendo como avalista a PT, um outro accionista interessado no controlo da CVT.

“No contrato de empréstimo, havia cláusulas de que DHA teria que estar alinhado com a PT na assembleia de accionista, posicionando, caso necessário, contra o Estado de Cabo Verde”, afirmou.

De 2001 a 2016, conforme a mesma fonte, a CVT distribuiu 21

milhões de contos em dividendos e “DHA, que tem 10.000 acções, recebeu 210 mil contos em 15 anos, o que equivale a 14 mil contos por ano, isto sem falar de outras alcavalas que ganhou enquanto advogado da PT”.

Hopffer Almada desmente acusação

David Hopffer Almada reagiu de imediato numa publicação na sua página na rede social Facebook, desmentindo as acusações de Carlos Monteiro, publicando, ao mesmo tempo, as cláusulas do contrato entre ele e a CVT.

Por se sentir “publicamente injuriado” com a informação de que “a minha alta participação no capital social da CVTELECOM ficou a dever-se ao compromisso que teria assumido com a Empresa Portuguesa ‘Portugal Telecom’, de estar sempre a seu favor em todas as situações”, DHA diz

Caso Europa Park

MP acusa Gualberto do Rosário de burla qualificada

O antigo primeiro-ministro, Gualberto do Rosário, é acusado de burla qualificada na sequência de uma queixa crime interposta pela empresa Armando Cunha, que o acusa de burla qualificada. Em causa está a venda de um terreno, em Santa Maria, por 330 milhões de escudos.

O despacho de 5 de Janeiro, último, do Ministério Público (MP), que A NAÇÃO teve acesso, diz que o arguido “lograva embolsar em proveito próprio e ilegítimamente, o valor referido, causando ao ofendido um prejuízo em valor correspondente”. O MP considera ainda que, neste caso, Gualberto do Rosário “agiu de forma livre, deliberada e consciente”.

Conforme a notícia avançada em primeira-mão pelo A NAÇÃO, na sua edição nº 578, de 27 de Setembro de 2018, o caso remonta a 2007, quando Armando Cunha adquiriu uma participação de 40 por cento (%) da empresa Europa Park, detida, então, maioritariamente por Gualberto do Rosário, por três milhões de euros (330 milhões de escudos).

A Europa Park detinha apenas um bem, no caso, um terreno de 10 hectares, em Santa Maria, na ilha do Sal. Segundo uma fonte ligada ao processo, no acto da transação, Rosário declarou que o terreno, pertença da Europa Park, estava livre de “ónus e encargos”.

“Mas cinco ou seis anos mais tarde veio-se a verificar que o terreno estava afinal hipotecado e, neste momento, é pertença do Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN)”, relatava o nosso interlocutor.

Este afirma que a empresa Armando Cunha corre o risco de ficar sem os três milhões de euros e sem o terreno. É que, de acordo com essa fonte, só em 2013 é que a empresa ficou a saber através de anúncios nos jornais, que o BCN tinha executado a hipoteca sobre o terreno que ela, Armando Cunha, julgava ser seu por compra junto do antigo primeiro-ministro e presidente da Câmara do Turismo de Cabo Verde.

Segundo a mesma fonte, “esgotadas” as negociações para reaver os três milhões de euros e “depois de ser permanentemente ludibriada por Gualberto

do Rosário”, a Armando Cunha decidiu, em Novembro de 2016, avançar com um processo crime, por burla qualificada, junto do Tribunal do Sal. E três meses depois, em Fevereiro de 2017, o visado estava constituído arguido.

Em declarações prestadas ao “Mindelinsite”, Gualberto do Rosário diz que se trata de uma queixa sem fundamento, provas, documentos ou outros, e que nunca foi ouvido. E insurge-se, indignado, contra o facto de a decisão do MP ter vazado nas redes sociais, criticando assim o funcionamento da justiça em Cabo Verde.

E continua: “O processo, pelo que sei, sequer foi apreciado. Há sim uma acusação do MP, sem que eu tivesse sido ouvido, sem testemunha ou documentos de prova. Esta é a justiça que temos em Cabo Verde”, lamenta GR, referindo que o seu advogado já pediu uma ACP, com a devida fundamentação.

“Agora dou 100% razão ao Dr. Amadeu Oliveira na sua luta por justiça em Cabo Verde. Este é um processo sem péssimo nem cabeça”, garantiu.

DA


sentir-se no dever de, “em defesa da verdade e do meu bom nome” de “desmentir, expressa e categoricamente, tal informação prestada ao público”.

Contudo, este esclarecimento acompanhado do suposto contrato entre DHA e a CVT não convenceu Carlos Monteiro que diz tratar-se de um “embuste”.

“Neste suposto esclarecimento trata-se da explicação de uma relação laboral, choruda sim, mas obviamente, não da minha conta ou preocupação. Sobre o que eu disse no Parlamento e do banco BES, nem uma vírgula de desmentido. Os cabo-verdianos continuam à espera...”

Confrontado pelo A NAÇÃO sobre o contra-ataque de Carlos Monteiro, David Hopffer Almada limitou-se a dizer que já prestou os esclarecimentos que o caso impõe e que se o deputado insistir nas denúncias será obrigado a avançar com uma queixa junto dos tribunais.

De recordar que a Cabo Verde Telecom foi privatizada em Dezembro de 1995, com a entrada de Portugal Telecom nessa empresa cabo-verdiana, em condições bastamente denunciadas como sendo intransparentes e lesivas aos interesses do Estado e dos consumidores cabo-verdianos.

Além de um contrato leonino de assistência técnica que praticamente colocou a CVT nas mãos da PT, durante vários anos essa empresa actuou em contexto de monopólio, fazendo com que os custos de telefone e internet fossem os mais caros de África. Apenas em 2007, no governo de José Maria Neves e do PAICV, com a entrada da Unitel-TMais no mercado, é que a situação viria a melhorar a favor dos consumidores. Por fim, em 2015, o contrato de assistência técnica entre a CVT e a PT seria finalmente rompido. 



Portugal negou passaporte diplomático a DePaço, Cabo Verde entregou de bandeja



DIPLOMACIA

DePaço queria, a todo o custo, ter um passaporte diplomático por causa de uma batalha legal na justiça norte-americana. Esse privilégio foi-lhe negado durante os seis anos em que foi cônsul honorário na Flórida. Mas em Cabo Verde, onde foi recebido com honras de chefe de Estado, não foi preciso insistir: o documento foi-lhe entregue de bandeja.

Daniel Almeida

Caesar DePaço, cidadão português que estava para ser cônsul honorário de Cabo Verde em Palm Coast, Flórida, queria deste arquipélago apenas o passaporte diplomático. Isto tendo em conta que esse privilégio lhe tinha sido negado, reiteradas vezes, pelo Estado português, entre 2014 e 2020, período em que exerceu as funções de cônsul honorário de Portugal em Palm Coast.

De acordo com a revista Sábado, da semana passada, de Paço dirigiu-se várias vezes à sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, no sentido de convencer o governo do seu país a conceder-lhe passaporte diplomático, um privilégio que é reservado a um conjunto de titulares de cargos políticos, diplomatas e entidades que se encontrem em missão no estrangeiro, mas que também pode ser concedido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros em situações de “inte-

resse público”.

Caesar DePaço insistiu, reiteradamente, na busca desse privilégio para o qual “não estava habilitado”, segundo explicou à Sábado uma fonte oficial da Secretaria de Estado das Comunidades de Portugal.

“Você precisa servir o Estado português, não o contrário”, terá dito numa ocasião o antigo secretário de Estado das Comunidades, José Luís Carneiro, do Partido Socialista.

Batalha legal na justiça norte-americana

À Sábado, DePaço não explicou por que motivo pretendia

ter um passaporte diplomático – que terá obtido no ano passado quando se tornou cônsul de Cabo Verde na Flórida, de acordo com dois ex-funcionários do empresário.

Contudo, conforme a mesma publicação, uma batalha legal na justiça norte-americana pode dar uma pista para essa insistência: em Janeiro de 2014, o serviço de Alfândegas e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos revogou a filiação de Caesar DePaço no programa Global Entry Trusted Traveler, que lhe dava passagem na segurança de aeroporto e alfândega, por “não cumprir os critérios de eleição”. Ou seja, tinha que ser revistado cada

vez que regressasse ao país.

Conforme o referido periódico, diante disso, quaisquer que fossem os motivos, a desconfiança em relação ao cônsul honorário foi crescendo no MNE de Portugal.

Desconfianças no MNE de Portugal

“Ele exorbitava constantemente as suas funções. Parecia que vinha a Portugal em funções bilaterais: ia a encontros de negócios ou com a liderança do CDS e parecia que ia numa missão diplomática. Havia a sensação de que usava o cargo para se alavancar”.

Segundo a mesma revista, nos seis anos em que ocupou o cargo de cônsul de Portugal em Palm Coast, DePaço gastou milhões de euros em festas luxuosas, em que invariavelmente estiveram presentes deputados e políticos portugueses.

Também apoiou o Movimento Zero em Portugal e o Blue Lives Matter nos EUA (este último em oposição ao Black Lives Matter, que defende o fim da violência policial excessiva contra afro-americanos).

Consta ainda que financiou o CDS após encontro com Paulo Portas e Assunção Cristas, conseguindo colocar a mulher nas listas para as legislativas de 2019.

Mais recentemente DePaço tornou-se num dos principais financiadores do Chega, tendo como sócio e braço-direito José Loureiro, o actual e polémico líder distrital do Porto do partido liderado por André Ventura. Na reportagem da SIC, ele é visto a fazer a saudação nazi, como costuma ser hábito também de Ventura.

Contudo, DePaço teve vida curta como cônsul honorário de Cabo Verde. O escândalo despoletado na Imprensa portuguesa e transferida para este arquipélago obrigou o Governo a exonerá-lo dessas funções e arrastou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Filipe Tavares, que, também, foi demitido do cargo.

Apesar de ter sido apontado como um “criminoso” e patrocinador do Chega, Luís Filipe Tavares afirmou, na altura, que a nomeação de Caesar DePaço foi um processo “absolutamente normal”, tendo realçado que até ser provado o contrário, o mesmo continuava a ser uma “pessoa de bem” para o executivo de Cabo Verde.



TELECOMUNICAÇÕES

18 anos a crescer com Cabo Verde

18 anos

- Maior empresa especializada no ramo das Telecomunicações, em Cabo Verde
- Posição privilegiada no mercado nacional
- Peça fundamental no desenvolvimento do mercado das Telecomunicações do país
- Contínua aposta nos recursos humanos, formando profissionais nas áreas das telecomunicações
- Desenvolvendo uma forte vertente social, apoiando escolas, famílias e instituições
- Distinguindo-se pela simplicidade e qualidade nos serviços prestados



MARCAS REPRESENTADAS PELA TEI EM CABO VERDE



Centrais PABX



UPS



Centrais PABX

Emigrante no Luxemburgo, cientista sócio-política, com mestrado em Direitos Humanos e Acção Humanitária

Neia Fernandes aconselha cabo-verdianos a serem “actores pró-activos das suas vidas”

Os seis anos passados em Cabo Verde, após a obtenção do mestrado, repartidos entre a Delegação da UE e a LuxDev, serviram de “enriquecimento” a Neia Fernandes, nos domínios profissional e familiar. “Aprendi a conhecer a área da Cooperação Internacional, tive oportunidade de conhecer melhor as diferentes ilhas e alguns países da CEDEAO (Comissão Económica dos Estados da África Ocidental)”, revela, remarcando que, foi, também, na altura em que se casou e teve uma filha.

Aliás, o nascimento da filha “foi determinante” para o seu regresso, “pelo menos, durante alguns anos, à Europa”, de modo a que “ela tenha oportunidade de crescer num meio, onde possa descobrir novas culturas e diferentes línguas”.

Nestes dois anos de vivência e convivência no Luxemburgo, a interlocutora do A NAÇÃO teve a oportunidade de conviver com cabo-verdianos de várias faixas etárias, com diferentes níveis de integração e de qualificação.

“A minha apreciação pode parecer bastante subjectiva, mas posso testemunhar que existe aqui, uma comunidade bastante heterogénea de cabo-verdianos”, analisa, destacando, pelo menos, umas “seis categorias” de patrícios vivendo no Grão-Ducado do Luxemburgo.

Perfis de conterrâneos

Para Neia Fernandes, a escolha da Imigração foi, para os antepassados, “a manifestação de grandes sacrifícios e dores”, momentos durante os quais



DIÁSPORA

Com oito anos de vida seguiu para a França, onde fez os seus vários níveis de estudos, vindo a trabalhar, após mestrado, na Cidade da Praia – a Capital de Cabo Verde -, na Delegação da União Europeia (UE), e, depois, na Cooperação Luxemburguesa (LuxDev). Neia Fernandes reside, presentemente, em Luxemburgo, na companhia do marido e da filha e desafia os cabo-verdianos a serem “actores pró-activos das suas vidas, procurando, dia após-dia, soluções para melhorarem as suas condições de vida e das suas famílias”.

Alexandre Semedo

eles manifestaram uma grande determinação para conseguir emprego e condições de sustentar a família.

“Os perfis dos cabo-verdianos que chegam, hoje, ao Luxemburgo, são muito mais diversificados do que o das gerações anteriores, embora, ainda existam, casos de jovens e adultos com formação e diplomas, que aceitam iniciar os seus percursos profissionais com trabalhos mais acessí-

veis, mas, socialmente, menos valorizados. Eles ambicionam criar as condições para, o mais depressa possível, adquirirem novas formações e experiências que lhes permitam realizar os seus projectos de carreira”, sustenta, remarcando que, a Pandemia de COVID-19 revelou ao Mundo, que estas funções, geralmente, menos valorizadas, são essenciais para o bom funcionamento de qualquer Economia.

Obstáculos

Enquanto “cidadã do Mundo e defensora de valores humanistas e universais”, Neia avalia que as pessoas de origem cabo-verdiana, no Luxemburgo, ainda deparam com muitos obstáculos.

“O Grão-Ducado é um Território muito selectivo, com áreas e sectores reservados para perfis pré-identificados. Para uma melhor integração/ inserção da comunidade cabo-

-verdiana na Sociedade luxemburguesa, seria necessário que nós, os cabo-verdianos, sejamos ainda mais ousados, que não fiquemos apenas no seio da nossa comunidade, mas, que nos aproximemos, cada vez mais, das outras populações que vivem no Luxemburgo”, sugere.

Ainda ela, existe, também, um trabalho a ser feito “pelos representantes do Povo”, em Cabo Verde e/ou a nível internacional, em ordem a que os conterrâneos sejam vistos como pessoas trabalhadoras e dedicadas a servir os outros, mas, também, “de grandes ambições, com percursos multi-culturais, que contribuíram e contribuem, significativamente, em sectores-chaves como a Medicina, Ciência, das Tecnologias, Pesquisa e Desenvolvimento, entre vários outros, nos países de acolhimento.

Para a entrevistada do A NAÇÃO, os cabo-verdianos são atraídos, “não só pela qualidade de vida que o Grão-Ducado proporciona, mas, também, pelo multi-culturalismo” desse País europeu, que permite inter-agir, facilmente, em diversas línguas.

“Luxemburgo, situa-se no coração da Europa, com três fronteiras (França, Bélgica, Alemanha); a duas horas de voo de Lisboa (Portugal); e a menos de uma hora de voo dos Países Baixos, etc”, destaca, realçando que, a par disso, ele facilita, também, a transição de um País para o outro.

Impactos de COVID-19

A Pandemia da COVID-19 afecta os cabo-verdianos, no mesmo grau que as diversas populações que compõem a so-

Admiradora e cultora de produtos naturais

Neia Isoleica Fernandes Monteiro, 31 anos, é natural de Chão de Lagoa dos Engenhos, no Concelho de Santa Catarina (no interior de Santiago), em Cabo Verde.

Estudou em França desde os seus oito anos de vida. Concluída a licenciatura em Ciências Sociais e Políticas e mestrado em Direitos Humanos Acção Humanitária, na “Sciences Po Paris” (Instituto de Estudos Políticos), vem trabalhar em Cabo Verde, na Delegação da União Eu-

ropeia (na Cidade da Praia), como gestora de Programas e, depois, na Agência de Cooperação Luxemburguesa (LuxDev), também, como gestora de Programas, e número dois, a nível da Representação da LuxDev.

Nos seus seis anos em Cabo Verde, lança, em parceria como o marido, a “Nils Morabeza, Lda”.

“Nils...” (Natural, Inovador, Lindo e Saudável) Morabeza foi um espaço de venda de produtos naturais, produzidos pelas associações de agri-

cultores de Cabo Verde (em particular a PARES - Cooperativa de Produtores Associados em Rede de Economia Solidária, baseada em Santo Antão), assim como de artigos de São Tomé e Príncipe.

Trabalha, desde Outubro de 2018, como consultora e Gestora de Projectos da Sustain.

Neia é, também, co-criadora da Plataforma “Easi2Impact”, virada para as diásporas africanas.

AS



cidade luxemburguesa.

“Não consigo dizer quais são os seus impactos, especificamente, nos conterrâneos. Houve tentativas da Embaixada de Cabo Verde no Luxemburgo, para se reunir com representantes de associações cabo-verdianas, de forma a poder melhor avaliar os efeitos da Pandemia, mas, infelizmente, por causa do reforço das restrições sanitárias, o encontro não aconteceu”, relata.

Atendendo a que o Luxemburgo não divulga os dados estatísticos, por grupos étnicos, fica complicado obter dados oficiais do impacto da COVID-19, num grupo específico, quais sejam, cabo-verdianos ou outros.

Porém, os dados gerais apontavam para mais de 48 mil contaminações pelo vírus, entre Março 2020 a 17 de Janeiro de 2021 numa população de, aproximadamente, 628 mil habitantes, com um registo de 549 óbitos.

Neia encoraja as pessoas a não se conformarem com as suas actuais situações.

“Devem ser actores pró-activos das suas vidas, procurando, dia-após-dia, soluções para melhorarem as suas condições de vida e das suas famílias”, desafia, remarcando que, durante esse período pandémico, “deviam e devem reforçar as suas redes de contactos profissionais, fazer novas formações em áreas específicas e deixar espaços para nova aprendizagem com os filhos e netos”.

No entendimento de Neia, para que “um País como Cabo Verde resista, com dinâmicas de crescimento e de Desenvolvimento Sustentável”, a uma Pandemia como a COVID-19”, é necessário que haja “compromissos firmes e ponderados dos decisores políticos”, designadamente: criação e dinamização de lobbies económicos, a favor da mobilização de competências dos cabo-verdianos - residentes e nas diásporas -, mas também, “a criação de condições de acolhimento, transporte e estadia que permitam uma melhor mobilização dessas pessoas”.

Acções no Arquipélago

Presentemente, a nível profissional, Neia é consultora e gestora de projectos, numa Empresa Privada, em Luxemburgo - a Sustain -, que actua, principalmente, em Cabo Verde e em outros Países da África Ocidental.

“A Sustain é uma Empresa de Consultoria em áreas diversas, ligadas às problemáticas do Desenvolvimento Sustentável. Presta serviço tanto a actores privados como públicos, na formulação de soluções que respondam às preocupações contemporâneas, relativas à Transição Energética, às Mudanças Climáticas, com integração das Tecnologias de Informação e Comunicação, numa lógica de optimização de recursos”, explica.

No Arquipélago, a Sustain

trabalha, com a LuxDev, desde 2015, como consultor para o Sector da Formação Profissional, elaborando, entre outros, Plano de Negócios do Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial de Cabo Verde (CERMI).

Afora isso, está a desenvolver, também, projectos, em colaboração com o Grupo Loid Engenharia e a Fundação Smart City Cabo Verde, visando desenvolver soluções-piloto no uso da Inteligência Artificial e da “Internet of things”.

“Algumas experiências-piloto estão, também, em curso de desenvolvimento, em parceria com a AdS (Empresa Águas de Santiago), a ELECTRA (Produção e distribuição de Água e Energia), a ARME (Agência Reguladora Multi-Sectorial da Economia), entre outras entidades cabo-verdianas e internacionais”, revela, realçando que a expectativa é que todos esses projectos, juntamente com os programas implementados pelo Governo e pela Cooperação Internacional, “contribuam para a transformação do Arquipélago, numa Plataforma Tecnológica de circulação de dados e outros recursos, facilitando o desenvolvimento económico e a integração da nossa pequena Nação nas dinâmicas mundiais”.

De olho nas diásporas...

A nível pessoal/empresarial, Neia Fernandes é co-fundadora, juntamente com Erce-

lino Fernandes e Béatriz “Béa” Monteiro (nascida e residente em Suíça), da Plataforma “Easi2Impact”.

“A ‘Easi2Impact’ é uma estrutura em desenvolvimento, que visa proporcionar às diásporas africanas, em particular, à cabo-verdiana, soluções que facilitem as suas ligações com o Continente”, explica.

Pensado, inicialmente, como um plataforma de apoio ao regresso de emigrantes ao berço - prossegue Neia -, os resultados do Estudo de Mercado mostram que essas pessoas, sobretudo os adultos em fase de ascensão profissional e pessoal, não têm, propriamente, um Projeto de Regresso Definitivo para o País de origem.

“Preferem, antes, cultivar um estilo de vida que lhes permita ter mobilidade, flexibilidade e, sobretudo, uma melhor harmonização entre as suas responsabilidades, os seus sonhos e os objectivos traçados, não só no País de acolhimento, mas, também, no País do coração”, ressalta, notando que a “Easi2Impact” está a trabalhar na concepção de soluções concretas, que permitam, por exemplo, a um cabo-verdiano no Luxemburgo, investir em Cabo Verde, seguir de perto o desenvolvimento desse investimento, rentabilizar e influenciar os impactos que essa iniciativa terá na sua família e na comunidade.

Para mais pormenores, fica o email de contacto: easi2impact@gmail.com.

Compromisso

Para Neia Fernandes, não se põe a questão de um seu regresso definitivo às Ilhas, mas sim, em como dar continuidade ao compromisso dela com Cabo Verde, onde quer que resida.

“Tenho um grande afecto e amor pelo meu País de origem, e, sempre vou criar condições para estar o mais próximo possível dele. A minha ambição é cultivar essa figura do cidadão do Planeta Terra, enraizada nas culturas crioula e africana. Quero poder usufruir da mobilidade internacional, levando, para onde for, a riqueza da minha História, do legado transmitido pelos meus pais e avós”, evidencia, ressaltando, todavia, de que dispõe de “projectos de regresso a Cabo Verde, mesmo que seja por mais alguns anos”.

Vivendo numa época de “muitas oportunidades, embora os desafios sejam aparentemente grandes”, Neia ressalta que, com dedicação, “djuntamó”, tolerância e amor ao próximo, consegue-se tirar melhor proveito das dificuldades que se encontram na caminhada.

“Apelo aos cabo-verdianos no Arquipélago a juntarem-se à Diáspora para que, juntos, construamos a Nação Global, ultrapassando barreiras ligadas a conflitos partidários e/ou familiares, superando rótulos criados por outros, lutando para transmitir às futuras gerações valores e histórias, demonstrando a força da nossa Crioulidade”, conclui Neia Fernandes.



Covid-19

Tendência crescente de casos reacende alerta na Praia



Já em São Vicente, Jorge Barreto fala numa possível estabilização, mas igualmente cedo para fazer juízos concretos, pois, como diz, se as pessoas não colaborarem a situação pode alterar-se.

De um total de 508 casos, entre 4 e 17 de Janeiro, os números na ilha diminuíram para 397, entre 18 e 31 do mesmo mês. Um quadro animador, mas que continua a merecer a atenção das autoridades e sobretudo os cuidados da população.

Na ilha do Maio, agora com apenas três casos activos, a situação parece controlada, segundo reportou Jorge Barreto, esta segunda-feira.

Taxa de letalidade em 0,95%

A taxa de letalidade por covid-19 em Cabo Verde está fi-

A Cidade da Praia pode estar perante uma nova vaga de casos da covid-19. O número de novos registos diários demonstra tendência crescente nos últimos dias, estando já o concelho com 276 infecções activas. Para o director nacional da Saúde, Jorge Noel Barreto, ainda é muito cedo para se falar em estabilização da doença no município.

Natalina Andrade

xada em 0,95%. A maioria dos óbitos ocorreram em pessoas com idade superior aos 60 anos e com outros problemas de saúde.

Somente durante o mês de Janeiro 21 pessoas morreram, mesmo número registado em Setembro de 2020. Para o DNS, estes dados são a repercussão do elevado número de casos diagnosticados em Janeiro, o que acabou por aumentar o risco de casos graves e consequentemente de óbi-

tos.

Nas semanas entre 18 e 31 de Janeiro foram analisadas um total de 10.675 amostras, o que resultou em 1005 novos casos, com uma média de 72 por dia e taxa de positividade de 9%.

No período anterior, de 4 a 17 de Janeiro, o número de amostras processadas foi de 10.497, resultando em 1117 novas infecções e uma taxa de positividade de 11%.

Taxa de incidência superior a 150 por 100 mil habitantes em sete concelhos

Até o momento, informou o DNS, sete concelhos permanecem com taxa superior a 150 por 100 mil habitantes. São eles Praia (201/100 mil), São Vicente (463/100 mil), Tarrafal de São Nicolau (328/100 mil), São Salvador do Mundo (198/100 mil), Ribeira Grande de Santiago (175/100 mil), Maio (336/100

mil) e Mosteiros (293/100 mil).

Outros nove concelhos registam taxa de incidência entre 25 e 150 por 100 mil habitantes: Tarrafal de Santiago (144/100 mil), Santa Cruz (50/100 mil), Santa Catarina de Santiago (84/100 mil), Ribeira Grande de Santo Antão (132/100 mil), Porto Novo (60/100 mil), São Miguel (95/100 mil), São Lourenço dos Órgãos (73/100 mil), São Filipe (69/100 mil) e Santa Catarina no Fogo (135/100 mil).

Por outro lado, seis concelhos registam taxa de incidência inferior a 25 por cada 100 mil habitantes: Boa Vista (5/100 mil), São Domingos (14/100 mil), Sal (9/100 mil), Paul (19/100 mil), Ribeira Brava de São Nicolau e Brava (0/100 mil).

Esta terça-feira, o país registou 54 novos casos positivos, em São Vicente. O município tem agora 245 infecções activas, abaixo da Praia, com 276. Na totalidade, o país tem 678 casos activos e um acúmulo de 14.152 casos registados. Já morreram 137 pessoas.

Este domingo, 31 de Janeiro, o Presidente da República sinalizou que os dados apontam para o reforço da atenção e da vigilância no combate à pandemia, sobretudo em momentos “tendencialmente propícios” à aglomeração de pessoas, como é o carnaval e as campanhas eleitorais que se aproximam. “Não devemos facilitar vias e processos de propagação da doença”, apelou Jorge Carlos Fonseca.

No que toca ao carnaval, várias entidades colectivas e individuais pedem que não seja decretada tolerância de ponto, incluindo no dia das cinzas. Entre eles estão o próprio delegado de Saúde de São Vicente e o Observatório da Cidadania Activa de Cabo Verde.

Dia Nacional do Pescador

O Dia Nacional do Pescador é celebrado todos os anos no dia 5 de fevereiro e, nos últimos anos tem ganho mais destaque e a importância merecida.

Este ano, decidiu-se comemorar esta efeméride durante todo o mês de fevereiro, pois hoje, mais do que nunca, é preciso valorizar o papel do pescador e perceber o quão importante é o setor das pescas para o desenvolvimento do país, principalmente no contexto desta pandemia que pôs em causa a segurança alimentar de muitas famílias.

Visando esta valorização, o Ministério da Economia Marítima, através de uma boa sinergia com os Municípios, criou e implementou políticas e programas com o objetivo de apoiar os pescadores e peixeiras das comunidades piscatórias no relançamento da pesca artesanal e semi-industrial, contribuindo assim, para melhoria das condições no exercício das suas atividades.

Foram assinados contratos programas com os diferentes municípios de Cabo Verde onde as verbas foram utilizadas nas mais diversas áreas do setor pesqueiro, com foco no apoio às comunidades.

Incentivos à esta atividade económica estão sendo aplicadas, tais como, alívio nos pagamentos de taxas e/ou emolumentos, a flexibilidade na implementação dos regulamentos e outros mecanismos de controlo, as moratórias na suspensão dos períodos de repouso biológico, a ajuda na reparação das embarcações de pescas, para a almejada modernização das embarcações de pesca, sejam artesanais, sejam semi-industriais, o apoio na aquisição de motores fora-de-borda garantindo maior conforto e segurança,

Estes incentivos, vêm resgatando a atividade pesqueira artesanal, equilibrando esta atividade, dando as mesmas oportunidades a todos os pescadores de chegarem aos bancos de pesca menos pressionados e consequentemente com mais recursos. Os investimentos que estão a ser efetuados na construção de casas de pescadores, alpendres de pesca, centros de distribuições de pesca, unidades de tratamentos e conservação do pescado, são importantes investimentos que visam garantir a salubridade do pescado, como também, sítios aprazíveis onde os pescadores se encontram para o desanuviamento da pesada e ariscada profissão.

O Governo adotou ainda como incentivos medidas de isenção no que tange:



Ao pagamento das taxas de licenças de pesca embarcações semi-industrial durante 2020/21

Isenção de pagamento de taxas de licenças de pesca artesanal

Adequação das taxas de exportação por forma a melhorar a competitividade das empresas

Isenção dos Períodos de defesos para a cavala e chicharro (2020)

Isentar os pescadores, peixeiras e tratadores de peixe, do pagamento da taxa de acesso ao cais de pesca da Praia, a partir de janeiro de 2021.

O objetivo é apoiar os vários intervenientes do setor pesqueiro no aumento das suas receitas, tendo em conta a situação atual devido a pandemia.

As políticas e medidas de modernização do setor das Pescas, preveem ainda, um conjunto de alternativas eletrónicas associado ao processo de pagamento de taxas e/ou emolumentos exigidos pela lei do licenciamento. Como por exemplo, A plataforma das Pescas, um sistema integrado de gestão pesqueira, que já está finalizada e em fase de teste, pronto para iniciar ainda este mês. Esta plataforma será fundamental para a desmaterialização do licenciamento, a obtenção de estatísticas pesqueiras, a observação da atividade, acesso em tempo real e online em todos os cantos e recantos do nosso arquipélago, para a fiscalização da atividade pesqueira assim como a fiscalização sanitária.

Associado a isso, será introduzido o cartão do pescador, que irá facilitar a vida dos pescadores em diferentes aspetos. No que se refere ao aumento da segurança no mar, está na agenda do Ministério da Economia Marítima, o Kit do pescador que será distribuído a todos pescadores de Cabo Verde que se encontram licenciados.

Ainda, com o objetivo de tomar medidas efetivas para melhorar as condições do setor das pes-

cas, procedeu-se à modernização da legislação pesqueira com a publicação da nova lei de base de pesca (Regime Geral de Gestão e de Ordenamento das Atividades de Pesca nas Águas Marítimas Nacionais e no Alto Mar decreto legislativo nº 2/2020 de 19 março e Plano Executivo Anual de Gestão dos Recursos da Pesca, resolução nº93/2020, onde foi feita a atualização do plano de gestão geral das pescas e o plano anual de gestão, a).

Nos últimos anos, são notórios os esforços de investimentos no setor da pesca. Entretanto, não obstante os investimentos feitos terem trazido grandes progressos, em relação à comercialização do pescado e à valorização dos produtos, carecem ainda de melhorias que também estão sendo colmatadas através de um amplo programa de formação em todo o setor.

O Ministério da Economia Marítima, aproveita esta data, para render homenagem aos pescadores, peixeiras, tratadores de peixe e armadores, que não obstante as condições de trabalho, estão todos os dias na sua faina, contribuindo para o desenvolvimento do setor das pescas e para a economia do país. A eles, todo o reconhecimento e reforço do desejo que continuem a beneficiar ainda mais das mudanças e melhorias que vêm sendo realizadas.

O Dia Nacional do Pescador, é um dia de reflexão, e será também celebrado em todas as comunidades piscatórias de todas as ilhas de Cabo Verde com várias atividades e momentos de lazer. Serão organizados palestras e encontros com as comunidades piscatórias, e várias outras ações, nomeadamente corrida de botes, natação e entrega de embarcações e outros materiais de pesca.

A semelhança dos anos anteriores, está previsto um calendário de atividades que passa por todas as comunidades piscatórias de todas as ilhas de Cabo Verde.

Jovens instrutores físicos ajudam famílias vulneráveis em São Vicente

A ideia surgiu de forma isolada, com o objectivo de ajudar a família de um colega que passava por sérias dificuldades. No seio dos grupos de treino em Chã de Alecrim, Ribeirinha, Monte Sossego e São Pedro, os jovens lançaram um apelo para a doação de géneros alimentícios e produtos de higiene para a família.

“Trata-se de um colega de escola de uma das nossas instrutoras, que está a passar por várias dificuldades financeiras, não só ele, mas a família, de forma geral. Tomando conhecimento deste caso decidimos pedir apoio dentro da família PAEF”, explica A NAÇÃO o instrutor Valdemar Soares.

Contudo, com a boa aceitação e colaboração dos alunos, o PAEF decidiu então que era a hora certa para lançar as bases de um projecto de cunho social e criar uma rede de apoio para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

“Porque não aproveitar da iniciativa e ajudar outras pessoas carenciadas, especialmente neste momento em que muitas pessoas acabaram por ficar desempregadas e famílias perderam a sua fonte de renda”, explicou.

As famílias a serem beneficiadas estão a ser identificadas com a ajuda de centros sociais das respectivas comunidades, a quem cabe o papel de assinalar os casos de maior necessidade. Nesta primeira fase, os recolhidos serão destinados a pelo menos 20 agregados.

“Em princípio estamos a começar nas zonas onde estão os nossos grupos de trei-



PAEF, Prescrição de Actividade e Exercício Físico, é um grupo constituído por quatro jovens formados em Educação Física e que tem vindo a treinar pessoas em várias localidades da ilha de São Vicente. Durante o mês de Janeiro, os seus membros decidiram que podem ser mais do que um colectivo de treino e lançaram uma campanha de angariação de bens alimentícios para apoiar famílias vulneráveis.

Natalina Andrade

no, mas a ideia é estender projecto e tentar chegar a outras entidades e empresas que já estão habituadas a trabalhar com pessoas carenciadas e que possam se tornar parceiros”, adianta o jovem.

Da mesma forma, o grupo quer elevar o nível de apoio para lá das cestas básicas, com projectos de pintura de habitações, apoiar pessoas

idosas que vivem sozinhas e, aproveitando das suas especificações, incluir a actividade física, especialmente na terceira idade.

Por agora Valdemar Soares mostra-se satisfeito com a colaboração dos membros do grupo que, segundo diz, foram bastante generosos. “Desde géneros alimentícios a produtos de higiene, e mesmo má-

caras e desinfectantes”, especificou.

O PAEF está presente em quatro localidades de São Vicente, com treinos calisténicos, ou seja, baseados no peso corporal. Antes da pandemia reuniram cerca de 170 pessoas. Com as restrições sanitárias e saída de pessoas de grupos de risco, o grupo trabalha actualmente com cerca

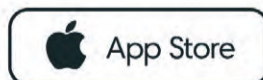
de 100 pessoas, distribuídas pelos pontos acima referenciados.

Os seus treinandos compreendem a faixa etária entre os 17 e os 50 e poucos anos. Apesar de alguma demanda de pessoas de terceira idade, o grupo não tem aceitado estes pedidos por tratarem-se de indivíduos pertencentes a um grupo de risco.



Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Afrobasket 2021

Seleção isolada em Mangui para evitar covid-19

Até ao dia 13 de Fevereiro, a seleção nacional de basquetebol cumpre na cidade de Mangui a segunda etapa do estágio antes de viajar para a Tunísia para a derradeira fase de qualificação para o Afrobasket. No Tarrafal, a equipa vai estar confinada de modo a evitar os riscos de contágio pela covid-19.

Esta medida, adoptada pela Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB), vem na sequência de surpresas registadas num passado recente. Em declarações à rádio pública, o capitão Fidel Mendonça aplaudiu a decisão, recordando que todo o cuidado é pouco para fazer frente à pandemia.

“Esta preparação no Tarrafal é fundamental na estratégia da federação, muito bem. Não só para preparar os jogadores, mas também para estarmos num grupo fechado durante estes dias todos por causa de contágio da covid-19. Neste momento estão a chegar mais jogadores de fora, são os quatro ou cinco que vêm de fora, que iremos ficar concentrados no estágio no Tarrafal durante duas semanas, para nos preparamos bem para esta ultima fase. É importante neste momento tendo em conta que o grande desafio que temos neste momento aqui é que possamos chegar lá saudáveis. Se tivermos algum jogador infectado, iremos ter muitos problemas quanto a ter a equipa completa”, disse o atleta.

Cuidados

Fidel Mendonça frisou que a equipa está consciente dos cuidados que deve ter e citou dois exemplos que podem servir para elevar o nível de alerta dos jogadores. Um desses exemplos diz respeito à seleção

A seleção nacional de basquetebol encontra-se, desde o início desta semana, isolada na cidade de Mangui, Tarrafal de Santiago, a preparar a sua participação na derradeira fase de qualificação para o Afrobasket 2021. A medida pretende minimizar os riscos de contágio pela covid-19, antes da viagem para a Tunísia no dia 14.

Jason Fortes

de andebol durante o Mundial e outro tem que ver com a própria equipa de basquetebol que num passado recente teve jogadores infectados.

“Mesmo por causa do que aconteceu com o andebol e por causa do que aconteceu conosco no Egipto. Eu e o Anderson ficamos retidos no quarto durante três dias sem sair porque teve um teste que tinha dado positivo mas depois veio a dar negativo”, recorda.

Surpresas no passado

Esta mesma posição é reforçada pelo seleccionador Emanuel Trovoada. Este, também em declarações à rádio pública, disse esperar poder ter 12 jogadores disponíveis para cada jogo na Tunísia, mas também diz-se consciente de que em tempos de pandemia ninguém está imune. “Prevenir é sempre o melhor, por isso é que estamos a fechar o grupo, vamos ter grandes cautelas durante a pró-

pria viagem, contactos de voos”, frisou.

Trovoada enalteceu o trabalho do staff médico da seleção nacional no actual contexto de pandemia. “Responsabilidade fantástica do nosso grupo médico, que, de duas em duas horas, três em três horas, têm o cuidado de mandar-nos lavar as mãos, mudar a máscara, têm feito um trabalho fantástico em relação a isso. E rezar porque desta vez deus é cabo-verdiano, está conosco e que a gente possa ter os 12 porque de facto numa competição a três jogos seguidos, faz uma diferença enorme”.

A primeira etapa da preparação da qualificação para o Afrobasket 2021 decorreu no Pavilhão Desportivo Vavá Duarte, na Praia. A segunda etapa decorre agora no Tarrafal de Santiago. A seleção parte no dia 14 para a Tunísia, onde defronta Marrocos, Egipto e Uganda nos dias 19, 20 e 21 de Fevereiro, respectivamente.

Cabo Verde está no terceiro lugar do grupo, com duas derrotas e uma vitória, ainda assim, mantém-se na zona de qualificação para o Afrobasket, e está, igualmente, entre as três seleções que mais marcaram nesta primeira fase da competição.



Jogadoras criticam desigualdade de tratamento para o Futebol feminino



No ano em que completa o segundo aniversário de criação da selecção, a falta de competição, a inexistência de infraestruturas e a falta de verbas são apontadas como os maiores problemas do Futebol Feminino em Cabo Verde. A seleccionadora nacional, Silvéria Nédio, critica o tanto de competições que há no masculino enquanto o feminino é “deixado de lado”. “Por exemplo, nos masculinos existem campeonatos, taças, super taças, inter-ilhas, entre outros, e no feminino temos apenas o campeonato regional e nacional”, conta ao A NAÇÃO.

Isto sem falar nos preconceitos em relação a uma modalidade tida como sendo masculina, por excelência. Sónia de Pina, que começou a jogar desde criança e aos 14 anos integrou a sua primeira equipa, desde cedo encontrou resistência dentro de casa.

“Sempre eu ouvia do meu pai a frase ‘pensas que és um rapaz?’. Eu saía para jogar escondida e quando voltava era só briga; felizmente, os meus irmãos me ajudavam e eu continuei a jogar futebol”.

Sónia actuou pelo CS Mindelense, actualmente joga apenas para se divertir e manter o corpo em forma, e pensa ser treinadora, um dia. “Eu tive o sonho de jogar profissionalmente mas o futebol feminino nunca foi levado a sério em Cabo Verde, é muito discriminado. A discriminação começa em pequenos detalhes; por exemplo, quando vamos jogar num campo, não temos um balneário para equiparmo-nos, somos obrigadas a equipar no campo ou ir equipadas de casa”.

Ruth Duarte, 26 anos, jogadora do CS Mindelense, tem

A falta de apoios e incentivos constituem os maiores entraves para a prática do Futebol Feminino no país. Descontentes, as atletas mostram-se, contudo, esperançosas numa melhoria do sector com I Congresso do Futebol Feminino, realizado na semana passada, na Praia.

Criselene Brito

uma história quase semelhante à de Sónia. Muito nova, já jogava na rua com os amigos. Hoje, carrega o sonho de uma carreira profissional. “Apesar dos vários constrangimentos, eu tenho fé em ir jogar numa equipa internacional”, revela. “Aqui, em Cabo Verde, é muito difícil”.

Ruth Duarte e Varsénia Da Luz são alguns dos nomes que conseguiram desenvolver o seu potencial e serem convocados para a seleção nacional.

Capitã da seleção nacional, lateral esquerdo, Varsénia entende que é preciso que se aposte mais nas mulheres para que estas atinjam o auge do futebol feminino.

“Nós, mulheres, não somos pagas para jogar num clube,

como acontece com o masculino. O futebol feminino não é valorizado como deve ser, mas de uns tempos a esta parte, começa a haver uma mudança, a nível dos prémios, tanto a nível de equipas como prémios individuais. Portanto, pouco a pouco, estamos a conquistar o nosso lugar e o congresso de futebol feminino, ora realizado, vai dar mais visibilidade a nossa luta”, acredita.

Primeiro passo para uma melhora

Diante do quadro existente, a Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF) começou, em 2021, por realizar o primeiro congresso sobre futebol feminino no país, sob o lema “Novo

rumo, novas oportunidades”.

O encontro reuniu, na cidade da Praia, durante os dias 30 e 31 de Janeiro, representantes de todas as regiões desportivas do país, bem como estruturas e técnicos ligados ao sector.

Foram apresentados, durante o conclave, o projecto de desenvolvimento do futebol feminino, bem como o plano estratégico, que vai abranger áreas de competições, marketing e promoção, desenvolvimento e impacto social e liderança.

A coordenadora do futebol feminino na FCF, Tatiana Carvalho, entende que a evolução da modalidade tem sido notória mas ainda há muito que melhorar. “Queremos criar competições nas escolas e universidades, porque o trabalho tem que

ser de base”.

Para o ministro do Desporto, Fernando Elísio Freire, “toda acção do governo tem sido no sentido de igualar as oportunidades na prática desportiva entre homens e mulheres”. Em Cabo Verde, como reconhece, a presença de mulheres no desporto ainda é reduzida, e por isso há que aumentar o nível de “participação das senhoras no futebol”.

A selecção feminina de futebol foi criada a 16 de Novembro de 2018 por exigência das jogadoras dos diferentes clubes no país. Com o congresso do passado fim de semana, atletas e dirigentes esperam que esse seja o pontapé de um novo e verdadeiro arranque dessa modalidade em Cabo Verde.



Sónia de Pina



Ruth Duarte



Varsénia Da Luz

SOCIEDADE

Santa Catarina

Condutores e proprietários satisfeitos com isenção da taxa alfandegária e impostos

A medida do Governo, que entrou em vigor no início Janeiro, visa atenuar os efeitos negativos no rendimento dos proprietários dos veículos de transporte colectivo de passageiros devido à covid-19.

O presidente da Associação dos Proprietários e Condutores de Santa Catarina, Domingos Varela, diz que a medida do Governo é louvável, uma vez que o ano 2020 foi muito duro para a classe afectada pela covid 19. “Durante o estado de emergência estivemos praticamente parados, a lotação dos veículos foi reduzida para a metade, e perdemos com isso os rendimentos que antes tínhamos”.

Varela acredita que a isenção do pagamento de em 2021 ajudará na reposição dos valores despendidos para manter a frota activa”. Mas pede, também, ao Governo para baixar a taxa de vistoria para viaturas que fazem inspecção duas vezes por ano.

Durante a conversa aberta com o Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, na cidade da Assomada, os proprietários pediram igualmente a redução de algumas taxas que ainda persistem, nomeadamente na obtenção e renovações dos alvarás, assim como a subvenção na compra dos combustíveis, melhorias das vias de circulação rodoviária. Também querem, neste caso da Câmara Municipal, o reforço da segurança no terminal rodoviário e uma melhor fiscalização e controlo para acabar



REGIÕES

Os condutores e proprietários de veículos de transporte colectivo de passageiros, no concelho de Santa Catarina, congratulam-se com a decisão do Governo em isentar a classe do pagamento da taxa de importação dos veículos para a renovação da frota, assim como dos impostos durante o ano 2021. Mas os proprietários pedem também a redução da taxa para os veículos que fazem inspecções duas vezes por ano, assim como subvenção na compra de combustíveis.

Silvino Monteiro

com a prática de apanha dos passageiros fora das paragens.

Governo aponta ganhos

Ao fazer uso da palavra, Ulisses Correia e Silva apontou algumas infraestruturas rodoviárias importantes que o governo está a construir na ilha de Santiago, particularmente as estradas asfaltadas de Cruz de Picos-Boa Entradinha-Chã Formoso-Gil Bispo, e a estrada

Chã de Tanque-Palha Carga-Entre-Entre Picos de Reda-Lagoa, ambas no concelho de Santa Catarina. “Essas obras vão permitir aos condutores fazer o transporte de pessoas e mercadorias com mais facilidade e segurança”.

No que tange ao alvará, UCS explicou a sua importância, uma vez que formalizada como empresa “os proprietários têm mais facilidade no acesso a crédito junto dos bancos, na isen-

ção das taxas para importação de veículos entre outras vantagens”. Ulisses esclareceu que o pedido e renovação do alvará neste momento são gratuitos.

Já em relação à subvenção para combustível a veículos de transporte público de passageiros, o chefe do governo diz que é impraticável, dado que os efeitos da covid-19 no rendimento são transversais a todos os sectores da actividade económica. “Não podemos, e não nem



Domingos Varela

devemos, abrir uma excepção apenas para os proprietários de veículos de transporte público de passageiros. Até porque a pandemia provocou perdas nas receitas em quase todos os sectores da economia. Inclusive o governo está a perder receitas com isenção de certas taxas por isso não terá condições para dar subvenções no contexto actual”, explica.

Por seu turno, a edil Jassira Monteiro prometeu reforçar a segurança no terminal rodoviário com a instalação de câmaras de segurança, e sombra, assim como a fiscalização nos pontos de controlo para evitar a apanha de passageiros fora das paragens. Jassira disse na ocasião que os condutores são peças-chaves na dinamização da economia local. Por isso como sempre vão merecer a devida atenção da edilidade.

A economia cabo-verdiana, a dívida pública e as ações dos governos: Descomplicar as variações cíclicas



Higinio Lopes

Uma economia como a nossa está sujeita a ciclos, com maior ou menor frequência, dependendo daquilo que ocorre no exterior e não, propriamente, apenas daquilo que acontece internamente.

Com alguma frequência e imprevisibilidade a nossa economia poderá passar por fases de elevado nível de emprego, produção e rendimento nacional, que poderá permanecer por curto ou médio prazo, e que a uma certa altura inverterá o sentido, passando a enfrentar períodos de fraca produção, baixo rendimento e desemprego elevado, embora também não perdurando ad infinitum.

Enfrentamos a pandemia como poderia ser qualquer outro movimento causador de crises e receções. Esta crise é mais penosa para nós, por um lado, porque afeta diretamente o turismo, que é uma atividade de maior peso na nossa economia e, conseqüentemente, outros setores - temos pessoas que reduzem o seu nível de consumo de bens alimentares por questões de saúde, por estarem em regime de confinamentos obrigatórios ou internamentos.

Uma segunda ordem de razões tem a ver com a redução do rendimento resultante do aumento do desemprego. Diminuindo o rendimento, diminui o consumo e diminui em proporção ainda maior o investimento, e com a diminuição deste, diminui ainda mais o consumo e no final, quem paga é a economia e a sociedade no seu todo, afetando deste modo o bem-estar dos cidadãos, com mudanças no seu padrão de consumo, uma vez que o país ficou mais pobre, atingindo patamares inferiores do seu nível de rendimento nacional. Situação que se não for resolvida no curto espaço de tempo conduzirá a uma crise mais profunda e com danos, efetivamente, maiores.

Não nos enganemos e nem nos alimentemos de falsas ilusões. Esta crise empobreceu, e de que maneira, os cidadãos porque, neste período, grande parte das pessoas, fazem despesas, ou à custa da poupança constituída, ou porque perdeu a capacidade de constituir aforro, ou então recorrendo-se ao endividamento.

E o Estado, com a sua atitude compensatória da procura global, aguenta a economia também com recursos ao endividamento para compensar a diminuição da participação do setor privado na economia, aumentando ainda mais a dívida nacional.

Desta feita, dizemos que a poupança interna será cada vez menor e teremos, necessariamente, que usar a poupança do exterior, com custos acrescidos, futuramente, designadamente o custo que poderemos pagar com o hipotético aumento futuro dos impostos, a acontecer nomeadamente depois das eleições de Abril, custo que resulta do aumento do risco do país, custo com a dificuldade em atrair investimento estrangeiro, custo de "hipoteca dos impostos" que serão canalizados para o serviço da dívida e o custo do maior desequilíbrio da nossa balança de pagamentos. São custos com impacto direto no desempenho da economia.

Em Cabo Verde temos assistido ao aumento do stock da dívida que se distancia cada vez mais da nossa capacidade produtiva. O reflexo do aumento da dívida pública, na nossa economia, está relacionado com a escolha da aplicação de recursos resultantes do endividamento. Se a entrada de verbas não for aplicada, em setores com maiores efeitos multiplicadores na economia, provocará maior empobrecimento da economia nacional, pelo menos no curto prazo. Quando o Estado usa o dinheiro alheio na construção de infraestruturas económicas, com retorno superior ao montante dos juros resultantes do empréstimo, a economia reagirá positivamente à dívida contraída. O contrário poderá acontecer se desse recurso resulta aumento desequilibrado de despesas correntes, uma vez que, o empréstimo público possibilita um grande e irregular crescimento de despesas.

A quarta razão, e que julgamos ser imperioso o seu reconhecimento, pois constitui dos maiores erros dos nossos governantes, é expressa pela forma como tem sido feita a utilização de verbas em vários momentos

e ciclos económicos, desrespeitando a chamada regra de ouro das finanças públicas. Aceita-se aumentos de défices e dívida pública em períodos de choque financeiro e recessão, da mesma forma que também se espera uma folga fiscal maior em períodos de expansão e prosperidade económica, com conseqüente adequação dos recursos aos objetivos económicos e sociais propostos, garantindo desta forma a credibilidade do governo na capacidade de honrar os seus compromissos para com a população, detentora desses recursos, e de realização de necessidades públicas que constituem a principal razão da existência do Estado.

Em períodos de expansão espera-se que o governo ou os governos façam maior contenção financeira e se apliquem o excedente de liquidez na amortização de juros, na redução de dívida constituída ou investindo em projetos com retornos, no mínimo, equivalentes aos juros pagos durante o período de amortização do empréstimo. Assim, numa eventual crise económica, o governo terá condições de a enfrentar sem pôr em causa a implementação do seu programa de governação.

No concernente à quinta razão, chamamos ainda a atenção para o facto de muitas vezes a situação do serviço da dívida se tornar mais embaraçosa para o governo, na medida em que os recursos obtidos de endividamento público se destinarem a despesas que geram rendimento, a longo prazo. Isso acontece, sobretudo, com os empréstimos no nosso país que, normalmente, são de curto e médio prazo, podendo este em certos casos ser inferior ao do período de retorno esperado de rendimentos resultantes da sua aplicação. Temos vindo a assistir a uma cada vez maior preferência por crédito interno do que o recurso a crédito externo.

Esta última questão leva-nos para a análise ao crédito interno, que apresenta algumas desvantagens em relação ao crédito externo, para o nosso caso específico, tendo em conta a estrutura económica do nosso país.

Falando de crédito interno, observamos três aspetos. No primeiro, queremos chamar a atenção para o risco de ocorrência do chamado efeito crowding out que resulta do recurso exagerado do endividamento público em países de parcos recursos, tirando ao sistema financeiro a capacidade de financiar grandes projetos solicitados pelos investidores nacionais. Em relação ao segundo aspeto há que chamar atenção para o facto de o endividamento público tender, a curto prazo, provocar aumento das taxas de juro, com os seus efeitos na economia, já conhecidos. Ademais, cabe acrescentar, ainda, um terceiro aspeto, dizendo que esta opção de crédito contribui para alimentar os lucros do sistema de crédito.

Em Cabo Verde temos tido períodos de prosperidade e de recessão. Contudo, verificamos que, mesmo em período de expansão, o stock da dívida pública continua a aumentar. E o principal responsável por essa evolução é o aumento das despesas públicas que, em muitos casos apresentou um crescimento acima do ritmo de crescimento da própria economia.

Pensamos, nós, que a atitude mais sensata por parte dos gestores de recursos públicos é admitir sim, o défice, no entanto, sem deixar de aplicar as receitas correntes para cobrir as despesas correntes e recorrer ao endividamento para fazer face aos investimentos públicos.

Também torna-se fundamental não incorrer, persistentemente, no endividamento público para garantir os equilíbrios orçamentais, e não considerar que o endividamento é apenas um meio de equilibrar o orçamento.

E, por último, e não menos importante recomenda-se optar por utilizar verbas resultantes do crédito para o financiamento de bens duradouros ou reprodutíveis. Estas opções respeitarão, indubitavelmente, a regra de equilíbrio das finanças públicas, ao mesmo tempo que se está a garantir um bom ritmo de crescimento da economia de longo prazo.

Em períodos de expansão espera-se que o governo ou os governos façam maior contenção financeira e se apliquem o excedente de liquidez na amortização de juros, na redução de dívida constituída ou investindo em projetos com retornos, no mínimo, equivalentes aos juros pagos durante o período de amortização do empréstimo



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

f t i
anacaocaboverde



Barragens

Ao todo foram cinco anos a “botar abaixo” as barragens. E eis que a dois meses das eleições legislativas, tal como o programa Casa para Todos, se resolve agora em força e sorrisos inaugurar sistemas hidro-agrícolas a jusante das barragens. Se o ZIG ouviu bem, segundo UCS, “só a construção das barragens não chega”. Claro que não, Vexa, V. Senhoria tem toda a razão. Mas, diante de tamanha descoberta, pergunta o parvo do Contribuinte: “Os sistemas agrícolas poderiam ser inaugurados sem a água armazenada nas barragens?...” Sem galinha haveria omelete?... E o galo, como é que fica?... No meio de tanta “cara podre”, quanto é que se perdeu com a política de terra queimada numa terra a clamar por água? O maquiavelismo que dita certas decisões momentâneas deveria ser penalizado por crime de lesa Cabo Verde.



Boa gestão... bom juízo

Felizmente, com a evolução do pensamento estratégico em torno da água acumulada pelas barragens, longe vai o tempo em que os rabentolas fomentavam o “assalto” à água por ser património do Povo! Zig recorda como hoje da reportagem de então que dava conta que, por causa desse rebentolismo, muitos agricultores que utilizavam a água da barragem de Poilão, tiveram que vender os seus equipamentos de rega gota-a-gota porque havia água de sobra. Agora, segundo o ministro Gilberto Silva, é preciso uma “boa gestão” do precioso líquido... acumulado nas barragens. Exactamente, o mesmo que dizia a pessoa que o antecedeu no cargo. E oxalá que doravante o bom juízo prevaleça.

Cancan branco

A dor causada pela perda de Praia para Francisco Carvalho continua a ser fortemente sentida entre os ventoinhas. Nalguns meios e páginas do Facebook a esteira ainda não foi levantada. Há até quem entoe o estribilho, “Francisco, Francisco!”, lembrando os poucos dias para o fim dos cem dias de graça. Fê-lo, esquecido dos poucos meses que faltam para o tira-teimas de Abril, com risco de ter que procurar outros palcos onde exhibir a graça. É cada argumento contra a actual CMP que o ZIG pergunta que espécie de “loru branku” anda essa gente toda a usar?



Renda

Depois de a CMP, de Francisco Carvalho, anunciar a redução das rendas de 11 mil escudos para 1300\$00, uma das reacções veio de São Miguel, do edil Herménio Fernandes, que fez saber que no seu concelho desde 2017 as rendas são 750 escudos. Ora, independentemente da diferença entre o que o Óscar e o Herménio cobravam por um tecto do Casa para Todos, uma coisa é a renda custar 750\$00 na Calheta, outra 1300\$00 na Praia. Com o novo leilão eleitoral, que ninguém se espante se as casas ainda acabarem dadas de graça ao pobre do eleitor!

Modelo

Manuel de Pina já encontrou uma nova profissão. O ex-autarca fez questão de publicar um vídeo onde aparece a participar num desfile de moda numa das lojas da capital. Mas para sair da política e entrar de rompante no mundo da moda, como modelo, é preciso uma certa adaptação. Para já, ZIG recomenda ao ex-autarca a fazer exercícios físicos para quebrar aquela barriguinha, cuidar da dieta e evitar o consumo de Fortaleza, conhecida marca de garrafinha “made in” Cidade Velha. Quando estiver realmente nos trinques poste novos vídeos e fotos. ZIG, garante, o sucesso será planetário.



Apoio

Amadeu de Oliveira, o advogado que quer ser preso e não há maneira de ver esse desejo realizado, ganhou estes dias mais um aliado de peso: o ex-primeiro-ministro, Gualberto do Rosário. A braços também com a justiça, por causa de uma “burla” de milhões, alegadamente, aplicada à empresa Armando Cunha, o hoje empresário cujo governo é também um dos responsáveis pelas misérias denunciadas por Oliveira pelo estado na nossa justiça saiu-se com este desabafo de antologia: “Agora dou 100% razão ao Dr. Amadeu Oliveira na sua luta por justiça em Cabo Verde”. ZIG só vê... e pergunta, desesperançado: O que mais falta para Cabo Verde acabar reduzido à anedota?



Carnaval virtual

Pelos mais recentes acontecimentos na ilha onde “Deus derramou a sua alegria”, ZIG tende a crer que houve gente com responsabilidades que andou a querer gozar com quem trabalha. Ao que parece, o “Carnaval virtual” não foi apenas um devaneio. Esteve mesmo sobre a mesa. Enquanto isso, o Delegado de Saúde, coitado, corre o risco de ficar rouco de tanto apelar ao reforço do cumprimento das medidas de prevenção a covid-19, suplicando que a Polícia actue junto das aglomerações como jogos de futebol, bailes, convívios, etc. Melhor que isso só a roleta russa.

Cinzas virtuais

Enquanto em São Vicente, o problema é o Carnaval, em Santiago a roleta russa é a festa de Cinzas. O Palácio da Várzea vive estes dias o drama se decide ou não decide pela tolerância de ponto na quarta-feira. Como reza a Bíblia, há tempo para tudo... Até tempo para ganhar juízo.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

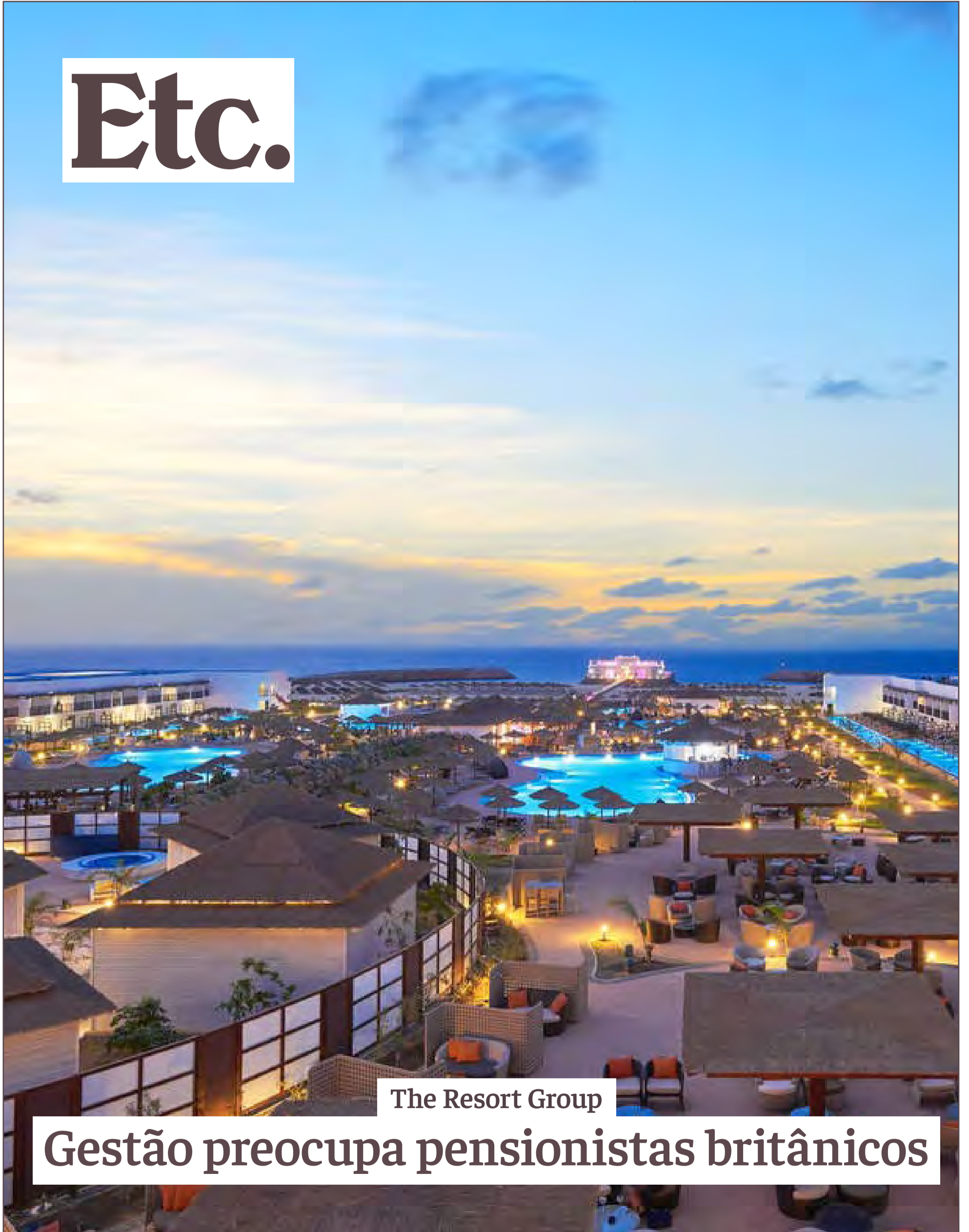
Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.



The Resort Group

Gestão preocupa pensionistas britânicos

Gestão do *The Resort Group* preocupa pensionistas britânicos



O The Resort Group PLC (TRG) está, ao que tudo indica, numa situação delicada em termos financeiros. Por causa disso começa a transpirar na Imprensa britânica sinais de descontentamento de centenas de investidores que colocaram as suas poupanças nesse grupo com forte implantação na ilha do Sal, Cabo Verde.

O Financial Ombudsman Service, citado pelo site Evening Standard, diz ter recebido cerca de 400 reclamações contra apenas uma das firmas que gere o fundo de pensão, através do qual os investidores colocaram as suas poupanças no TRG.

A maioria dessas reclamações está a ser feita contra uma

Começa uma certa onda de reclamações na Imprensa inglesa e do próprio governo britânico com a segurança dos activos dos seus pensionistas e outros investidores em Cabo Verde. Em causa estão os investimentos feitos no The Resort Group, detido por Robert Anthony Jarrett. Victor Fidalgo, outrora ligado ao grupo, fala em indícios de “gestão pouco ortodoxa”. O visado, através do seu advogado Luís Borges Rodrigues, responde que não há nada de concreto contra o seu cliente.

Daniel Almeida

empresa chamada Rowanmoor, que forneceu o Self Invested Personal Pensions (SIPPs), onde foram investidos o dinheiro dos pensionistas.

Até agora, o Financial Services Compensation Scheme, que assume responsabilidade de ressarcir os investidores por maus conselhos feitos por empresas regulamentadas que fa-

liram, recebeu 453 reivindicações relacionadas com o TRG. E, na sequência disso, já se viu obrigado a pagar 5,9 milhões de libras em reclamações contra consultores que recomendaram aos clientes que investissem no TRG e posteriormente faliram.

Contudo, uma investigação da Autoridade de Conduta Financeira, lançada sobre as ven-

das dos investimentos do TRG em 2017, ainda está em andamento. O Evening Standard informa que, apesar do número crescente de reclamações, o site do TRG continua à procura de novos investidores com promoções direccionadas para pessoas com um mínimo de 20 mil libras, prometendo “retornos de até 18% em 3 anos”, bem

como cinco semanas por ano para uso pessoal.

Crise financeira

A situação de fraco retorno dos investimentos feitos por pensionistas do Reino Unido, conforme uma fonte bem posicionada, advém do facto de o TRG estar a passar por uma grave crise financeira criada artificialmente.

Alegadamente, o modelo de funcionamento do TRG consistia em comprar terrenos, conceber projectos turísticos e imobiliários, fazer aprovar os respectivos planos e após obter a licença de construção e certos acordos com o Governo de Cabo Verde, vender as unidades de aloja-



Investimentos na ilha do Sal

De acordo com a fonte do A NAÇÃO, os investimentos feitos não pertencem realmente ao The Resort Group PLC. “Este detém apenas as partes comuns (não vendíveis): cozinha, armazéns e restaurantes, Spa, piscinas e outras áreas de entretenimento. Portanto, no cômputo geral, o TRG deve ser dono de apenas 8-10% dos activos que compõem os empreendimentos”.

Na engenharia montada, conforme o nosso interlocutor, funcionando como uma plataforma de investimentos, o TRG deve dar aos seus investidores (e são milhares), uma renda que deve corresponder a 50% dos lucros resultantes da gestão dos resorts. “Ora, aqui começa o problema”, afirma.

“Contrariamente aos demais grandes hotéis em Cabo Verde que dão lucros aceitáveis aos seus donos/investidores, o TRG, a partir de 2016, começou

a queixar-se de falta de liquidez. Situação artificialmente criada”, enfatiza.

Assim, os investidores ou deixaram de receber o retorno prometido ou este passou a ser um montante tão insignificante que desencoraja continuar a investir no mesmo modelo. Essa é uma das razões da estagnação das vendas no White Sands (Boa Vista) que neste momento está à beira do abandono.

Actualmente, como referido antes, começam a surgir na imprensa britânica um certo movimento de reclamação e o próprio governo Britânico já terá manifestado preocupações com a segurança dos activos dos seus pensionistas e outros investidores ingleses em Cabo Verde.

Obviamente, o impacto disso tudo em Cabo Verde não será coisa pouca, tendo em conta a dimensão que o TRG conseguiu no Sal e noutras ilhas. DA

mento (quartos de hotel, apartamentos hoteleiros e vivendas) a pequenos aforradores, fundos de pensões e outros investidores.

Com esse mecanismo, o TRG conseguiu construir três empreendimentos que consubstanciam cinco resorts na ilha do Sal: Meliã Tortuga Beach Resort, Meliã Dunas, Sol Dunas, Llana Beach Hotel e TUI Sensimar. Os três empreendimentos perfazem 2.044 unidades de alojamento (quartos, apartamentos e vivendas) com 5.564 camas. Ou seja, 16% dos quartos e 26% das camas existentes em Cabo Verde, de acordo com o senso do INE de 2018.

Se tomarmos apenas os hotéis 4/5 estrelas, o peso do TRG na oferta turística de Cabo Verde atinge 31%, superado apenas

pela RIU que tem 3.497 quartos com 6.994 camas, representando 33% do total das camas e 39%, na gama dos hotéis de 4/5 estrelas.

Todo este desenvolvimento teve lugar entre 2007 e 2016. “Nada mais fulgurante”, admite a nossa fonte.

No entanto, ao mesmo tempo, projectos como Vila Verde Resort não tiveram o sucesso esperado nem tão-pouco o impacto (emprego e contribuição no PIB) previsto.

A grande parte dos projectos anunciados em 2007-2008 “foram autênticos fiascos ameaçando tornar a ilha do Sal parcialmente, num cemitério de projectos falhados ou meras intenções: Europa Park, em plena Santa Maria, Sal Vis-

ta, Cabonuba e Cabomaxo na Avenida dos Hotéis, Paradise Beach, Cotton Bay, Calheta Bay, Murdera Beach, Vila Verde Resorts II, assim como Porto Murdera, na ZDTI de Murdera e Algodoeiro”.

O mérito do TRG

“Assim, perante todo esse falhanço, há que reconhecer o mérito do The Resort Group PLC que, na altura, soube seguir uma estratégia adequada e eficaz que culminou com a inauguração dos seus três empreendimentos e respectiva entrada em exploração hoteleira, que dão um contributo importante (cerca de 6%), na formação do PIB de Cabo Verde, na criação de emprego, ad-

quirindo, deste modo, um peso e importância nacionais”, advoga a nossa fonte.


“Talvez “envaidecido” por tamanho sucesso, o TRG decidiu expandir-se para São Vicente (Laginha), Santiago (Hilton Praia) e Boa Vista (White Sands e mais cinco intenções de resorts, em Santa Mónica), “reduzindo certas cautelas por que se tinha guiado até então”.

Laginha, em S. Vicente, por exemplo, não passou de intenções. Hilton Praia - o terreno, ao lado da residência do embaixador do Brasil, foi comprado, construiu-se como contrapartida o novo espaço para a Escola de Negócios e Governança (ENG) e o projecto até foi objecto de lançamento da primeira pedra

em 2015.

Na Boa Vista, em Santa Mónica, iniciado em 2015, o White Sands também foi interrompido desde 2017/2018. Apesar de o TRG ter vendido cerca de 500 quartos das 835, por um total de 122 milhões de euros, “não terá investido mais que 35-38 milhões de euros”.

“Tarde ou cedo, um grande escândalo, com acusações de burla vai deflagrar-se tanto no Reino Unido como em Cabo Verde”, prevê o nosso interlocutor.

“Os restantes resorts previstos (5) para Santa Mónica, nem sequer foram objecto de projecto e respectiva aprovação. E claro que já não o serão, cabendo à SDTIBM encontrar outros investidores para a zona”, realça. 

Especialistas relativizam riscos de colapso do TRG

O The Resort Group PLC, encabeçado por Robert Anthony Jarrett, vem acumulando dívidas junto dos bancos e dos fornecedores, num total que ronda 50 milhões de euros, no final de 2019 (ver mapa).

Especialistas na matéria, ouvidos pelo A NAÇÃO, relativizam, contudo, riscos de colapso, porquanto, até Dezembro de 2019, a exploração dos empreendimentos hoteleiros era altamente rentável.

Constata-se, ademais, que o The Resort Group/Rob Jarrett cuidou de montar uma engenharia financeira que lhe permite alguma margem de manobra e é com base nisso que procura atravessar o mau tempo que está a assolar o sector turístico desde que a pandemia da covid-19 entrou em cena a nível mundial.

Por exemplo, criou sub-empresas dentro dos resorts (Beach Resorts Management Company e Condominium Management Company), que “erodam uma grande parte daquilo que seria lucro dos resorts. Isto permitiu-lhe um bom retorno aos investidores que acreditaram e apostaram no grupo.

Também, a partir de 2016, passou a desviar receitas legais da exploração, através da criação de uma empresa de fachada, chamada WPT (World Paradise Travel).

Ou seja, “em vez de fazer os contratos para o uso dos quartos



directamente entre as empresas dos hotéis (Tortuga, Dunas e Llana) e o Operador/ Distribuidor, TUI, ex-Thomas Cook, etc, Rob Jarrett (TRG) impôs tanto ao Meliã como ao próprio operador-distribuidor que tudo passasse pela intermediação do WPT, empresa que lhe pertence 100%”, realça uma das fontes do A NAÇÃO, mediante anonimato.

“Isso tem sido, de facto, um verdadeiro mecanismo de, por um lado, abusar da confiança dos aforradores e pensionistas e, por outro, proceder a uma escandalosa fuga ao fisco. Estamos, portanto, perante uma falência ou quase-falência fraudulenta, porque forjada conscientemente”.

Contas feitas, afirma a nossa fonte, “estamos perante um desvio de quase 80 milhões de euros em três anos, num claro abu-

so e desrespeito aos aforradores e fuga ao fisco em grande escala, com impacto fiscal avaliado em cerca de 15 milhões de euros nesses três anos”.

Para esse expert, “esta fraude” acrescida ao não pagamento aos fornecedores, “significa uma arrecadação ilegal de recursos num montante elevadíssimo”.

“E como se isso não bastasse, Rob Jarrett, em Outubro último, quis desrespeitar os princípios do Lay-off reduzindo unilateralmente a comparticipação do empregador nos salários dos trabalhadores e vem pedindo apoio ao Governo, quase num tom de chantagem ou ameaça de fechar”, afirma.

Ademais, recentemente (Ver B.O. nº8 II Série de 15 de Janeiro corrente), Jarrett desmantelou todos os Conselhos de Administra-

ção das várias empresas em Cabo Verde, para ficar como Administrador Único, o que torna mais fácil, qualquer decisão, por mais voluntarista que seja.

Para um outro observador, também sob anonimado, “há que salvaguardar os interesses dos milhares de pequenos investidores estrangeiros que acreditaram na idoneidade do Rob Jarrett, proteger um património que tem um grande peso na oferta turística do país, proteger os postos de trabalho e os interesses dos trabalhadores, aplicar a justiça fiscal para todos e proteger a imagem de Cabo Verde, como país sério, onde impera a lei e o rigor”.

Outra lição que se impõe tirar da alegada derrapagem do TRG, prossegue o nosso interlocutor, “é a necessidade de as autoridades turística e tributária, de Cabo

Verde, apesar de o Governo se ter declarado ‘amigo dos empresários’, passarem a exercer as suas funções com maior distanciamento político, mais profissionalismo e rigor”.

“Ora, os investidores já recebem benefícios legais suficientes tanto durante a construção dos empreendimentos como nos primeiros anos da sua exploração. Portanto, aquilo que é do Estado, tal como a Taxa Turística, o IVA ou o IRPC devem ser cobrados com todo o rigor. Impõe-se controlar as declarações a todos os níveis e não aceitar qualquer discurso. Claro que isso implica que os agentes do Estado tenham uma boa preparação técnica, profissional e moral. O Governo deve ser intransigente e actuar contra esta fraude do TRG”, enfatiza.

Mapa 1

ABANCA (Espanha) -----	10.000.000 €
HELIOS (Fundo no Reino Unido) -----	12.000.000 €
Bancos cabo-verdianos -----	15.000.000 €
Fornecedores locais -----	10.000.000 €
INPS, Fundo do Turismo e Administração Fiscal -----	3.000.000 €

Mapa 2

Balanço global dos hotéis do The Resort Group PLC

	2017	2018	2019	TOTAL
Número de unidades em exploração	2051	2051	2051	(3 ANOS)
Valores declarados pelos resorts	50.509.412 €	52.243.776 €	51.545.793 €	154.298.981 €
Valores contratualizados pelo WPT	77.512.796 €	79.303.327 €	77.464.714 €	234.280.837 €
Receitas não declaradas	27.003.384 €	27.059.551 €	25.918.921 €	79.981.856 €

Victor Fidalgo fala de indícios de “gestão pouco ortodoxa”

Victor Fidalgo, que foi consultor do TRG durante 10 anos, decidiu deixar essas funções, em Março de 2020, por considerar que as relações com o dono desse grupo, Robert Jarret, estavam a “azedar” nos últimos três anos, por causa de decisões de gestão com os quais diz não ter estado de acordo.

Pois, como conta, a partir de 2014, com a inauguração do Dunas, “o TRG começou a perder um certo ímpeto”. A quebra desse “ímpeto” é exemplificada com o fracasso do Hotel Hilton, na Praia, cuja primeira pedra foi lançada em 2015 e com o White Sands, na Boa Vista, em 2016.

De referir que foi preciso alguma insistência nossa para Victor Fidalgo falar da sua colaboração com o TGR, pois, como diz, está obrigado ao princípio de lealdade profissional. Contudo, diante da dimensão deste caso, não pode também deixar de se demarcar publicamente de um quadro a que se sente ligado.

Como diz, infelizmente, em resultado de certas práticas de gestão,

a situação financeira do TRG tornou-se “muito má” e, em 2019, mesmo antes da pandemia da covid 19, “o grupo parou os seus investimentos e já estava altamente endividado”.

“Eu não fazia parte da equipa das vendas, mas sei que, a partir de certa altura, as vendas passaram a ser um desastre, não no sentido de não se vender, mas sim a utilização dos recursos das vendas” e “quando tomei conhecimento disso, comecei a pensar que ali já não era o meu lugar”, porquanto havia claros indícios de “gestão danosa”.

“Havia indícios de comportamentos que não eram inerentes à boa gestão e é por isso que as coisas estrangularam, antes mesmo da crise relacionada com a covid19”, admite.

Em relação a uma eventual fuga ao fisco por parte do TRG, Victor Fidalgo diz que não estava na área hoteleira, “mas, acho que a administração fiscal deveria estar mais atenta”.

DA



Advogado do TRG desvaloriza descontentamento dos investidores britânicos

Contactado pelo A NAÇÃO, Luís Borges Rodrigues, jurista do The Resort Group e de Rob Jarrett, começou por desvalorizar o “descontentamento” dos investidores e pensionistas britânicos, afirmando que, no artigo do Evening Standard, “não apresentaram queixas contra o TRG”.

“Os investidores apresentaram queixas contra os financial advisor que os aconselharam. O TRG o que fez foi vender imóveis e os imóveis que vendeu estão entregues”, realçou este jurista.

“Se as pessoas estão insatisfeitas com a falta de retorno em 2020, ninguém pode estar mais insatisfeito que o próprio TRG, tendo em conta que os hotéis estão fechados”, salienta.

“Não foi o grupo que assegurou os retornos”, acrescenta. “O que o TRG prometeu foi um imóvel em Cabo Verde, partilhar as receitas geradas por esse imóvel com o proprietário. Foi isso que o grupo fez e infelizmente teve que suspender o pagamento de retornos durante a fase da

pandemia”.

E sobre a performance financeira do TRG, esta fonte afirma que esse grupo passa por dificuldades financeiras como passam a esmagadora maioria dos hotéis em Cabo Verde e outras partes do globo.

“A situação financeira do TRG, neste momento, é complicada, infelizmente derivada, sobretudo, pela covid-19. Estamos a falar de um grupo que tem 1500 trabalhadores e que desde Março de 2020, quase 12 meses, tem zero receitas. E, no entanto, continua a fazer pagamentos de salários em regime de lay-off, continua a fazer alguns pagamentos para a manutenção dos hotéis e, neste momento, o grupo só tem despesas e não tem receitas”.

Rodrigues garante, outrossim, que o TRG não tem nenhuma dívida fiscal neste momento.

“Tirando uma ou outra disputa com as finanças, mas é uma situação normal, que se relaciona com multas que nos foram aplicadas e que nós discordamos e que estão a seguir o seu trâmite normal”.

Sobre a acumulação de dívidas junto à banca e outros fornecedores, em cerca de 50 milhões de euros, este jurista afirma que, com o grupo a operar, “seria uma dívida perfeitamente sustentável. 50 milhões de euros é um montante muito elevado, mas estamos a falar de um total de investimentos superiores a 500 milhões de euros e temos que ver isto em escala”.

Luís Rodrigues admite, porém, que a situação “é complexa” e diz esperar que, com a abertura, haverá apoios da banca e do Governo, eventualmente.

“Por exemplo, o TRG ainda não assinou as linhas covid, está à espera de ter linhas covid validadas”.

Em relação a alegadas receitas não declaradas, que em três anos rondaram os 80 milhões de euros, este jurista afirma, de forma categórica, que o TRG “não tem receitas não declaradas. Os valores que os resorts facturaram foram todos declarados”.

DA



CULTURA

José Maria Neves lança “Nos Tempos da Pandemia”

“Há uma política de terror para as questões que levem à destruição do outro”

“Nos tempos da Pandemia” é o mais recente livro de José Maria Neves, ex-primeiro-ministro de Cabo Verde, lançado ontem, 3, na cidade da Praia. Em entrevista ao A NAÇÃO, o autor abordou, a propósito, vários temas que integram esta compilação de crónicas escritas durante a pandemia e publicadas, a maior parte, na sua página do Facebook.

Gisela Coelho

Como o nome sugere, “Em tempos de pandemia” é um livro de crónicas inspiradas nestes dias de crise pandémica provocada pela covid-19.

“É uma forma”, começa por dizer, “de, a partir de um momento extremamente difícil, complexo e desafiante, criar. Esses momentos dolorosos acabam por nos obrigar a uma reflexão sobre a ecologia política, social e económica, mas também a uma certa introspecção sobre o nosso percurso de vida, a nossa vida na sociedade e sobre os nossos deveres e direitos, e saber se estamos a cumprir com a nossa comunidade”.

Há inclusive uma crónica dedicada a George Floyd, afro-americano assassinado por polícias nos EUA, no ano passado.

“A política pode dar um contributo muito importante, primeiro, para reduzir o grau de violência que existe na política e nas sociedades, pois a violência é uma estratégia de poder e de dominação, e, segundo, porque se deve procurar fazer política para encontrar soluções para os problemas de cada momento, que dizem respeito às pessoas, às comunidades”.

JMN considera que a política está “em crise” a nível mundial e em Cabo Verde, também.

“De uma forma geral, a humanidade avançou graças à política, e aos políticos, mas há um mo-

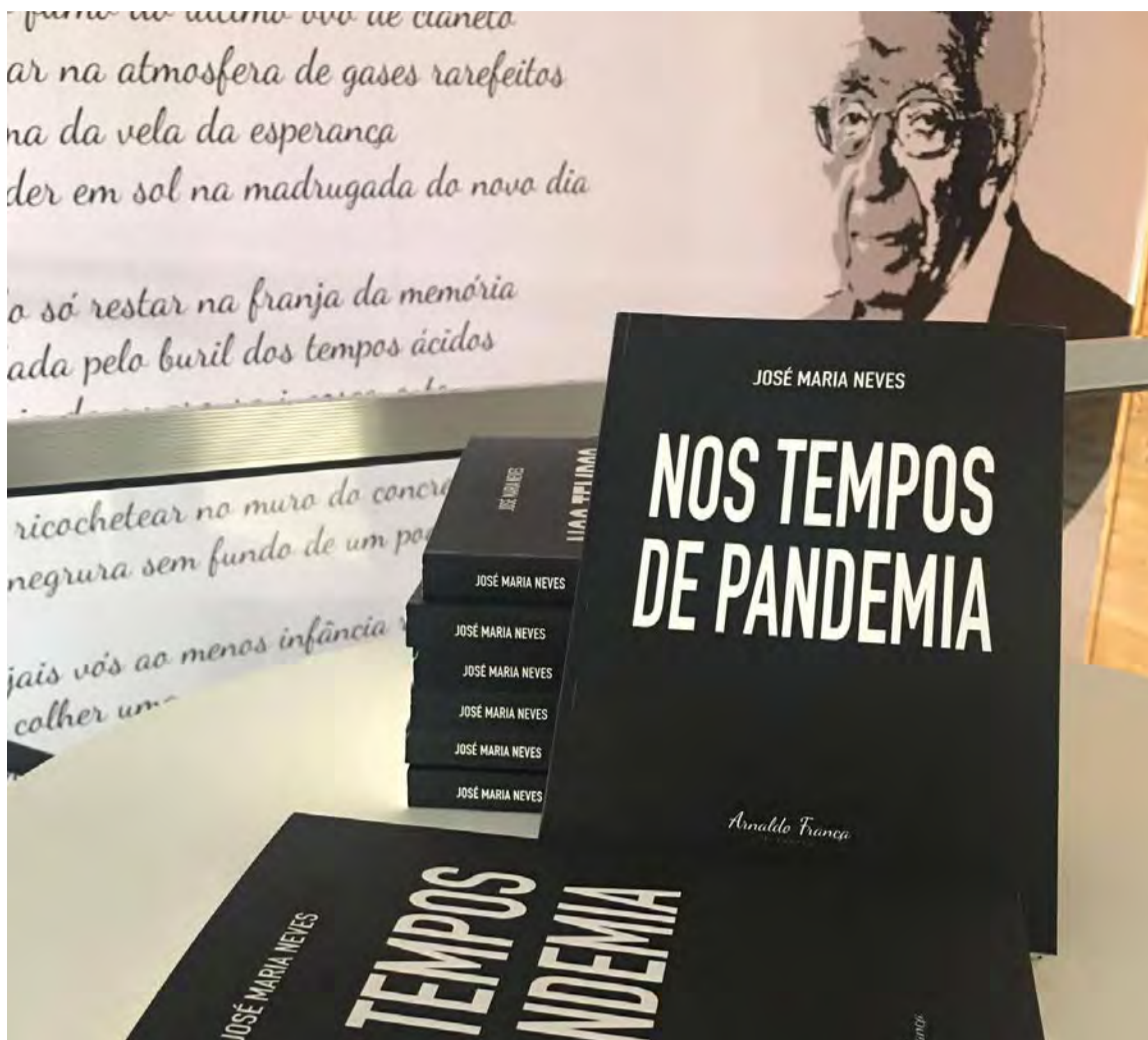
mento em que há um cansaço e esgotamento com a forma de ser e de se fazer política”. E é nessa linha, “se repensarmos de modo inteligente a forma de fazer política, podemos contribuir para o não racismo, a não violência ou para uma cultura da amizade e da paz”.

Necropolítica

Questionado se isso é possível, em Cabo Verde, onde nas sessões da Assembleia Nacional, os deputados se guerreiam em ataques pessoais, em vez de discutirem os problemas comuns do país, JMN lamenta a “política da inimizade”.

“Há um autor africano, o Achille Mbembe, muito citado em várias crónicas, que tem um livro que é a política da inimizade. Ele fala precisamente dessa necessidade que alguns políticos sentem de matar o outro para poderem progredir na política, que é a política da inimizade, a necropolítica. Mas eu considero que a política não pode ser uma relação de amigo/inimigo. Aqui em Cabo Verde se acompanharmos os debates, a política é, muitas vezes, uma questão de vida ou morte”, lamenta. “Muitas vezes há uma política de terror para se ir às questões que levem à destruição do outro e não às questões do bem comum, que dizem respeito





às pessoas. Esse é o maior problema que nós temos”.

E, nesta busca de resposta, a “mea culpa” acaba por surgir: “Quando hoje, e esta também é uma ideia que tenho muito firme, revejo o percurso dos 15 anos que estive no poder, vejo os telejornais e falo com as pessoas, eu me pergunto: Será que no meu tempo era também assim?”, pergunta. É claro que era, foi a nossa resposta.

Relação amigo/inimigo na política

“O Norberto Bobbio diz que os políticos têm um pé no Estado e um pé na sociedade. Mas cada vez mais os partidos estão a colocar os dois pés no Estado e a esquecer a dinâmica de relacionamento com a sociedade civil e, muitas vezes, perdem o chão da realidade. Não sei se no meu tempo havia essa relação de amigo/inimigo na política, mas o importante é que hoje eu tenho muito mais consciência disso fora do poder e penso que é fundamental que todos os políticos reflitam sobre isso”, aconselha.

Diante de tantos problemas, para quem esteve do lado de lá do poder e agora está no “campo da cidadania”, a escrita de “Em tempos de pandemia” acabou por funcionar como uma

espécie de catarse.

“Essa experiência, para mim, foi extremamente positiva. Ao escrever a introdução do livro, que é mais um ensaio sobre a política, do que sobre a pandemia em si, mas também sobre as liberdades, a democracia, a geopolítica mundial e também em termos do que poderá emergir em termos geopolíticos da crise, eu fui refletindo sobre a democracia”.

“A partilha do poder é fundamental”

A experiência como docente, refletida também na obra, veio trazer ao autor de “Em tempos de pandemia” uma maior consciência cívica e não só.

“Eu já estive no poder, eu já estive na oposição, ganhei eleições, já perdi eleições, já exerci no topo a política governamental e agora estou na sociedade, a dar aulas, e descubro os limites do poder. O que é interessante é que agora aprecio e avalio, de outra forma, a postura dos governantes que, muitas vezes, num primeiro momento, há algum deslumbramento com o poder, perdem o chão e esquecessem de relativizar as coisas. Ninguém tem a verdade, há muitas verdades e é preciso criar um espaço de debate e de reflexão e deixar que a democracia funcione”.

Esta consciência, como reconhece, resulta igualmente de uma maior interação com a juventude e não só.

“Hoje, como professor, falo com os jovens nos corredores das universidades, sem os constrangimentos do poder, eu posso ir a uma casa de banho, a uma biblioteca, posso ir ao supermercado, posso falar com as pessoas na rua, que elas já não têm o constrangimento de eu ser primeiro-ministro e podem dizer tudo”, revela, alertando para que, “quem está no poder tem de ter a consciência que as pessoas nunca lhe dizem tudo. E nunca a Administração lhe diz tudo. Há sempre filtros e há muitos filtros. Então, questiono como é possível fazer política para além dos filtros”.

JMN não tem dúvidas, e garante que está “de longe” mais bem preparado, agora, para a vida política activa, com tudo que isso possa significar.

“Há o princípio da maioria, em que mesmo que quem ganha por um voto só, governa, mas há algo que é preciso considerar, a maioria, só pelo facto de ganhar não tem toda a razão, não tem toda a verdade. A partilha do poder é fundamental, e lá onde haja partilha do poder, é possível mais progresso humano. É possível construir uma sociedade mais inclusiva”, conclui.

Redes sociais mudaram a forma de fazer política

“Em tempos de pandemia”, o mais recente livro de José Maria Neves, traz uma reflexão sobre o fenómeno das redes sociais no exercício e na comunicação da política e dos políticos.

O autor defende, a propósito, que esta “é a grande mudança que está a acontecer”, com impactos, inclusive, na forma de fazer política e da gestão empresarial.

“As redes sociais vêm pôr em causa todas as instituições de intermediação: a comunicação social, as universidades, as escolas os partidos, os sindicatos, as igrejas, etc.”, acrescenta.

Contudo, sobre os riscos de um tal fenómeno é cauteloso.

“Hoje o indivíduo pode sozinho, sem necessitar de qualquer instituição de intermediação, convocar uma manifestação e liderar um protesto, fazer um directo, criar uma notícia e com impactos às vezes sísmicos na sociedade. Mas, em tudo deve haver equilíbrio”.

Neste contexto, JMN diz que não podemos ter um desequilíbrio, de tal modo, que o indivíduo seja o único centro do poder.

“Não, porque aí cairíamos

no neoliberalismo. Não deveremos também ter uma perspectiva em que o povo seria o único centro, o povo falando do ponto de vista mais coletivo, e mais abstrato, porque cairíamos no populismo”.

E por isso mesmo, contrapõe: “É preciso sempre haver um equilíbrio e procurar formas de as redes sociais, os mercados e as instituições de intermediação, estarem sempre ao serviço do bem comum”.

O bem comum, acredita ainda, “é construído por todos, de forma livre”, advertindo contudo que a “grande questão” é cada um considerar-se como “o portador do bem comum” e a partir disso pensar que pode impor esse bem aos outros.

“Amílcar Cabral já dizia que não se pode impor a felicidade a ninguém. Eu tenho a minha ideia da felicidade, mas a ideia da felicidade que deve ser construída, ela tem que ser partilhada, não posso de forma paternalista, missionária, vir dizer, olha a felicidade está aqui, e eu posso, e eu é que sei o que é felicidade, e eu posso construir essa tal felicidade”.

GC

Bibliografia

“Em tempos de pandemia”, livraria Arnaldo França, é o terceiro livro de José Maria Neves, o primeiro fora do Governo e que surge a poucos dias de assumir a sua candidatura à Presidência da República.

Os dois anteriores – “Uma agenda de transformação para Cabo Verde” (2010) e “Cabo Verde, Ges-

tão de riscos” (2015) foram publicados no tempo em que era Primeiro-ministro (2001-2016).

A estes junta-se um outro livro, fruto do debate que manteve com o também antigo primeiro-ministro de Portugal e dono do jornal Expresso, Francisco Pinto Balsemão, “Um futuro a construir”, publicado em 2018.

SOCIEDADE

Diáspora

Mónica Sofia lança projecto para reabilitar 100 casas de famílias desfavorecidas

“Casa dos Sonhos” é um projecto que está a ser desenvolvido pela ex-modelo e empresária Mónica Sofia Duarte, natural de Santa Cruz, residente na República Checa, através da Fundação Nadeje Cabo Verde. O plano é reabilitar 100 moradias de famílias vulneráveis em vários concelhos do país, além da construção de uma Maternidade e Pediatria, em Pedra Badejo.

Silvino Monteiro

Mónica Sofia Duarte explica, ao A NAÇÃO, que a ideia de Casa dos Sonhos nasceu no verão passado depois de ter assistido o sofrimento de famílias desfavorecidas que perderam o seu lar com as fortes chuvas que se fizeram sentir.

“As famílias mais vulneráveis também merecem ter acesso a uma habitação condigna. Elas também contribuem para o desenvolvimento e crescimento do país”, afirma.


A ideia é, até final deste ano, reconstruir casas de 100 famílias desfavorecidas em vários concelhos e ilhas do país, à excepção da Praia, Mindelo e Sal, onde o tipo de actuação da fundação que dirige é outro.

A nossa entrevistada avança que, ao todo, são precisos cerca de 500 mil euros para o sucesso do projecto e que neste momento já mobilizou cerca de 100 mil.

“Até agora os principais financiadores têm sido as minhas empresas e a Câmara de Comércio Checa/Cabo-verdiana, pessoas e instituições checas amigas da fundação que acreditam no projecto”.

Maternidade e pediatria Nadeje

Mónica Sofia revela que está a trabalhar para implementar o seu projecto de sonho em Cabo Verde particularmente no concelho de Santa Cruz, sua terra natal.

“Neste momento, juntamente com o meu amigo arquiteto Marco Maio, um dos melhores arquitectos do mundo, vencedor de vários prémios, estou a preparar o meu projecto de sonho para Cabo Verde, a Maternidade Nadeje, que, se Deus quiser, será implementado, no início do ano 2022, em Pedra Badejo, altura em que teremos a primeira maternidade e pediatria da fundação Nadeje Cabo Verde”, planeia. 





Projectos em curso da Fundação Nadeje Cabo Verde

A Fundação Nadeje Cabo Verde foi criada em 2017 por Mónica Sofia Duarte, natural de Santa Cruz, engenheira e empresária na República Checa. Visa apoiar as crianças, jovens e mulheres mais desfavorecidos no acesso à educação, saúde, alimentação e uma vida condigna.

Conforme diz, mais de 10 mil crianças e famílias já foram beneficiadas pela fundação.

“Oferecemos também computadores às escolas básicas da Calheta, Achada Bel Bel, Pedra Badejo, mas também entre jovens e estudantes mais desfavorecidos. Temos mais de 200 computadores para oferecer às escolas dos restantes municípios durante este ano”, garante Mónica.

Nadeje Cabo Verde já ofereceu também três autocarros escolares, no-

meadamente aos concelhos de Santa Cruz e Tarrafal de Santiago.

A fundação ajuda ainda as famílias mais desfavorecidas em Cabo Verde com acesso à alimentação e nutrição, designadamente com comida e vitaminas para crianças.

Cabo Verde sem covid-19

Em Abril de 2020, a fundação apoiou o país e a comunidade cabo-verdiana em Portugal com toneladas de materiais de combate à covid-19.

“Enviamos à nossa Embaixada em Portugal materiais como máscaras, respiradores, álcool gel, fibras de nano-fibras, toalhetes desinfetantes etc., incluído um ventilador que doámos ao Ministério da Saúde, e um ozoni-

zer para a Proteção Civil para poderem facilmente desinfetar os espaços e ambulâncias infetados pela Covid-19”.

Mónica Sofia Duarte adianta ainda que neste momento a fundação que dirige tem dois contentores cheios de materiais de saúde, alimentos, roupas brinquedos, computadores, carrinhos de bebés, vitaminas, máquinas de costura etc. prontos para enviar a Cabo Verde.

“Devido ao estado de emergência na República Checa e países vizinhos, só na próxima semana vamos conseguir enviar um dos contentores. Apesar das dificuldades, por causa dos efeitos da Covid 19, o projeto Daruj Radost Dětem foi um sucesso e almejamos comemorar em Cabo Verde quando os contentores chegarem a

Praia”, conclui.

Mónica Sofia Duarte é engenheira, empresária e desenhadora de calçados para senhoras e dona da marca de calçados Mónica Sofia.

Parceiros

Mónica Sofia Duarte avança que a Fundação Nadeje Cabo Verde conta com a colaboração de vários parceiros internacionais, nomeadamente Câmara de Comércio Checa Cabo-verdiana e seus membros, além de outras entidades desse país da Europa Central.

A nível nacional, na lista de parceiros, constam câmaras municipais, escolas e associações comunitárias.

SM



SOCIEDADE

Promessa é dívida

Irlanda Fernandes abre sua primeira loja de “make up” na Praia

Mais do que uma loja... um sonho realizado

Há cerca de um ano e meio, em entrevista a este jornal, (edição 613, de 30 de Maio de 2019), Irlanda Fernandes falava da sua ambição de investir na área com a venda de produtos para “make up”. O que era sonho é agora realidade, desde sexta-feira, 28, com a abertura da primeira loja “Beautiful Seduction By Irlanda”, na cidade da Praia.

O estabelecimento fica na “Avenida Santiago”, no bairro do Palmarejo, funcionando das nove às 18 horas, de segunda-feira a sábado.

Natural da ilha do Fogo, Irlanda Fernandes vive nos EUA desde os 12 anos. “Estou feliz por conseguir concretizar mais um sonho e, sobretudo, por cumprir com a minha palavra de investir nesta área no meu país. Este espaço vai realizar, também, o sonho de muitas meninas da Capital de Cabo Verde – e não só! -, que desejam obter produtos de qualidade e a preços acessíveis, para ‘make up2, do dia-a-dia”, diz a jovem, de 26 anos.

Serviços

Além de venda de produtos diversos, “de renome internacional”, a “Beautiful Seduction By Irlanda” pretende também prestar serviços de maquiagem no seu espaço, com funcionários ligados à área.

“Por agora, só vamos poder vender produtos de maquiagem, de marcas diversas, sobretudo as mais indicadas por tom de pele das cabo-verdianas. No entanto, já estamos a negociar com uma das maquilhadoras bem conhecida na capital pelo trabalho que faz, para acertarmos e ver a pos-



Mais do que uma loja, “Beautiful Seduction By Irlanda” é a concretização de um “grande sonho” de Irlanda Fernandes, natural da ilha do Fogo e que vive nos Estados Unidos da América (EUA). Inaugurada na sexta-feira, 28, na cidade da Praia, para além de venda de produtos para “make up”, vai também prestar serviços na área.

Romice Monteiro

sibilidade de ela trabalhar conosco, sobretudo nas ocasiões de festa que este serviço é mais procurado”, afirma.

“Isto, sem contar que, mais tarde, promoveremos ‘workshops’ de mostras de ‘make up’, entre outros eventos, de interesse para ‘as vaidosas’, que não perdem a oportunidade de estarem bem apresentadas, quer no dia-dia, como em ocasiões especiais”, anuncia Irlanda Fernandes.

Próxima loja... Fogo ou São Vicente

Com este primeiro passo dado, o próximo, diz Irlanda Fernandes, será abrir outras lojas

em outros pontos do país. A prioridade será para a sua ilha natal, Fogo, mas também São Vicente.

Na inauguração, que aconteceu na tarde de sexta-feira, 28, estiveram presentes algumas influenciadoras cabo-verdianas e personalidades ligadas à área. Contudo, por causa da covid-19, o evento contou com “uma presença restrita de convidados”.

Irlanda Fernandes é formada em Estética, nos EUA, e já trabalhou, como cabeleireira, num Salão de Beleza, em Brockton, Boston. Com o tempo, deixou os penteados e investiu em técnicas de maquiagens, uma área que sempre gostou e admirou, desde menina.

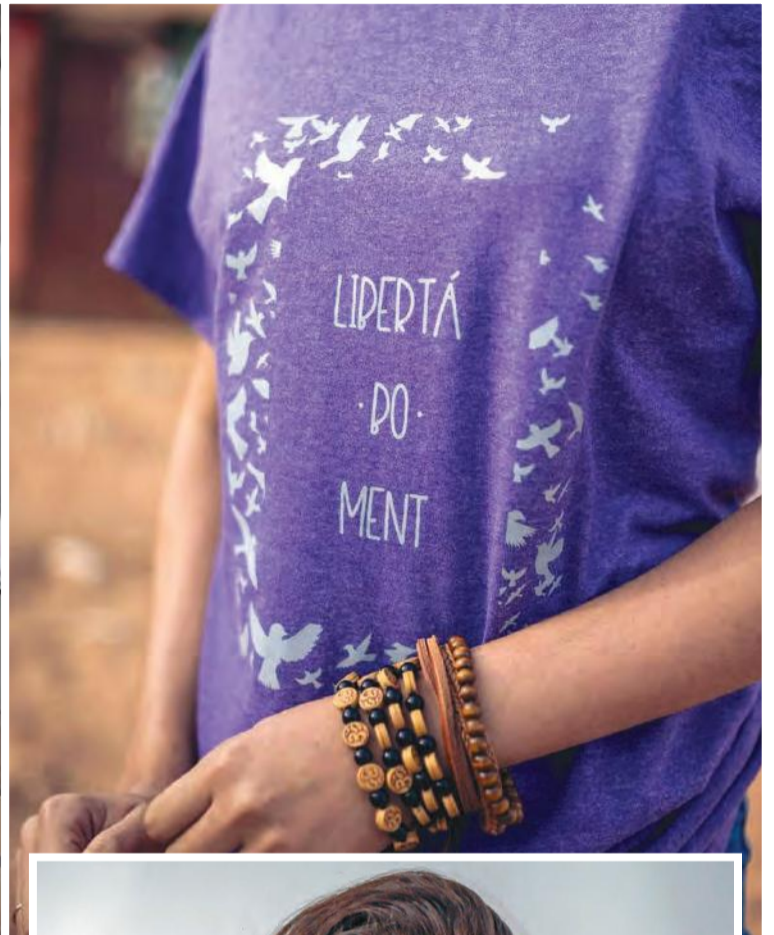


LION TRIBE

Samara Lemos aposta no potencial juvenil



Desfile Lion Tribe



PERFIL

A LION TRIBE, empresa e marca da brasileira Samara Lemos, pretende incentivar e dar oportunidades aos jovens da ilha São Vicente. Há três anos no mercado cabo-verdiano, já conquistou o agrado de várias personalidades do mundo da música e não só.

Suíla Rodrigues

Samara Lemos, 22 anos, uma brasileira a viver em São Vicente e dona da Lion Tribe, uma marca juvenil, que produz roupas e acessórios, diz preferir trabalhar com parceiros na mesma faixa etária, desde fotógrafos, modelos até aos designers.

“Queremos dar oportunidades aos jovens; desmistificar a crença de que só as pessoas ‘adultas e estudadas’ podem criar e desenvolver projetos sustentáveis, de qualidade e ser responsáveis”, explica ao A NAÇÃO.

Lançada no Mindelo, a 10 de Agosto de 2017, dia mundial do Leão, enquanto marca, a Lion Tribe foi desenvolvida por uma jovem empreendedora, Samara Lemos, que sempre desejou criar algo próprio que expressasse a sua criatividade, ambições, influências, bem como a sua identidade.

“A Lion Tribe surgiu da junção de todas as minhas influências culturais de Brasil e de Cabo Verde, música e linguística, não tem algo mais Samara do que

uma t-shirt. É algo que eu uso no meu dia a dia, algo versátil. E ela acaba por ser uma tela, onde consigo colocar a arte e todas as minhas influências”, declara.

Desde a sua criação a marca já participou em diversos concursos e eventos culturais, onde foi patrocinadora e colaboradora. Nestes anos já ganhou a atenção de várias personalidades do mundo da música, como Hilário Silva, Fattú Djakitê, Djodje, Batchart, entre outros.

Da menina à mulher empresária

Samara Lemos conta que começou a empreender desde

muito jovem, ainda no Brasil, seu país natal. Aos dez anos já vendia pulseiras na escola para conseguir pagar os passeios escolares. Além disso, já participava, sob a forma de voluntariado, em projectos sociais na igreja em que estava inserida.


Aos 12 anos veio para Cabo Verde, juntamente com os pais, através de um trabalho missionário com o propósito de contribuir e ajudar pessoas. Hoje, bem inserida, Samara fez de São Vicente a sua nova casa, cujo crioulo domina. Estudou no Liceu Ludgero Lima, onde continuou a dar curso ao seu talento, fazendo e vendendo

pulseiras, artesanato e produtos estéticos para conseguir comprar os seus pertences, viajar e pagar as suas despesas de formatura.

Durante todo esse percurso, até atingir a maioridade, Samara já foi vendedora na Praça Estrela, monitora de jardim, professora de inglês e francês (nível básico) e vendedora informal de alguns produtos.

Aos 18 anos, Samara Lemos conseguiu criar e registar a sua empresa e marca, a Lion Tribe, um ponto de encontro de toda a sua versatilidade, desde a música, passando pela linguística até chegar e culminar com a

sua influência cultural Brasil/Cabo Verde. Por isso já foi convidada para compartilhar suas vivências em inúmeras palestras sobre empreendedorismo e assuntos relacionados. Todo seu trabalho pode ser acompanhado no Facebook e Instagram “Samara Lemos” e “LION TRIBE”.

Samara Lemos é formada em ciências políticas e relações internacionais, trabalha em associações beneficentes, com assistência linguística, assessoria de comunicação, dá aulas particulares e acredita que “o empoderamento juvenil é possível. Mais do que isso, ele é necessário”, afirma convicta. 



Samara Lemos

CULTURA

O que anda a ler e a ouvir?

LITERATURA

Praia

Livraria “Nhô Eugénio”

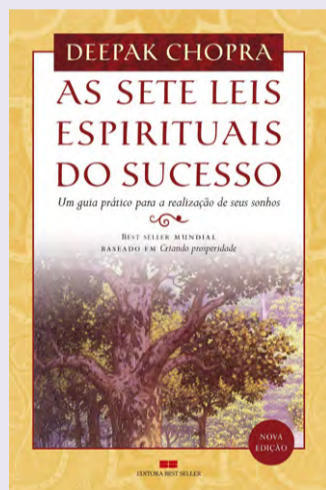
A turma do Cabralinho e o Búzio Mágico – Marilene Pereira e Coralie Tavares Silva

O diabo foi meu padeiro - Mário Lúcio – Dom Quixote

Manual di mudjer – Princezito - Ragaladu Editora

Cesária Évora - Elżbieta Sieradzińska – Rosa de Porcelana Editora

As sete leis espirituais do sucesso – Deepak Chopra – Best Seller



São Vicente

Livraria “Semente”

O poder do agora - Eckhart Tolle - Pergaminho.

A morte da competência - Tom Nichols - Quetzal.

A reconexão - Dr. Eric Pearl - Albatroz.

O livro do porquê - Judea Pearl e Dana Mackenzie - Temas e Debates.

O meu pé de laranja lima - José Mauro de Vasconcelos - Fábula.



Evel Rocha - Psicólogo/Escritor – Mindelo

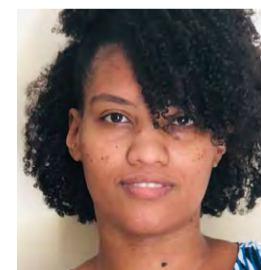
Acabo de ler o livro “Água para elefantes”. O romance conta a cativante história do velho Jacob Jankowski, que ronda seus 90 a 93 anos, numa clínica para idosos. É arrebatado pelas lembranças quando um circo itinerante chega à cidade, na época da Depressão e relembra a história de sua vida. No fim deste deslumbrante livro, sou levado a concordar com a autora de que a “a vida é o maior espetáculo da Terra”. A minha leitura, de preferência, é virada para livros de literatura. Dedico aos

livros de história universal e biografias que também muito me fascinam. Nestes dias ando a ouvir Enya e Bocelli. São ritmos que se encaixam na minha forma de estar na vida e me embalam na escrita. A música depende do momento. Gosto de boa música, no geral, mas a minha preferência vai para os clássicos dos anos oitenta; fazem parte do meu acervo musical a música a capela sul-africana e a MPB, com destaque para Vinícius de Moraes. No panorama nacional gosto de ouvir a morna e a coladeira.



Daniela Lopes – Estudante – Lisboa (Portugal)

O último livro que li foi “O Homem de Giz” de C.J. Tudor. A história é contada intercalando o passado com o presente. A narrativa gira em volta de mistérios onde um grupo de amigos encontra um cadáver desmembrado e presencia outros acontecimentos terríveis. Mesmo sendo uma leitura pesada, a narrativa é muito envolvente e inteligente e deixa um “gostinho de quero mais” a cada página que se lê. Normalmente gosto de ler suspense, thriller e crimes policiais. Às vezes leio romances quando fico intrigada com a sinopse do livro. Uma música que tenho ouvido muito é “Zero” dos Linniker e os Caramelows. Eu ouço de tudo, desde morna a heavy metal, mas os estilos musicais que estão mais presentes no meu dia a dia são rock alternativo, soul e R&B.



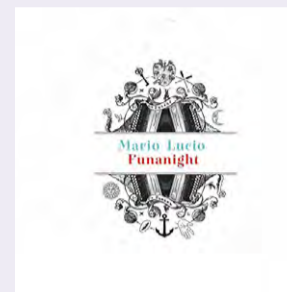
Adnizia dos Anjos – Professora universitária – Praia

Estou lendo “To Kill a Mockingbird” de Harper Lee. O livro conta a história de Atticus Finch, um advogado que luta contra o racismo, segregação e injustiça social durante a era da Grande Depressão nos Estados Unidos. A beleza do livro reside na narrativa comovente que a personagem, Scout Finch, faz. Ela faz-nos ver as coisas que acontecem na sua cidade com uma visão ingénuo, contudo muito atenta e com a sinceridade de uma criança. Leio de tudo um pouco porém, prefiro livros que ajudam a satisfazer ou a explorar a inteligência humana. Adoro biografias e livros religiosos. Adoro uma boa música, mas raramente consigo ler enquanto uma música toca. Amo mesmo músicas do estilo religioso ou gospel. Normalmente escuto também músicas de artistas Cabo-verdianos que elevam e valorizam a nossa cultura tal como: Mayra Andrade, Ildo Lobo, Orlando Pantera, entre outros.

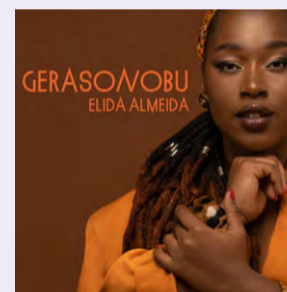
MÚSICA

Praia

Nhô Eugénio



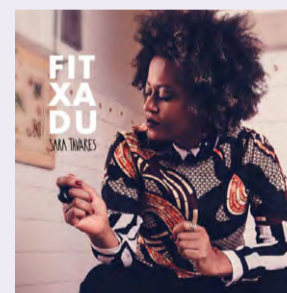
Funanight – Mário Lúcio



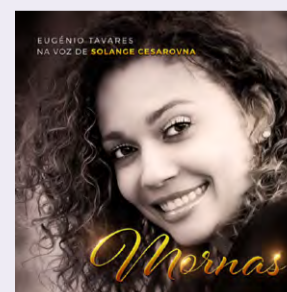
Geração Nobu – Elida Almeida



Cabo Verde – Cesária Évora



Fitxado – Sara Tavares



Mornas de Eugénio Tavares – Solange Cesarovna

“Ditos de alguns que mais me prouveram”



Arsénio Fermino de Pina*

O Coronavírus não nos dá folga e até nos vai presenteando com uma nova mutação para nos atingir mais fácil e rapidamente, incluindo as crianças, embora se presume com malignidade igual, sendo nossa esperança as vacinas já disponíveis que se espera venham a pôr cobro à sua expansão. Por ora, a defesa mais eficaz é o respeito das recomendações da Direcção Geral de Saúde e da OMS, o que nos obriga também a um recolhimento caseiro com saídas mínimas à rua e afastamento de ajuntamentos. Para quem aprecia ler, a alternativa é evidente, leituras novas e recapitulações de livros já lidos e guardados. É o que tenho feito, deparando-me descobertas até em revisões de releitura de livros e dos meus canhenhos. Iremos falar-vos de política e pouco mais, de braço dado com comentadores políticos e escritores: Pacheco Pereira, historiador que já vai no V livro sobre a História do PCP, Fátima Bonifácio, historiadora, António Barreto, sociólogo e ex-ministro da Agricultura no pós 25 de Abril, José Mendes Gil, filósofo, Isabel do Carmo, médica que se formou no mesmo ano que eu, pertenceu às Brigadas Revolucionárias, lutadora anti regime Salazarista e que somente em 1970 é que conseguiu fazer o doutoramento e ser, posteriormente, professora universitária na Faculdade de Medicina, e alguns outros cuja identidade assinalo.

Têm aí as fontes onde fui buscar esses ditos. Quem conhecer os intelectuais de peso dessas fontes identificará os seus escritos, quem os desconhecer terá o benefício de descobertas edificantes. Irei proceder, como o grande cronista Fernão Lopes escreveu numa das suas crónicas: “É minha intenção curtamente falar, não por próprias palavras achadas, mas reunir em breve molho os ditos de alguns que mais me prouveram”. Algumas tiradas são mesmo minhas.

Para quem não me conhece devo informar que possuo os ideais e os valores da esquerda não extremista, em particular o respeito do outro e a procura obstinada do interesse ge-

ral.

Vejamos, então, o que seleccionei.

Hoje, as regiões europeias e os poderes regionais eleitos na Dinamarca e Suécia, Suíça e no Canadá, quatro países desenvolvidos descentralizados no mundo, são agentes políticos ouvidos, respeitados, considerados e sempre presentes na agenda dos governos desses países. A estrutura centralizada, há muito em vigor, não tem resultado; apenas beneficia os grupos de interesse e as burocracias acantonadas na capital, sem a participação das regiões enquanto agentes de desenvolvimento. A cegueira centralista não consegue ver que a descentralização e a regionalização são, nos nossos dias, um imperativo de equidade democrática e de desenvolvimento integrado – acrescento eu, que deveríamos implementar em Cabo Verde.

A desintegração das sociedades plurais do Levante – nome por que o Médio Oriente era conhecido – causou uma degradação moral irreparável que afecta actualmente todas as sociedades humanas e desencadeia, no nosso mundo, barbaridades impensáveis – lapidações, decapitações, crucificações, linchamentos, tudo filmado e divulgado para exhibir. Antes, a nação árabe era respeitada, tinha um projecto, ainda não corria perigo nem caíra no ódio de si próprio. Quem é que acredita hoje que o judeu Maimonide escreveu “O Guia dos Perplexos” em árabe? Foi a partir do Levante que as trevas começaram a espalhar-se pelo mundo. A crise principal ocorreu quando os países produtores de petróleo (OPEP) impuseram um embargo com subida do preço do barril para protestar contra o auxílio dos Estados Unidos ao Governo de Israel durante a guerra com o Egipto e Síria em 1973.

Brezinski, conselheiro na Casa Branca, polaco, pediu aos seus aliados – sunitas, egípcios e pakistaneses – que enviassem aos mujahedines no Afeganistão dinheiro, armas e voluntários dispostos a lutar contra os comunistas ateus, como nos relata o escritor Amin Maalouf.

Num mundo tão interdepen-

dente como o nosso – e se dúvidas houvesse sobre a nossa paróquia global, bastaria pensar no trágico exemplo do Covid-19, que mostra bem como um surto num remoto recanto do globo se pode transformar, subitamente, numa pandemia – devemos reforçar a cooperação e a solidariedade mundiais, ou será a espécie humana que estará em risco de perecer.

O que se chama apocalipse, e, pela primeira vez na História, anunciado pela racionalidade científica, e não pelas seitas milenaristas, proféticas e religiosas, anuncia a possibilidade do fim da espécie humana. Temos que mudar radicalmente o nosso comportamento, dando prioridade absoluta ao interesse da comunidade em vez do interesse pessoal e de uma facção.

Paul Valéry, um poeta francês conservador, dizia que a política era a arte de fazer que as pessoas não se intromettessem naquilo que lhes dizia respeito. Uma revolução é exactamente o contrário, um extraordinário momento em que as pessoas decidem tomar a vida nas suas mãos: onde e como vão trabalhar, quem aceitam como dirigentes, onde vão viver, em que escola os seus filhos estudarão ... Milhões de pessoas vivendo do seu trabalho, durante anos e décadas, aceitam que tudo seja decidido por outros, e, de um momento para o outro, passam, através da revolução, a decidir por elas próprias. Um parto difícil, mas belo, que muito raramente se realiza. (Raquel Varela). Não me lembro de nenhuma revolução que se tenha realizado integralmente, a não ser no início ... para animar a malta ou enganar papalvos.

Tudo que é belo na vida exige paixão, afectos positivos, como dizia Espinosa.

Há um recuo da cultura de humanidades e de democracia nos últimos tempos. Esse sistema de valores não nos protege em absoluto contra a barbárie, mas ajuda. Não é por acaso que todos os antidemocratas se manifestam contra essa tradição iluminista que foi historicamente muito importante nos debates e decisões na independên-

cia dos Estados Unidos, e preferem falar das perversões do jacobinismo. Esta cultura de humanidades é uma cultura, implica conhecimentos, saber, referências, capacidade para viver experiências indirectas, também é livresca porque implica ler livros e não pensar que uma dúzia de simples competências num computador ou num telemóvel a substitui. Um exemplo típico do que é uma resposta bárbara foi a de Millian Astray, legionário mutilado da Guerra Civil Espanhola, que dizia que sempre que ouvia falar de cultura puxava da pistola.

A democracia é, segundo a definição clássica, o governo do povo pelo povo. Esta definição, tomada à letra, à semelhança do que faz muita gente da Bíblia e do Alcorão, que levou à Inquisição e ao Extremismo Islâmico, conduziu à sangrenta ditadura da II República Francesa (1792-94). Nasceu depois a democracia representativa, ou seja, um sistema político em que escolhemos quem nos representa. Teoricamente, claro. Na prática e na realidade, de um modo geral não nos revemos em quem elegemos, na sua maioria ilustres desconhecidos acerca de quem nada sabemos. [...] Em todos os países, os eleitores sabem que estão a votar em partidos, não em indivíduos. Quer dizer, todas as democracias representativas, em menor ou maior grau, degeneram em partidocracias, o reino das responsabilidades impalpáveis e difusas. O Estado neoliberal que se lhe seguiu mais tarde após a ruína do comunismo, e nos vem iludindo nos últimos trinta anos, tem sido incapaz para proteger os cidadãos, reconfigurando-se para entregar essa protecção ao sector privado, de que são expressão o desinvestimento no SNS, a privatização da saúde sob a forma das problemáticas parcerias público-privadas, da educação, da segurança social e de outros serviços e instituições.

Em Portugal, o seu Estado de direito pode facilmente ser posto em causa face aos atrasos da justiça, especialmente em casos de corrupção, à prática impune de violação do segredo de justiça, à desigualdade

de tratamento pelo sistema judicial dos pobres e das mulheres, ao primado do Estado em qualquer processo entre cidadãos e a Administração Pública.

É preciso desconfiar da inteligência quando atropela o carácter, fere a autenticidade ou desmonta a coerência.

Por último cito a colega Isabel do Carmo, que nos recorda os limites da social-democracia, atribuído, de entre os comentadores políticos, a José Pacheco Pereira, a virtude de fazer análise marxista das classes. Diz ela que a esquerda não extremista pode ter esperança. Apesar de tantas derrotas, se olhar para trás, as grandes conquistas para a Humanidade, que hoje são assumidas pela maioria como suas, fazem parte dos movimentos e partidos que lhe pertenceram historicamente. Desde que a esquerda se chama esquerda, portanto, desde a Revolução Francesa, que foi ela que as obteve: que cada ser humano seja cidadão e não um súbdito, com direitos iguais para todos; que se tenha obtido o fim da escravatura; que tenha saído vitoriosa a luta pelo sufrágio das mulheres; que se chegasse à jornada de oito horas, nas weekends, às férias pagas, às caixas de reforma, ao fim do trabalho infantil, aos serviços estatais de saúde e educação. Que haja igualdade de género e origem geográfica, pelo menos na lei; que haja liberdade de escolha sexual. Estas são as vitórias que caracterizam a esquerda, são o seu currículo, e não os slogans, as frases feitas e as liturgias. Muita direita dirá que também está de acordo e que isto é adquirido. Pois ... Agora. Todavia, são fruto de muitas batalhas, donde se deduz que a esquerda, com mais ou menos derrota, tem de ir prosseguindo a sua luta, por vezes passo a passo.

Parede, Janeiro de 2021

*(Pediatria e sócio honorário da Adeco)

OPINIÃO



Filinto Elísio

Olhares de Lisboa

Flashes

O 80º Aniversário de Arménio Vieira, um dos mais ilustres escritores cabo-verdianos, é acontecimento grato deste ano ainda novo e é ocasião propícia para refletirmos sobre a sua obra (refiro-me à crítica, ensaio e tradução). Tal como Cesária Évora, que também comemoraria os 80 anos, se estivesse viva, Arménio Vieira é outro que outorga grandeza à Cultura Cabo-verdiana e, mais, com a sua voz poética, adita aos emplastros da raiz, o coligir rizomático, tudo que exala em nós de aletheia, kosmos e logos – de arquipélago maior, transcendente.

*

Celebremos, Praia, celebre-

mos, Cabo Verde, celebremos, Mundo... Arménio Vieira, este que nos escreve e inscreve, nos evoca e invoca...de tamanha compostura. A propósito, oferece-nos ele, por estes dias, mais um esgar de poesia, "Safras de um triste outono", provavelmente, o seu melhor livro.

*

Falando em poesia. Depois de recitar o poema The hill we climb, na posse do presidente dos EUA, Joe Biden, sobre a poeta Amanda Gorman, de 22 anos, recaiu o interesse dos críticos e dos leitores. Tanto que a sua editora, Penguin Random House, já anunciou tiragens iniciais de um milhão de cópias dos

seus dois próximos livros. No mês de setembro, o mundo conhecerá a coletânea The hill we climb and other poems, traduzida em várias línguas, inclusive a portuguesa. Para lá dos graúdos acentos da glória, não abandone a poeta o seu desterro e o seu suplício, de cujas escrituras já nos contagiam, nem se encante ela ao perigoso canto das sereias na orbe-mundo.

*

Janeiro (ora confirmado pelos contágios e pelas mortes) foi de longe o mais grave mês desde o início desta pandemia. E oxalá (contrariando as previsões) o pior ainda não esteja para vir. De permeio, pouca responsabilidade, al-

gumas vezes bem localizada, mas impune, explica parte do porquê de assaz pandemónio fazer-se à pandemia.

*

De há muito soube que, trocando em miúdos e regressando às águas à nascente, somos este núcleo duro de familiares e amigos. O vasto mundo, em sua dinâmica mais complexa, não tem vagar para a nossa pequena felicidade. Ademais, não haverá mais sabedoria do que gerir a vida menor, diária, prosaica, a desgastar o viço ao calendário. Rir contigo o "come chocolates, pequena suja", dito por Álvaro de Campos, encantado de tal sem afinal metafísica...



César Silva

A próxima estação

A próxima estação do comboio político da Nação cabo-verdiana vai ser no dia 18 de Abril, altura em que esse comboio vai ter que parar para alguns ficarem, outros saírem e, também, para entrarem os novos Deputados assim como os novos membros do novo Governo para mais uma viagem de 5 anos.

Nesse sentido, apelo a um melhor comportamento dos condutores, engenheiros e serventes desta nova viagem. Apelo, igualmente, aos partidos políticos para que elevem um pouco mais o nível da deputação, ou seja, para um patamar mais elevado do que tem sido até ao presente.

Que saibam peneirar bem os seus potenciais candidatos e apresentem à Nação os melhores. Melhores do que muitos do passado porque esses deixaram muito a desejar:

- Deputados/Políticos que usam profanidades para expressar os seus interesses;
- Deputado/Políticos que ameaçam uns aos outros com agressões físicas;
- Deputados/Políticos que não se coíbem de entrar em vias de facto uns com os outros;
- Deputados/Políticos preguiçosos que vivem à custa do erário público e nada fazem;
- Deputados/Políticos que recebem ajudas de custos para vi-

sitarem os seus círculos, mas não o fazem;

- Deputados/Políticos que levantam falsos testemunhos aos cidadãos por causa de interesses políticos;
- Deputados/Políticos com negócios obscuros e menos transparentes;
- Deputados/Políticos que põem os seus interesses acima dos interesses da Nação;

São esses tais Deputados/Políticos que tiram a luz e o brilho da política cabo-verdiana e acabam por roubar a luz e a clareza dos bons e verdadeiros Deputados/Políticos, deixando o país confuso e às escuras.

São esses tais Deputados/Políticos que o país não quer

e, por isso, apelo uma vez mais aos partidos políticos para que façam a necessária triagem e apresentem os seus melhores exemplos para com a sociedade.

Sim, Deputados/Políticos mais próximos das suas comunidades e círculos que representam.

Deputados/Políticos que levam às suas bancadas e, finalmente, ao Parlamento os interesses e necessidades da sua comunidade, contribuindo para a aprovação de leis que beneficiam as respectivas populações e o país em geral.

Desejo a todos uma boa viagem política para os novos 5 anos.

Prato cheio

Biscoito casadinho

Ingredientes

- 150 g de margarina culinária
- 2 gemas;
- 2 xícaras (chá) de farinha de trigo;
- 1 xícara (chá) de amido de milho;
- 1 e 1/2 xícara (chá) de açúcar;
- 1 colher (chá) baunilha (opcional);
- Raspas de limão a gosto;

Modo de preparação

- 1- A massa pode ser feita no processador ou misturada com as mãos.
- 2- Coloque todos os ingredientes no processador e primeiro use a função pulsar, depois bata normalmente, até que fique tudo bem misturado.
- 3- Transfira para uma superfície lisa e trabalhe até dar o ponto.
- 4- Abra a massa com um rolo, não abra muito fina.
- 5- Corte como preferir, coloque em assadeira sem untar.
- 6- Leve para assar em forno médio-alto, até que comecem a dourar ligeiramente.
- 7- Tire os biscoitinhos do forno ainda branquinhos e deixe esfriar sobre uma grade.
- 8- Se tentar tirar quente vai quebrar.
- 9- Una os biscoitos com goiabada derretida, doce de leite ou com geleia, passe no açúcar de confeiteiro ou refinado.



Caça-palavras



Encontre o nome de 10 países presentes no Mundial de Andebol 2021:

SOLUÇÕES:

CATAR
BRASIL
ARGENTINA
SUÉCIA
DINAMARCA
PORTUGAL
ESPANHA
ANGOLA
EGIPTO
CABO VERDE

Anedotas

Shots

Um sujeito entra num bar e diz ao barman: - Dê-me 20 shots, depressa! O barman serve-lhe os vinte shots e observa enquanto o homem os bebe rapidamente, um atrás do outro. Diz o barman: - Nunca vi ninguém beber shots tão depressa... - Se você tivesse o que eu tenho também os bebia assim depressa! - Ai sim? Então e o que é que você tem? - 200 escudos!

Malucos

Dois malucos : - A pesca hoje estava mesmo boa, marcaste o lugar onde estávamos? - Marquei, fiz uma cruz no casco do barco que alugámos! - És mesmo parvo! Então, se da próxima vez não pudermos alugar o mesmo barco como é que vamos saber onde é que era?

Talento

Rossini Andrade é um jovem beatmaker e produtor musical, natural da ilha de São Vicente. Integra o grupo Master Beatz desde 2012 e, desde 2017, tem vindo a desenvolver os seus trabalhos enquanto produtor musical no estúdio da Awe Sound Recordz. Segundo relata, estas duas paixões surgiram a partir da curiosidade que sempre o caracterizou.

“Comecei em 2010/2011. Na vertente de mistura e masterização iniciei em 2015 e comecei apenas como uma curiosidade, que se transformou em metas com muita ambição pelo qual trabalho todos os dias”, diz.

Actualmente este jovem mindelense possui dois estúdios, um na Praia e outro em São Vicente. Ambos estão bem equipados e com pessoas competentes para o processo de gravação, sendo

que o trabalho final é feito na cidade da Praia.

Ao longo destes anos de carreira, Rossini já trabalhou com uma série de artistas o que lhe proporcionou momentos únicos no estúdio e deu-lhe margem de manobra para evoluir no seu processo de aprendizagem.

“Chypher Vila Nova penso que foi o primeiro trabalho que fiz e deu início a minha jornada nesta área. Mixtapes, álbuns boombap/hardcore dos mc’s Seveige, Sné, Raf, D Square, DMOG, Dio, entre outros, sou grato pela confiança que me deram. AWKWARD mixtape do Sam Brooklyn Zoo foi um trabalho que gostei imenso porque houve uma constante troca de ideias. O álbum Geração a rasca, do D Square, mudou o meu método de trabalho, bem como o single do Yuran TMP Boys, ‘ix cosa lí’. Pela pri-

meira vez tive que trabalhar o instrumental e as vozes no mesmo projecto”, acrescenta.

Rossini tem muitos projectos em andamento e provavelmente alguns poderão ser lançados já este ano. Neste momento, boa parte dos trabalhos estão dependentes da finalização dos artistas convidados.

O trabalho de estúdio tem cada vez mais um papel importante no contexto musical, apesar de nem sempre lhe ser dado o mérito. Contudo, segundo revela este entrevistado, o seu trabalho começa a ser visto com “outros olhos”. “Os beatmakers e os produtores estão ganhando mais respeito e importância entre os artistas. Cabe-nos agora inovar, ser mais criativos na parte da produção do instrumental mas também na nossa divulgação.”



AGENDA CULTURAL

“Roteiro do Archipelago de Cabo Verde” apresentado na Assomada

O livro “Roteiro do Archipelago de Cabo Verde”, de José de Senna Barcellos, é apresentado esta quinta-feira, na Assomada, na Biblioteca Municipal, pelas 16 horas. A apresentação estará a cargo de José Manuel Pinto Teixeira, embaixador da Ordem Soberana de Malta.

Romice Monteiro

“**R**oteiro do Archipelago de Cabo Verde”, escrito e publicado há mais de um século, permite compreender certos aspectos da história náutica cabo-verdiana, relativamente à navegação e comércio. Foi

Editado pela Livraria Pedro Cardoso, organizado pelo professor universitário Włodzimierz Szymaniak e historiador e especialista da área da arqueologia e património,

José Silva Évora.

No prefácio, Szymaniak dá conta de que, desde 1812 (data da edição da obra) até esta altura, “não há mais nenhum estudo oceanográfico ou náutico dedicado a estes dez grãozinhos de terra, um instrumento de grande utilidade para navegadores e, naturalmente, como suporte de operadores turísticos, mergulhadores, surfistas, biólogos, velejadores e demais pessoas com ligação direta ou indire-

ta àquilo a que hoje se chama Economia Azul”.

Sobre o autor...

Christiano José de Senna Barcellos nasceu em 1853, na Vila de Nova Sintra, na ilha Brava, e com 19 anos, alistou-se na Armada Portuguesa realizando posteriormente o curso na Escola Naval em Lisboa. Dedicou a vida à navegação e aos estudos nas áreas de geografia, direito, economia



e história. Foi oficial da marinha durante quase trinta anos.

Apesar de viver em várias paragens, nunca perdeu laços afetivos com a ilha natal. No fim da carreira, desempenhou funções de capitão dos portos de Cabo Verde e de adido à Direção Geral da Marinha. Mais do que isso, com os seus estu-

dos, tornou-se uma referência obrigatória no campo da história de Cabo Verde e da Guiné. “Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné” (1899-1913) é, precisamente, a sua “obra magna”, constituída por sete volumes.

Christiano José de Senna Barcellos morreu em 1915, em Lisboa.

Acontece

▶ Lançamento do livro “Capítulos da Morna”, de Carlos Filipe Gonçalves, na Biblioteca Nacional, sexta-feira, 5, às 17H00.



▶ Stand Up Comedy - Beatriz Lúcio “Transparência K Nu Kre”, no Palácio da Cultura Ildo Lobo, sábado, 6, às 19H00.



▶ Espetáculo de dança «Mornatomia», do Djam Neguin, no Centro Cultural Português, 4 e 5 de Fevereiro, às 19H00.

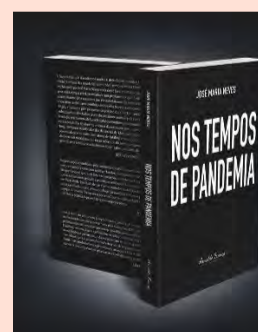


▶ Palinh Vieira, Josimar Gonçalves e Arlindo Rodrigues, no Poeta – Praia, Achada Santo António, sexta-feira, 5, às 20H30.

▶ Tony Moura, Ineida Moniz, Palinh Vieira e Yuri da Graça, no Quintal da Música, quinta-feira, 4, às 21H00.



Aconteceu...



CONVITE

A Arnaldo França Livraria e o Autor José Maria Neves convidam Vossa Excelência para o lançamento do livro “Nos Tempos de Pandemia”, no dia 3 de Fevereiro, Quarta Feira, às 17H00, no Auditório da Biblioteca Nacional.

A apresentação será feita por Eileen Almeida Barbosa.

Contamos com a vossa presença.

Arnaldo França

▶ Lançamento do livro «Nos Tempos de Pandemia» de José Maria Neves, na Biblioteca Nacional, quarta-feira, 3, às 17H00.



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



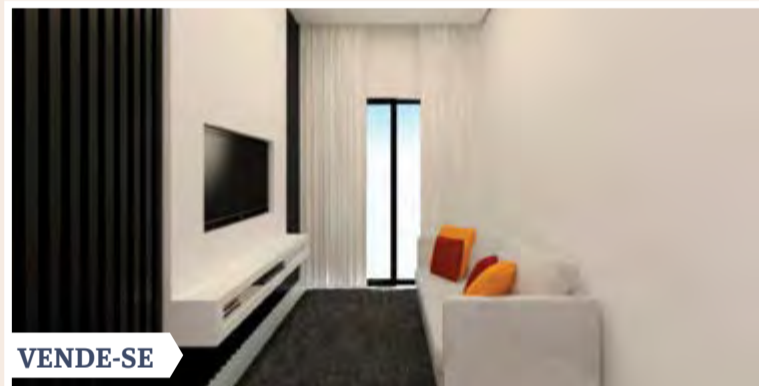
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

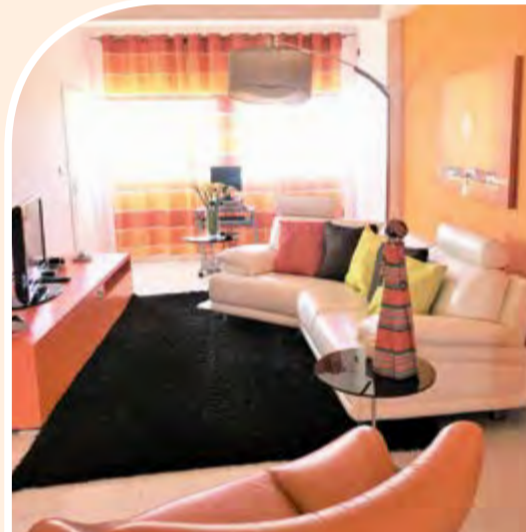
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAR-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAR-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

iPhone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

iPhone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

CONTACTO: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



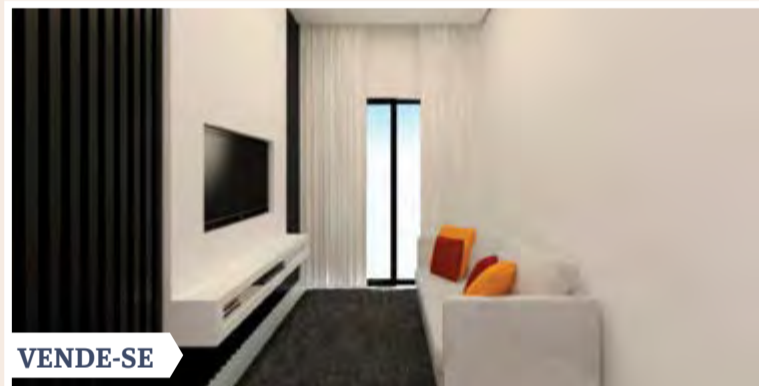
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE






T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 info@hrochasolucoes.cv
 +238 985 16 89
 www.hrochasolucoes.cv
 HRocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599, 48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

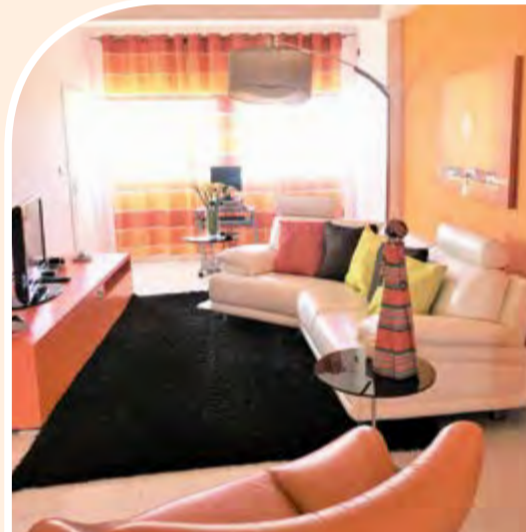
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAR-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAR-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

CONTACTO: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

GCP/CVI/046/EC – Trabalhos de reabilitação do viveiro Florestal em Boa Vista

A Representação da FAO em Cabo Verde, anuncia que está aberto o concurso para obras de reabilitação do viveiro florestal em Boa Vista.

Estão para o efeito convidadas a apresentar propostas, todas as empresas legalmente constituídas e com experiência comprovada.

O Dossier de Anúncio de Concurso (Invitation à Soumissionner - ITB), demais documentos e informações relacionadas com o concurso poderão ser obtidas no seguinte endereço: <https://www.ungm.org/Public/Notice>.

As propostas devem ser entregues conforme instruções existentes nos dossiers de concurso através do endereço <https://www.ungm.org/Public/Notice>, até ao dia 15 de Fevereiro de 2021 às 15h00 (hora de Cabo Verde). Após esse prazo, não será aceite nenhuma proposta.

É garantida a confidencialidade sobre todos os documentos enviados juntamente com as propostas.

A Representação da FAO em Cabo Verde, reserva-se o direito de anular o concurso, caso as propostas concorrentes não apresentarem as condições mínimas estipuladas no Dossier de Anúncio de Concurso (ITB).

A única visita guiada ao local aonde serão realizados os trabalhos é obrigatória. **A visita será feita no dia 08 de Fevereiro de 2021, às 10 horas da manhã** a partir da Delegação do Ministérios de Agricultura e Ambiente em Boa Vista – Sal rei.



AGÊNCIA DE AVIAÇÃO CIVIL

Nos termos do n.º 2 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 47/2019, de 28 de outubro, a Agência de Aviação Civil (AAC), convida o público em geral a participar na consulta do seguinte projeto de regulamento:

- Emenda ao CV-CAR 21 – Sistema de Gestão de Segurança Operacional

O projeto em causa pode ser consultado no website da AAC – www.aac.cv - por um período de 30 (trinta) dias, de **22 de janeiro a 21 de fevereiro de 2021**, devendo os interessados remeter os seus comentários por correio eletrónico – gaj@acivil.gov.cv ou para o seguinte endereço:

Agência de Aviação Civil

Achada Grande Frente

CP 371 Praia – República de Cabo Verde

OBS: Os comentários devem constar de um formulário próprio disponibilizado no website da AAC.



Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“ATLANTIC BLUE FIN TUNA FARMING - AQUACULTURE PROJECT”

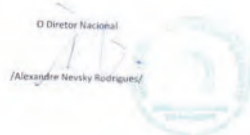
ILHA DE SÃO VICENTE

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “ATLANTIC BLUE FIN TUNA FARMING - AQUACULTURE PROJECT” - MINDELO - ILHA DE SÃO VICENTE do proponente NOTURNA, AS - NORUEGA para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 26 de janeiro a 08 de março nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de São Vicente;
- Delegação Regional do Ministério da Agricultura e Ambiente em São Vicente.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 22 de janeiro de 2021



Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“REQUALIFICAÇÃO DO AREAL URBANO DAS PRAIAS DO EX CAIS DE ALFÂNDEGAS E DA PRAIA DE BOTE”

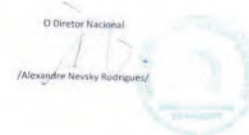
ILHA DE SÃO VICENTE

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “REQUALIFICAÇÃO DO AREAL URBANO DAS PRAIAS DO EX CAIS DE ALFÂNDEGAS E DA PRAIA DE BOTE” – MINDELO - ILHA DE SÃO VICENTE do proponente ENAPOR – Portos de Cabo Verde, SA para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 26 de janeiro a 08 de março nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de São Vicente;
- Delegação Regional do Ministério da Agricultura e Ambiente em São Vicente.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 22 de janeiro de 2021





CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S.A.
ASSEMBLEIA-GERAL
CONVOCATÓRIA PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

A realizar no Auditório da Sede da Caixa Económica de Cabo Verde, na Av. Cidade de Lisboa, Cidade da Praia.

Convoco os Senhores Acionistas, com direito de voto, nos termos do artigo 14.º dos Estatutos, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no local supra indicado, no dia 26 de Fevereiro de 2021, pelas 17 horas, com a Ordem do Dia abaixo mencionada.

Caso não exista quorum suficiente por não estar presente ou representado, no mínimo, 51% do capital social (Estatutos, art. 14.º, n.º 3) desde já se convoca a reunião da Assembleia Geral Extraordinária, em segunda convocatória, para o dia 29 de Março de 2021, no mesmo local, às 17 horas e com a mesma ordem do dia, podendo então deliberar qualquer que seja a percentagem do capital presente ou representado.

Ordem do Dia:

1. Proceder à Recomposição dos órgãos sociais;
2. Deliberar sobre a Política de Seleção e Avaliação dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização;
3. Deliberar sobre a Política de Remuneração;
4. Deliberar sobre a caução dos Administradores;

De acordo com o artigo 12.º dos Estatutos, só podem participar na Assembleia-Geral os acionistas que sejam titulares de, pelo menos, 50 ações do capital social, sem prejuízo do direito reconhecido aos acionistas, pela última disposição estatutária, que se agruparem.

Os acionistas podem fazer-se representar por pessoa singular com capacidade jurídica plena, através de carta mandadeira dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, que deve ser recebida antes da hora marcada para o início da sessão.

Praia, 01 de Fevereiro de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia-geral
 (Raquel Helena Lopes Spencer Ferreira Medina)



Sociedade Industrial de Gases, s.a.
 Telef. 2300517 / 2323891; Fax 2324224;
 mail: sodigas@cvtelcom.cy
 C.P. 247 - Matiota - S. Vicente - Cabo Verde
 NIF. 250480662

CONVOCATÓRIA

Nos termos da Lei e dos Estatutos, são convocados os senhores accionistas da SODIGÁS – Sociedade Industrial de Gases, SA. para uma reunião extraordinária da Assembleia Geral a ter lugar no dia 06 de Fevereiro de 2021, pelas 18:00 Horas, nas instalações da C.C.B. nesta cidade do Mindelo - S. Vicente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Substituição dos novos membros do Conselho de Administração.
2. Substituição do Conselho Fiscal pela figura de Fiscal Único.
3. Diversos.

S. Vicente, 14 de Janeiro de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

SODIGÁS, SA
 SOCIEDADE INDUSTRIAL DE GASES
 / Sr. Edmund St. Aubyn de Carvalho /



Relação de Acionistas

Em virtude da realização de uma Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 26 de Fevereiro de 2021, junto publica-se a relação dos Acionistas cujas participações excedem 2% do capital social da Caixa Económica S.A., nos termos do artigo 53 da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de Abril.

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	47,21%
ESTADO DE CABO VERDE	27,44%
CORREIOS DE CABO VERDE, S.A.	15,14%

Praia, 01 de Fevereiro de 2021

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE
 Caixa Económica de Cabo Verde
 Comissão Executiva
 NIF. 200231753



CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA
Pelouro da Economia da Cidade, Segurança Urbana, Comunicação, Assuntos Jurídicos e Recursos Humanos
 Direção da Guarda Municipal

EDITAL nº 01/2021
MANDADO DE REMOÇÃO

Francisco Avelino Carvalho, Presidente da Câmara Municipal da Praia, no uso das competências que lhe foram atribuídas e ao abrigo do disposto no art. 6º nº 1 al. h) do Código de Posturas do Município da Praia (aprovado pela Deliberação nº 47/2018, de 24 de Agosto, publicado no B.O. nº 69 de 31 de Dezembro):

Faz saber que, no âmbito do procedimento de reintegração de legalidade urbanística violada (apenso ao processo de contraordenação nº 22/01/2021), a correr termos na Direção da Guarda Municipal, ficam por este meio notificadas as **pessoas não identificadas**, donos e/ou responsáveis pelas vedações com madeiras, arames e outros materiais, **sito na localidade São Martinho – Praia**, para, no prazo de **10 (dez) dias, procederem à remoção e/ou pronunciarem acerca das respetivas vedações**, feitas sem a autorização emitida pela Câmara Municipal da Praia.

Se depois deste prazo, se verificar que estas vedações não foram removidas, a Câmara Municipal da Praia mandará os seus serviços competentes a procederem com a respetiva remoção, ficando todas as despesas da operação a cargo dos infratores, caso venham a ser identificados, além de poderem incorrer em responsabilidades contraordenacional, punível com coima a graduar entre 5.000\$00 (cinco mil escudos) e 250.000\$00 (duzentos e cinquenta mil escudos) se for pessoa singular e 10.000\$00 (dez mil escudos) a 500.000\$00 (quinhentos mil escudos) se for pessoa coletiva, nos termos do artigo 19 da mesma Deliberação.

Para constar e devidos efeitos, se publica este Edital que vai ser afixado no Edifício dos Paços do Concelho e demais edifícios públicos desta Edilidade, assim como nas próprias vedações objetos do presente processo e, publicado em jornal de âmbito nacional.

Paços do Concelho da Praia, aos 27 de Janeiro de 2021.

O Presidente,

Francisco Avelino Carvalho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOSTEIROS
CIDADE DE IGREJA-MOSTEIROS
 TEL:2831038/39 FAX:2831027

ANÚNCIO

A Câmara Municipal de Mosteiros, torna público que se encontra aberto, a partir desta data, o concurso público de alienação, em carta fechada, das seguintes viaturas, gerador e peças auto:

Quantidade	Marca	Chapa Matricula	Base licitação
1	Magiruz Branco	ST-90-BG	1 500 000,00
1	Magiruz Amarelo	ST-83-IN	300 000,00
1	Toyota Dina Azul	ST-09-NK	500 000,00
1	Volvo Branco	ST-42-BS	1 500 000,00
1	Ambulância Renaut	FG-48-AP	100 000,00
1	Bus Branca		600 000,00
1	Toyota Hilux Verde	ST-86-OC	1 200 000,00
1	Toyota Hilux Branca	FG – 53-AP	800 000,00
1	Compressor		50 000,00
1	Gerador de Eletricidade		400 000,00
1	Diferencial de Volvo e 4 pneus		250 000,00

- As viaturas poderão ser observadas na oficina da Câmara Municipal de Mosteiros, nas horas normais de expediente.
- Os interessados poderão enviar as suas propostas em carta fechada até o dia 10 de Fevereiro de 2021, dirigida à Câmara Municipal de Mosteiros, devendo ser indicado no envelope a designação “CONCURSO DE ALIENAÇÃO DE VIATURAS”
- A abertura das propostas terá lugar no salão Nobre dos Paços do Concelho pelas 14 Horas do dia 12 de Fevereiro de 2021.
- A Câmara Municipal de Mosteiros não alienará as viaturas ou outros produtos objetos desta alienação se as propostas forem inferiores à base de licitação.
- Os veículos ou outros produtos objetos desta alienação serão alienados aos concorrentes que apresentarem a melhor proposta financeira.
- Todas as despesas inerentes à transferência do registo de propriedade da viatura ocorrerão por conta do proponente.
- Os veículos e outros produtos objetos desta alienação serão alienados no estado actual em que se encontram e não serão aceites quaisquer reclamações após a venda.

Câmara Municipal de Mosteiros aos 25 de Janeiro 2021
 O Secretário Municipal



Ministério das Infra-Estruturas, do
 Ordenamento do Território e Habitação



ANÚNCIO PROCEDIMENTO

Nº 02/2021_CCv_ST/CPN

“EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA REDE COMERCIAL DOS CORREIOS DE CABO VERDE, ILHA DE SANTIAGO”

1. Entidade Adjudicante

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

Direção de Projetos e Concursos (DPC) da Infraestruturas de Cabo Verde, Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH).

3. Entidade financiadora

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo Governo de Cabo Verde.

4. Objeto do concurso

Execução da Empreitada de Remodelação da Rede Comercial dos Correios de Cabo Verde, na ilha de Santiago.

5. Visita Técnica Obrigatória ao Local da Obra

Será realizada visita técnica local obrigatória no dia 05 de fevereiro de 2021, nos seguintes horários:

- **9h00** - Loja do Palmarejo, com concentração em frente à Farmácia Universal.
- **9h45** - Loja da Fazenda, com concentração em frente aos Correios.
- **11h00** - Loja de Santa Cruz, com concentração em frente à Câmara Municipal.

6. Prazo de execução de obra

O prazo de execução será de 3 (três) meses, a contar da data da consignação da obra.

7. Obtenção e custo dos documentos do Concurso

Os documentos do concurso, em língua Portuguesa, estarão disponíveis no endereço via email: concursos.icv@gmail.com, entre as 08h30 e às 17h00, mediante o pagamento do montante de 20.000,00 ECV (vinte mil escudos cabo-verdianos) c/ IVA, por meio de depósito na conta corrente a indicar pelos serviços de contabilidade. Para submissão das propostas cada concorrente terá de adquirir o dossier sob pena de não admissão.

8. Divisão por lotes

A Empreitada será dividida em 3 (três) lotes, podendo o candidato concorrer a um, a vários ou a todos os lotes. Sendo:

- **Lote 1** – Loja de Santa Cruz na Cidade de Pedra Badejo, Ilha de Santiago
- **Lote 2** – Loja do Palmarejo na Cidade da Praia, Ilha de Santiago
- **Lote 3** – Loja da Fazenda na Cidade da Praia, Ilha de Santiago

9. Requisitos de admissão

Podem ser admitidas as empresas nacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública e detentores de alvará de 1ª classe ou superior.

10. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de abertura das mesmas.

11. Entrega das Propostas

As propostas deverão ser enviadas até às 23:59:59 do dia 04 de março de 2021, para o email: concursos.icv@gmail.com, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

12. Critérios de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa.

13. Ato Público Online

O ato público online de abertura das propostas efetuar-se-á em sessão pública, às 10h00 do dia 05 de março de 2021 na sala de reuniões da Infraestruturas de Cabo Verde, onde deverão estar presentes os 3 (três) membros do Júri e um representante do Procurador Geral da República e os concorrentes em videoconferência.

14. Lei aplicável ao Procedimento

Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril, e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro.

Praia, 27 de janeiro de 2021

ANÚNCIO

Concurso Público Internacional em Duas Fases Nº 01/UGA/INIDA/2021

“APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE PROJETO PARA ADEQUAÇÃO DO PATRIMÓNIO DO INIDA PARA FINS TURÍSTICOS, EM SÃO JORGE DOS ÓRGÃOS”



Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

País: República de Cabo Verde – Ilha de Santiago

Fevereiro de 2021

1. Entidade Adjudicante

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), sito em São Jorge dos Órgãos, município de São Lourenço dos Órgãos, Tel.: (+238) 2711127, correio eletrónico: inida.maa@gov.cv, por este Anúncio, faz saber que se encontra aberto, a partir da data da publicação do presente anúncio, o Concurso Público Internacional para apresentação de uma proposta de Projeto de Adequação dos patrimónios do INIDA para Fins Turísticos”.

2. Órgão competente para a decisão de contratar

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), mediante autorização do Conselho dos Ministros nos termos da Resolução nº91/2019 de 17 de julho, publicado no Boletim oficial nº77, I Série, alterada pela Resolução nº 78/2020 de 3 de junho, publicado no Boletim oficial 66, I Série.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), mediante autorização do Conselho dos Ministros nos termos da Resolução nº91/2019 de 17 de julho, publicado no Boletim oficial nº77, I Série, alterada pela Resolução nº 78/2020 de 3 de junho, publicado no Boletim oficial 66, I Série.

4. Objeto do concurso

O presente Procedimento tem por objeto a Apresentação de uma Proposta, de Projeto de Adequação do Património do INIDA para Fins Turísticos, em São Jorge dos Órgãos”, que inclui edifícios, terrenos e espaços recreativos envolventes, a serem reabilitados e readequados conforme especificado no Quadro a seguir:

Quadro 2: Património do INIDA para fins turísticos

Nº	Bens destinados a obras de requalificação	Bens para concessão à exploração turística	Área
1	Prédio misto, ex Unidade Hoteleira “Rancho Relax” – situada em São Jorge, Órgãos	SPA-HOTEL	1.791,67 m2
2	Prédio urbano, denominado de “Residência Unifamiliar” - situada em São Jorge, Órgão	CASA ORLANDO PANTERA - Música e Hospedagem	178,56 m2
3	Prédio misto, denominado “Miradouro”, situada em São Jorge, Órgãos	MIRADOURO	874,98 m2
4	Tanque Novo, áreas de lazer e construções anexas, situada em São Jorge, Órgãos	TANQUE NOVO: Piscina e Lazer	579,31 m2
5	Prédio urbano denominado de “Residência Estudantil” – situada em São Jorge, Órgãos	POUSADA BUGARIA	316,21 m2
6	Prédio misto, em construções inacabadas, denominado “Angola”, situada em São Jorge, Órgãos	COMPLEXO ANGOLA – VILA BANGALÔS	3.041,37 m2
7	Casa Presidente - Prédio urbano, situado em situada em São Jorge, Órgãos	CASA PRESIDENTE -HOSTEL	316,25 m2
8	Trato de terreno, situado em Chã de Vaca, São Lourenço dos Órgãos-Cabo Verde;		6.700,34 m2
9	Seis (06) Prédios urbanos, situados em Chã de Vaca, São Lourenço dos Órgãos-Cabo Verde;	POUSADA CHÃ DE VACA “VILLAGE”	1.704,66 m2
10	Dois (02) complexos habitacionais, situados atrás do Caramanchão - situada em São Jorge, Órgãos	CARAMANCHÃO - Quatros simples	100,0 m2

5. Tipo de Procedimento

Concurso Público em Duas Fases, aberto a candidaturas nacionais e internacionais.

6. Local de execução do contrato

O local de execução do contrato será nas instalações do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), ilha de Santiago – República de Cabo Verde.

7. Prazo de execução do contrato: O contrato tem a vigência de 03 meses.



8. Obtenção dos documentos do concurso

Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos junto da UGA-INIDA, na morada indicada no ponto 3, entre as 8:00 horas e às 15:30 horas, de 2ª a 6ª feira a partir da data do anúncio.

9. Custo dos documentos de concurso

O custo dos documentos é de 30.000\$00 (trinta mil escudos). O pagamento deve ser efetuado, antes da aquisição dos documentos, na sede do INIDA em São Jorge dos Órgãos.

10. Requisitos de admissão

- Podem ser admitidos os interessados com nacionalidade cabo-verdiana ou estrangeira, com sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.
- Só podem ser admitidos os concorrentes que tenham as habilitações profissionais requeridas para a execução do contrato
- Podem ser admitidos agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, nos termos do artigo nº 86 do CCP.

11. Modo de apresentação das propostas técnicas iniciais, das propostas técnicas finais e das propostas financeiras

O presente concurso decorrerá em duas fases, nomeadamente:

Na 1ª Fase serão avaliadas as propostas técnicas iniciais;

Na 2ª fase serão avaliadas as propostas técnicas finais e as propostas financeiras (ver programa do concurso).

12. Língua de apresentação das propostas e de comunicação

- As propostas, bem como os documentos que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa, que será igualmente utilizada para comunicação formal de e para a Entidade Contratante.
- Quando pela sua natureza ou origem, os documentos para qualificação dos candidatos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

13. Data de apresentação das propostas técnicas iniciais (1ª fase)

Os interessados devem entregar as propostas até às 15:30 horas do dia 22 de março de 2021, no endereço indicado no ponto 3 deste anúncio.

14. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias, devendo ser prestada caução de garantia de manutenção das propostas no valor de 100.000\$00 (cem mil escudos).

15. Ato público de abertura das propostas técnicas iniciais

O ato público de abertura das propostas técnicas iniciais terá lugar a 23 de março 2021 pelas 10:00 horas na sala de Reuniões do INIDA em São Jorge dos Órgãos, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

16. Prazo de apresentação de propostas técnicas finais e das propostas financeiras (2ª fase)

Os concorrentes admitidos na primeira fase do concurso devem entregar as propostas técnicas finais e as propostas financeiras no prazo indicado no convite a ser enviado posteriormente pelo INIDA.

17. Critério de pré-seleção (1ª fase):

A pré-seleção será feita com base na proposta técnica inicial, considerando a seguinte pontuação (0 a 100 pts.):

a. *Qualidade Geral da Proposta Técnica* ----- 60 pts

b. *Experiência* ----- 40 pts

c. *Pontuação mínima para passar à 2ª Fase: 70 pts*

18. Critério de adjudicação (2ª fase)

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, sendo que o sistema de ponderação é o seguinte:

a. Proposta técnica final – 60 pts.

Qualidade Geral da Proposta Técnica ----- 30 pts

Sistema de Gestão de Turística ----- 18 pts

Sistema de Gestão e Conservação do Ambiente Paisagístico ---- 12 pts

b. Proposta financeira – 40 pts.**19. Ato público de abertura das propostas técnicas finais e das propostas financeiras**

O ato público da abertura das propostas técnicas finais e das propostas financeiras terá lugar pelas 10:00 horas do dia útil, imediatamente a seguir à data limite fixada para a apresentação das referidas Propostas, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

20. Identificação do autor do anúncio

Unidade de Gestão de Aquisições do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (UGA-INIDA).

21. Lei aplicável ao procedimento: Regime Jurídico dos Contratos Administrativos, Decreto-lei n.º 50/2015 de 23 de setembro, e a Lei n.º 88/VIII/2015- Código da Contratação Pública**22. Data do envio do anúncio: Praia, aos 02 de fevereiro de 2021**



AVIS D'APPEL D'OFFRES INTERNATIONAL

PAYS: République du Cabo Verde

Nom du projet: Projet d'Alimentation en Eau Potable et d'assainissement des Eaux Usées dans l'île de Santo Antão

Intitulé du Marché: Fourniture d'Hydro cureuses

Référence DAO: N° 001/2021/UGP/Janvier 2021

Date de publication: 18 janvier 2021

Cet avis est lancé par et selon les procédures de la Banque Arabe pour le Développement Économique en Afrique (BADEA)

1. Contexte

Le Gouvernement de la République du Cabo Verde a obtenu de la BADEA un prêt dans le cadre de financement du Projet d'Alimentation en Eau Potable et Assainissement des Eaux Usées dans l'Île de Santo Antão, dont une partie de l'enveloppe est destinée pour financer l'acquisition de 2 camions hydro cureurs et fourniture d'un stock d'équipements et d'outils pour l'entretien et l'exploitation des installations d'eau potable et d'assainissement. Il est prévu qu'une partie des sommes accordées au titre de ce prêt sera utilisée pour effectuer les paiements prévus au titre des marchés issus du présent avis d'appel d'offres. Sont admis à concourir tous les soumissionnaires venant de pays répondant aux critères de provenance des soumissionnaires tels que définis dans les dispositions des IS et des CCAP.

2. Identification do Marché

- Type de Marché: Biens
- Objet: Acquisition de 2 camions hydro cureurs, fourniture d'un stock d'équipements et d'outils pour l'entretien et l'exploitation des installations d'eau potable et d'assainissement et formation des utilisateurs
- Numéro: 001/2021/UGP/Janvier 2021 d) Nombre de lots :1
- Groupement de lots N/A

3. Critères d'éligibilité et d'évaluation

- Origine: pas de restriction
- Éligibilité: Voir DAO
- Évaluation: L'offre administrativement conforme et techniquement substantiellement conforme la moins disante sera déclarée attributaire
- Variantes: aucune variante ne sera prise en compte

4. Lieux et délais

- Conditions et lieu de livraison: Île de Santo Antao (Ville de Porto Novo)
- Délai d'exécution du Marché: 90 jours à compter de la date de notification du Marché
- Délai de Validité des offres: 120 jours à compter de la limite pour la réception des offres

5. Définitions:

- Maitre d'offre Agence National de l'Eau et Assainissement (ANAS)
- Maitre d'offre délégué: Direction Générale des Infrastructures– DGI
- Pouvoir adjudicateur: Direction Générale des Infrastructures– DGI
- Autorité contractante: Direction Générale des Infrastructures– DGI
- Bénéficiaire: Services Autonomes de l'Eau at Assainissement de Santo Antão
- Bailleur de Fonds: Banque Arabe pour le Développement Économique en Afrique (BADEA)

6. Dossier d'Appel d'Offres (DAO)

a) Type Appel d'offre ouvert, à prix fermés b) Conditions d'acquisition : Le dossier pourra être acheté auprès de l'adresse ci-après, moyennant paiement d'un montant non remboursable de 55.000 CVE (Cinquante Cinq Mille Escudo), ou de sa contre-valeur dans une monnaie convertible

Adresse: Agence National de l'Eau

et de l'Assainissement, (ANAS),

Tira chapéu, C.P 567 – Praia

Rotunda do Braz – Cabo Verde

Telephone: 00(238) 2614214 e 00 (238)

2616000- Cabo Verde

c) Notifications et communications écrites, par e mail à:

henri.gomes@infraestruturas.cv ;ivandra.vieira@gov.cv

d) Date limite pour demandes d'informations complémentaires: 14 jours avant la date limite de réceptions des offres

e) Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : 15 jours avant la date limite de réceptions des offres

7. Langue, monnaie, réception et ouverture des offres

a) Langue: Français

b) Monnaie: Voir DAO

c) Adresse pour la réception et l'ouverture: 1 original et version de l'offre informatique, à envoyer au:

INFRAESTRUTURAS de Cabo Verde - ICV Immeuble AVENIDA 2º Etage – Varzea

d) Date et heure limite pour la réception des offres: 31.03.2021, à 9 :00 (heure locale)

e) Local de la séance publique d'ouverture:

Salle de réunion des INFRAESTRUTURAS de Cabo Verde -ICV -

Immeuble AVENIDA 2º Etage – Varzea f) Date et heure pour la séance publique d'ouverture 31.03.2021, à 10 :00 (heure locale)

8. Garanties

a) Garantie de soumission: 2% du montant de l'offre.

b) Garantie de bonne exécution: 5% du montant du Marché.

c) Autres: Voir DAO

9. Paiements

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par la BADEA

10. Réunion d'information et/ou visite des lieux N/A.

11. Prestations complémentaires ou additionnels

Le présent Marché ne prévoit pas d'acquisition supplémentaire ou additionnelle

12. Renseignements complémentaires : Voir DAO



Ministério das Finanças

Direcção Geral do Património e de
Contratação Pública

ANÚNCIO

ANÚNCIO SOBRE OS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE POSSE/PROPRIEDADE SOBRE OS PEDIDOS DE INDEMNIZAÇÃO PELA EXPROPRIAÇÃO DOS TERRENOS LOCALIZADOS NAS ZDTI E NO AEROPORTO, NA ILHA DA BOA VISTA

A DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DGPCP), tendo despachado (Despacho N.º 01/PROC. N.º 300.19/DGPCP/2021) nesse sentido, procedeu, nos termos e por força do artigo 7.º da Lei nº 25/VII/2008, de 3 de março, alterada pela Lei nº 45/VII/2009 de 24 de agosto, à notificação dos requerentes, da decisão de reconhecimento ou não de posses e propriedades para efeitos de indemnização, pela expropriação de terrenos nas ZDTI e no aeroporto da Ilha da Boa Vista.

Por esta via, nos termos do artigo 7º - A do supracitado diploma, torna público que se encontram afixados editais, nos serviços públicos da ilha da Boa Vista – Repartição das Finanças e Câmara Municipal – e no edifício da sede do Ministério das Finanças, na Av. Amílcar Cabral, CP nº 102, Plateau, Cidade da Praia, desde o dia 03 de fevereiro de 2021, conforme discriminado na tabela infra, as listas de deferimento, para os efeitos do diploma legal supramencionado.

Nº Proc.	Requerente	Titular	Nº Matriz	RP	NIP	Localização	ZDTI/Aeroporto	Área reconhecida	OBS:
171.2010/300.19/DGPCP/2020	Esmeralda Brito Oliveira	João Ribeiro Lima	1138	N/A	5500534230000	Pé de Banco	Chaves	1 924,48	Posse
			1141	N/A	9500534210000	Pé de Banco	Chaves	750,00	Posse
			1146	N/A	7500534220000	Pé de Banco	Chaves	1800	Posse
Sub-total								4.474,48	
129.2020/300.19/DGPCP/2020	Maria Fernanda Benoliel Chantre	Guiomar Soares Brito	737	N/A	N/A	Baguincho	Chaves	5 500,00	Posse
Sub-total								5.500	

A DGPCP convida a todos os interessados incertos que se considerem com quaisquer direitos sobre alguma das áreas, seja em exclusivo ou em comunhão com o requerente, a apresentarem a sua reclamação.

Mais, se informa de que:

- As reclamações devem ser apresentadas num prazo de 30 dias a contar do dia 03 de fevereiro de 2021;
- As reclamações devem ser dirigidas ao Diretor Geral do Património e de Contratação Pública, por uma das seguintes vias:
 - Na repartição das Finanças da Boa Vista;
 - No edifício das Finanças, por carta registada ou entrega em mãos: Av. Amílcar Cabral, CP nº 102, Plateau, Praia; ou
 - Endereço de correio eletrónico: dgpcp.info@mf.gov.cv
- Cada possuidor/proprietário legítimo ou mandatário com poderes receberá a respetiva notificação, devidamente fundamentada, nos termos da lei.
- O cálculo e comunicação dos valores respetivos à indemnização pelas expropriações e pelos desapossamentos, uma vez reconhecida a posse/propriedade e determinado os beneficiários do direito à indemnização, cabe ao Diretor Geral do Património e de Contratação Pública, que fixará e comunicará o valor em conformidade com a Portaria nº 38/2009 de 19 de outubro.
- O artigo 7º-B nº1, vide Lei nº25/VII/2008 de 3 março, determina o pagamento de acordo com o laudo pericial efetuado nos termos do nº1 do artigo 24º do Decreto-Legislativo nº 3/2007 de 19 julho, entretanto, no preambulo da Portaria supracita, considera-se que “algumas práticas atuais instituídas,

mais favoráveis aos expropriados do que os valores que resultam do referido laudo pericial, pelo que se torna justo que tais valores sejam agora multiplicados por multiplicadores diversos que restabeleçam o sentido de justiça (...)” e que, sendo “conveniente fazer o uso da faculdade prevista no nº 2 do referido artigo 7º-B) e estabelecer escalões diferenciados de áreas para efeitos de indemnização(...)”, justifica-se e fundamenta-se a aplicação da dita Portaria, no cálculo das indemnizações.

- As listas anexas contemplam apenas os terrenos e áreas sobre as quais incidiram o despacho que decidiu pelo de deferimento ou indeferimento, total ou parcial, dos requerimentos para o reconhecimento de posses/propriedades. As razões de deferimento ou indeferimento são comunicadas a cada interessado/requerente.

- Para mais informações e esclarecimentos sobre os processos:

Contato telefónico: 00238 260 74 71; e 516 00 45

Endereço de correio eletrónico: dgpcp.info@mf.gov.cv.

Praia, 03 de fevereiro de 2021
Direcção Geral do Património e de Contratação Pública,
O DIRETOR-GERAL
// Dr. João De Piná Fortes Tomar //
www.governo.cv | gove.mofecaboverde | CaboVerde_Gov



**Ministério
das Finanças**

Unidade de Gestão
de Projetos Especiais

REPUBLIC OF CABO VERDE
UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS - UGPE

REQUEST FOR EXPRESSIONS OF INTEREST
(CONSULTING SERVICES – INDIVIDUAL SELECTION)

COUNTRY: CABO VERDE
PROJECT: EDUCATION AND SKILLS DEVELOPMENT ENHANCEMENT PROJECT
PROJECT ID N°: P164294

Notice Number: EOI - 023/UGPE/PESDE

Date: February 3, 2021

Assignment Title: Recruitment of International Consulting for the Elaboration of the “Strategic Plan for the Development of Professional Training”

- The Government of Cabo Verde has received from the International Development Association – IDA / World Bank (hereafter named “World Bank”), the Credit ref. 63310 to fund the Education and Skills Development Enhancement Project aiming to assist the Ministry of Education in the programming, monitoring and evaluation tool for sector indicators, establishing targets, resources and accountability mechanisms for the development of professional training capable of responding to the current and future needs of the Cabo Verdean society, and intends to apply part of the amount of said credit for: **Recruitment of International Consulting for the Elaboration of the “Strategic Plan for the Development of Professional Training”**.
- The Consulting Services (“the Services”) is to produce a Strategic Plan for the Development of Professional Training (Education Sector). The objective of the strategic plan aims to make a current diagnosis of the organizational system of professional training and employment, its operation, its strong sides and deficiencies; analyze the training capacity installed in the country and the professional training policies, also consolidate proposed scenarios for the reorganization, improvement and creation of new aspects related to the Professional Training (PT) system.

This assignment is expected to last approximately 120 days.
- The detailed Terms of Reference (ToR) for the assignment shall be requested by email address given below, from 8 a.m. until 4 p.m. (local time), during the working day.
- The UGPE now invites eligible consultant firms (“Consultants”) to indicate their interest in providing the services. Interested consultants must provide information demonstrating that they have the required qualifications and relevant experience to perform the services. **(Relevant material must not exceed 30 pages overall)**.
- The selection criteria are:
 - General proven Experience in performing similar work, object of the current consultancy;
 - Specific Experience in the area of strategic planning and public policies in professional training and employment, monitoring and evaluation;
 - Technical and managerial capability of the firm;
- Key Experts will not be evaluated at the shortlisting stage.
- The attention of interested Consultants is drawn to Section III, paragraphs, 3.14, 3.16, and 3.17 of the World Bank’s “Procurement Regulations for IPF

Borrowers”, dated July 2016 and revised in November 2017 and August 2018 (“Procurement Regulations”), setting forth the World Bank’s policy on conflict of interest, can be found at website www.worldbank.org

- Consultants may associate with other firms to enhance their qualifications, but should indicate clearly whether the association is in the form of a joint venture and/or a sub-consultancy. In the case of a joint venture, all the partners in the joint venture shall be jointly and severally liable for the entire contract, if selected.
- A consultant will be selected in accordance with the Consultant Qualification Selection (CQS) Method set out in the World Bank’s “Procurement Regulations for IPF Borrowers”, dated July 2016 and revised in November 2017 and August 2018.
- Interested Consultants may obtain further information at the emails address below from 8 a.m. until 4 p.m. (local time), during the working days.

Email: sandra.lima@mf.gov.cv MClarisse.Silva@mf.gov.cv
C/c: madelene.david@mf.gov.cv
- Expressions of interest must be delivered by e-mail, in Portuguese, and indicating the title of the assignment and the name of the project, by February 16, 2021.

Unidade de Gestão de Projetos Especiais
Attn: Nuno Gomes – UGPE Coordinator
Av. China, Edifício Tribunal Constitucional, 3º Andar Chã d’Areia - Cidade da Praia, Ilha de Santiago C.P.Nº 145 - Republica de Cabo Verde
Email: Nuno.Gomes@mf.gov.cv



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

ANÚNCIO

1ª Publicação.
Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n. 96/2020.

Requerente: Salomão Carlos Gomes Varela.

Requerida: Maria de Lourdes Da Veigas.

0000000000000

A Dr.ª Zaida Gisela Fonseca Lima Luz, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, correm éditos de 30 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando o requerido, para no prazo de 10 dias, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (Divórcio Decretado pelo Tribunal de Roterdão), pelos factos e fundamentos constantes na P.I, depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais se notifica a requerida de que é obrigatória a constituição de Advoga-

do nesta ação, que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de 12.000\$00, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (24.000\$00), nos termos das conjugações dos artigos 50, 55º, al. b), 61º, al d) e 66.º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (36.000\$00), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do C.C.J., e que, querendo, poderá requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que serão legalmente publicados.

Cidade de Assomada, 11 de Janeiro de 2021.

A Juiz Desembargadora,
[Assinatura]
/Dr.ª Zaida Lima Fonseca Lima Luz /
O Oficial de Justiça,
[Assinatura]
/Tereza Brito /



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =
REG. Nº 13 /JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o no 227/2020, movido pelo autor ORLANDO BRITO FONTES, maior de idade, solteiro, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina do Fogo, residente e emigrante nos EUA, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. UBALDO LOPES, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a). Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilatação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBAS - **a)** um prédio urbano coberto de telhas de barro, com 06 compartimentos e uma cisterna, sito em Monte Largo da freguesia da N.S. da Conceição, Concelho de São Filipe, matriz predial urbana nº539/0 confrontando norte, sul, este e oeste com baldios, com uma área de 144m² e valor matricial de 589.000\$00; **b)** prédio urbano com uma cisterna, sito em Monte Largo, inscrito na matriz da Freguesia de N. Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, sob o nº402/0, com a área indefinida, confrontando a norte, sul, este e oeste com Montado Nacional, com o valor matricial de 62.500\$00; **c)** um prédio rustico sito em Monte Largo, inscrito agora na matriz rustica da freguesia de N. Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, sob nº231870, confrontado a norte com caminho, sul com Maria Conceição Fernandes, este e oeste com Martina Alves com uma área de 192m², valor matricial de 663.750\$00; **d)** prédio rustico sito em Monte Largo, inscrito na matriz sob o nº4722/0, nesta freguesia, Concelho de S. Filipe, com área de 1161m², confrontando a norte com Henrique R Pires, sul, este, e oeste com Montado Nacional, sem valor matricial; **e)** prédio rustico sito em Monte Largo, inscrito na matriz predial rustica da freguesia de N. Senhora da Conceição, Concelho de S. Filipe, sob nº4714/0, com área de 6400m², confrontando norte com Martina Alves, sul com caminho este com ribeira e Oeste com regato, sem valor matricial; **f)** prédio rustico sito em Monte Largo, inscrito na matriz predial rustica desta freguesia, Concelho de São Filipe, sob nº4530/0, com uma área de 2.323m², confrontando norte, sul, este e oeste (indefinido), sem valor matricial expressa;

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuar-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de Janeiro de 2021.


José Pires
Ajuizante Escrivão

S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



Ministério da Justiça e
Trabalho

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial do Boa Vista



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

João Alessandro Santos Marques Barbosa Amado, Notário P/Substituição no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de primeira publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia dezanove de Janeiro de dois mil e vinte um, a folhas cinquenta e cinco do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta seis foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito **José da Luz Monteiro**,

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia vinte e oito do mês de Setembro de mil novecentos e três, faleceu **José da Luz Monteiro**, no estado de casado com Vicência Maria Monteiro, foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho de Boa Vista, com última residência habitual em Estância de Baixo, Boa Vista

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo deixado os seguintes herdeiros:

Bisnetos filho de Rosa Maria Jesus Monteiro Pinto:

a) Marinho Monteiro Pinto, casado com Paula Almeida Ramos, residente Ilha do Sal;
b) Edília Monteiro Pinto, viúva, residente em França;
c) Alexandre Monteiro Pinto, casado com Augusta Lima Almeida, residente na localidade de Estância de Baixo.

d) Mercedes Monteiro Pinto, casada com Miguel Ramos da Rocha, residente em Itália.

Bisnetos filho de Quirino Eugénio Monteiro:

a) Antónia Neves Monteiro, solteira, residente em Portugal;
b) Filipa Neves Monteiro, solteira, residente em Portugal;
c) Celina Eugénia Monteiro, solteira, residente em Holanda.
d) Geraldo Arcanjo Monteiro, casado com Maria de Fátima de Lima Monteiro, residente em França;
e) Júlia Neves Monteiro, divorciada, residente em França;
f) Maria Isaltção Cruz Monteiro, casada com Boaventura dos Reis Pinheiro, residente em Portugal.

Bisnetos filho de Sabina Maria Jesus Monteiro Rocha:

a) Maria do Carmo Rocha, casada, residente em Estância de Baixo.

Trisneto filho de António Monteiro da Rocha:

i.- Carlita Neves Rocha, solteira, residente em França;
ii.- Alcídio Neves da Rocha, solteiro residente na Ilha do Sal;
iii.- Nelson Jorge Neves da Rocha, casado com Maria Mendes Correia, residente em França;
iv.- Delzito Elizeu Neves da Rocha, solteiro, residente em França;
v - Sandro Amado Neves Rocha, casado com Cleidiana Lopes Santos Rocha, residente em França;

vi.- Milva Neves Rocha, solteira, residente em Estância de Baixo;

vii.- Jacira Neves Rocha, solteira, residente em França;

viii.- Alécio Neves Rocha, solteiro, residente em Estância de Baixo;

xix.- Rosângela Patrícia Neves da Rocha, solteira, residente na Ilha do Sal

Trisneto filho de Deolinda da Rocha Monteiro:

a) Maria de Lourdes Ramos Rocha, casada com Silvério Neves Brito, residente em França;
b) João de Salvador Ramos Rocha, casado com Zulmira Neves Morais Almeida, residente na localidade de Estância de Baixo;
c) Manuel de Conceição Ramos Rocha, solteiro, residente em França;
d) Daniela Ramos Rocha, solteira, residente em França;
e) António Ramos Rocha, solteiro, residente em França;
f) Carlos Alberto Ramos Rocha, solteiro, residente em Estância de Baixo;
g) Nélida Monteiro Rocha, solteira, residente em França;
h) Luís Daniel Monteiro Rocha, solteiro residente em França;
i) Ilanizia Monteiro Rocha, solteira, residente em França.

Bisnetos filho de Manuel Eugénio Monteiro:

a) Joana Ramos Monteiro, solteira, residente em Itália.
b) Vitorino Eugénio Monteiro, casado com Camila Ramos Pinto, residente em Estância de Baixo.

Trisneto filho de Oceano Ramos Monteiro:

a) Eloisa Almeida Monteiro, solteira, residente em Portugal;
b).- Erica Almeida Monteiro, solteira, residente em França.

Trisneto filho de Maria Piedade Ramos Monteiro:

I.- Luís Manuel Ramos Monteiro Almeida, solteiro, residente em França;
ii.- Roberto Carlos Ramos Almeida, solteiro, residente em Itália;
iii.- Nauzica Ramos Almeida, solteira, residente em França;
iv.- Otília Ramos Almeida, solteira, residente em Estância de Baixo.
v- Eliseu Monteiro Almeida, solteiro, residente na cidade de Sal-Rei.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado José da Luz Monteiro.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto-lei nº 9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos dezanove dia do mês de Janeiro de 2021.

Art.º 20º,4.2:-----1.000\$00.

Selo;-----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).



SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
EOI – 01/UGPE/HISWA/2021

PAIS: CABO VERDE
PROJECTO HARMONIZAR E MELHORAR AS ESTATÍSTICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL
Project ID No. P169265

Data: 28 de Janeiro 2021

RECRUTAMENTO DE UM (A) GESTOR (A) PARA O PROJECTO HARMONIZAR E MELHORAR AS ESTATÍSTICAS NA ÁFRICA OCIDENTAL

1. A República de Cabo Verde solicitou ao Banco Mundial um empréstimo de US \$ 15 milhões para financiar o projeto para Harmonizar e Melhorar as Estatísticas na África Ocidental. O projeto terá como objetivo reforçar o sistema estatístico dos países participantes e dos organismos regionais em África para produzir, divulgar e melhorar a utilização das principais estatísticas económicas e sociais.

2. O Governo pretende aplicar parte dos recursos para recrutamento de um(a) Gestor(a) para assegurar a gestão do projeto Harmonizar e Melhorar as Estatísticas na África Ocidental, a tempo integral. O projeto será implementado através da célula de execução de projetos, a Unidade de Gestão de Projectos Especiais (UGPE) do Ministério das Finanças (MF), em estreita colaboração com as diversas entidades beneficiárias que compõem o sector. O cargo tem uma duração prevista de um ano podendo ser prorrogado mediante avaliação anual de desempenho satisfatório e acordo entre as partes até a conclusão total do projeto.

3. Informações detalhada é fornecida nos Termos de referência que pode ser solicitado através dos endereços de correios eletrónicos abaixo indicado, ou consultado no endereço do escritório durante o horário normalmente de funcionamento, ou ainda através do website: www.compraspublicas.cv

4. A UGPE convida os interessados elegíveis e qualificados a apresentarem a sua candidatura para o cargo de gestor(a) de projeto, fornecendo dados e informações que confirmem a sua experiência e capacidade técnica necessária para desempenhar o referido cargo.

5. Os critérios de seleção são os seguintes:

- Ter uma licenciatura em Gestão, Estatística, Economia, Comércio Internacional, Matemática Aplicada ou áreas afins, o mestrado será uma mais valia;
- Ter pelo menos cinco anos de experiência profissional comprovada na área da estatística;
- Ter pelo menos cinco anos de experiência no desenho e implementação de sistema de monitoramento e avaliação de projetos de investimento com financiamento externo, de complexidade semelhante;
- Ter pelo menos três anos de experiência comprovada em gestão e/ou como técnico(a) em projetos de investimento com financiamento externo (boas capacidades técnicas e/ou de gestão);
- Excelente capacidade de análise, sistematização, organização de informação estatística;
- Conhecimentos sobre o Sistema Estatístico Nacional (SEN);
- Ter formação, comprovada, em liderança;
- Capacidade organizativa, de diálogo e de dinamização;
- Ter conhecimentos de informática na ótica de utilizador;
- Domínio da língua portuguesa;
- Utilizador intermédio da língua inglesa e/ou francesa;
- Disponibilidade imediata (máximo de 1 mês).

6. Os concorrentes devem ter em atenção os parágrafos: 3.14, 3.16 3.17, 3.21 e 3.23 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projectos de Investimento, Julho 2016 e revisto em Novembro de 2017, e Agosto 2018, publicado no site do Banco Mundial, www.worldbank.org que estabelece a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses e elegibilidade.

7. O candidato será selecionado em conformidade com os procedimentos especificados nas diretrizes do Banco Mundial Regulamento de Aquisições para mutuários de opera-

ções de financiamento de Projectos de Investimento, Julho 2016 e revisto em Novembro de 2017 e Agosto 2018 e de acordo com a modalidade de seleção individual (IC).

8. Os interessados poderão obter informações adicionais e esclarecimentos sobre o concurso somente por escrito através dos endereços de correio eletrónico abaixo indicados (copiar para todos os endereços indicados), durante o horário normal de trabalho, das 08:00 às 16:00 horas.

Correio Eletrónico: Irenalina.b.vicente@mf.gov.cv; Madelene.David@mf.gov.cv
C/C: Nuno.Gomes@mf.gov.cv

9. A manifestação de interesse deve ser apresentada na língua portuguesa.

10. Os interessados devem submeter **obrigatoriamente** os seguintes documentos: uma carta de manifestação de interesse assinada, Curriculum Vitae atualizado com a descrição de atribuições semelhantes, experiência e referências de contactos em funções semelhantes são necessárias. Documentos e informação comprovativos da titularidade dos requisitos/critérios exigidos para cargo.

11. O prazo para entrega das manifestações de Interesse, é até o dia 12 de fevereiro de 2021, as 15:00 (horas de Cabo Verde).

12. As manifestações de interesse podem ser entregues pelo (i) correio eletrónico abaixo indicado ou no (ii) envelope fechado e identificado no endereço abaixo indicado:

Unidade de Gestão de Projecto Especiais (UGPE)
Ministério das Finanças
Avenida China, Prédio Tribunal Constitucional, 3º andar, Chã de Areia,
Cidade da Praia
Santiago – Cabo Verde

Correio Eletrónico: Irenalina.b.vicente@mf.gov.cv; Madelene.David@mf.gov.cv
C/C: Nuno.Gomes@mf.gov.cv



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **cinquenta e sete a cinquenta e oito**, foi lavrada uma escritura pública de Habilitação Notarial, por óbito de **Domingos Lopes Gomes**, falecido no dia oito de Maio de dois mil e vinte, em Gil bispo, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Itália Semedo Cardoso, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento nem quaisquer disposições de última vontade, e

deixou como únicos herdeiros legítimos, os seus filhos; **a) - Maria Adelaide Cardoso Gomes Tavares**, viúva, residente em Gil Bispo; **b) - Maria Zenaida Cardoso Gomes**, residente em Portugal; **c) - José Nelson Cardoso Gomes**, residente em França; **d) - José Domingos Cardoso Gomes**, resi-

dente em França; **e) - Maria da Luz Cardoso Gomes**, residente em França; **f) - Onildo Cardoso Gomes**, residente em França. Estes solteiros, maiores e todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do falecido.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e sete dias do mês de Janeiro do ano dois mil e vinte.

A Notária:
 Jandira dos Santos Cardoso Vieira
 Notária
 Santa Catarina

Emol:1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta no 269/2021

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499/ Voip Notaria 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária jandira.vieira@mi.gov.cv

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de Agosto, que de fls. 13 a fls 14 do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dezanove de Janeiro de dois mil e vinte e um, na qual **PEDRO LIMA MONTEIRO E DEOLINDA BARBOSA MONTEIRO**, casados no regime de comunhão de adquiridos, aquele com NIF153344148, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, esta com NIF163412952, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, ambos residentes nos Estados Unidos da América, se declaram com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores de um prédio urbano construído em blocos e pilares de betão, coberto de cimento armado, composto por um corredor, dois quartos de dormir, uma casa de banho, uma cozinha, uma sala jantar, rebocado, com pavimento revestido a mosaico e uma escada que dá acesso ao terraço, no sítio de Igreja, confrontando a norte e este com Sidónio Fontes Lima Monteiro, sul com via publica e oeste com Félix de Andrade, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 3881/0, com o valor matricial de um milhão e oitocentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que os seus representados adquiriram o referido prédio por o terem construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno adquirido por herança do justificante varão ao pai Manuel Lima Monteiro, anterior possuidor há mais de cinquenta anos.

Que estão na posse e fruição do imóvel desde a referida construção e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, continua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e dois de Janeiro de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º43/10)
Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00
Soma:1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154

O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 11.01.2021, de folhas 74 a 75 do livro de notas para escritura diversa número 249, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Margarida Dias Fernandes**, nos termos seguintes:

Que no dia cinco do mês de outubro de dois mil e vinte, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu Margarida Dias Fernandes, aos noventa e um anos de idade, no estado civil de viúva de Abílio Pereira da Veiga, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho de João Dias Fernandes e de Maria dos Santos Pereira, e que teve a, sua última residência em Vila Nova,-Cidade da Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos:

1. **Maria Rosa da Veiga Barbosa**, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, casada com Raúl Jorge Vera Cruz Barbosa, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Palmarejo, Praia;
2. **Francisco Pereira da Veiga**, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, casado com Margarete da Conceição Chantre Lima, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Palmarejo, Praia;
3. **Maria Madalena Fernandes da Veiga Djaló**, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, casada com Mamadú Serifo Djaló, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça;
4. **Idalina Pereira da Veiga**, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, casada com Juvenal de Deus Monteiro, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Achadinha, Cidade da Praia;
5. **José Maria Fernandes da Veiga**, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, casado com Ernestina Almeida Varela, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Palmarejo, Praia;
6. **Teresa Fernandes Pereira da Veiga Tavares**, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, casada com Francisco Nunes Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Terra Branca, Praia;
7. **José Manuel Fernandes da Veiga**, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, casado com Elsa Maria Tavares Monteiro, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Palmarejo, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefira ou com ela possa concorrer a sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 18 de janeiro de 2021.

CONTA:202102857/2021
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária
Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112



= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - Acção Especial (Divórcio Litigioso) n.º 165/2020-21.

Autor - Orlando Clara Ramos.

Ré - Filomena Maria Gomes, casada, natural de São Nicolau, residente em parte incerta de Portugal, com a última residência conhecida em Chã de Alecrim.

-0-

FAZ SABER que, no processo e Juízo acima indicados, é por este meio citado a Ré acima identificada, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr de finda a dilação mínima de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar a acção acima referida, cujo o pedido consiste em ser decretado o divórcio entre o Autor e a Ré, com a advertência de que a falta de contestação não importa a confissão articuladas pelo autor e que com a contestação se a apresentar, deverá oferecer logo o rol de testemunhas e requerer outros meios de prova.

FAZ AINDA SABER, de que é obrigatória a constituição de advogado, que deverá no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da contestação, efectuar o pagamento do preparo inicial no valor de 10.000\$00 e, não o fazendo, é notificado para pagar a que faltou acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva; e de que goza da faculdade de requerer o benefício da assistência judiciária.

Mindelo, 18 de Janeiro de 2021
O Juiz de Direito,
/Márcio Monteiro Lopes
Ajudante de Escrivão
/Márcio Monteiro Lopes



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

1º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



= EXTRACTO =

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante a Notária por acumulação Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número C/69, a folhas 52va 53, a habilitação de herdeiros, por óbito de **ARLINDO SANTOS GOMES**, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteiro. Falecido no dia vinte e um de outubro de dois mil e dezoito, no Banco de Urgência do Hospital Doutor Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual, em Chã de Alecrim. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foram declarados, como herdeiros legitimários, os seus filhos: **a) – Imerson Jorge dos Reis Gomes**, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, residente em Espargos, ilha do Sal; **b) Edson Carlos Gomes Santos**, solteiro, maior, residente em Ribeira Grande, ilha de Santo Antão; **c) Odair**

Fernandes Monteiro Gomes, residente nesta cidade do Mindelo, ilha de São Vicente; **d) Jocilene do Rosário Gomes**, residente nesta cidade do Mindelo, ilha de São Vicente; **e) Ilsa Ailine do Rosário Gomes**, residente em Lisboa – Portugal; Todos a data do óbito solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e vinte.

Notaria por acumulação,
/Tirza Francisca Pires Fernandes

CONTA:
Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº 254299 Conta 20210268

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes - Alto São Nicolau, Mindelo – SV- Cabo Verde
(Telefone Notária em Acumulação - 232 63 77 / Telefone Secretária – 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@rni.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

1º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



= EXTRACTO =

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014 de 20 de Agosto B.O.nº50-1ª Série, que no dia trinta e um do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, ilha de São Vicente, perante a Notária por acumulação, Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número E/69, a folhas 86 á 86 vº, a Habilitação de Herdeiros, por óbito **MÁRIO DO ROSÁRIO CRUZ**, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho e ilha da Ribeira Brava - ilha de São Nicolau, Cabo Verde, com última residência em Fonte Inês, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, no estado de casado com Maria do Rosário Conceição sob o regime de bens de comunhão de adquiridos. Falecido no dia dezanove de janeiro de dois mil e vinte, no Hospital Dr. Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Na referida escritura foi declarado como Herdeiros legitimários os seus filhos: **a)– Georgina Maria da Cruz**, à data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, residente em Fonte Inês, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente; **b) – José Carlos Conceição**, à data do óbito solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, re-

sidente em Pedra Rolada, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente; **c) – Augusta Benilda Conceição Cruz**, à data do óbito solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, residente em São Nicolau; **d) – Emanuel Mário Conceição Cruz**, à data do óbito solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, residente em Porto Novo, ilha de Santo Antão.

Mas se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do Artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, aos sete de janeiro de dois mil e vinte e um.

Notaria por acumulação,
/Tirza Francisca Pires Fernandes

Conta:
Artº. 20º.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo 200\$00
Total 1200\$00
(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 252663 /2020
Conta Reg. Sob o nº. 20210168 /2020



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

1º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



= EXTRACTO =

CERTIFICO, para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014 de 20 de Agosto B.O.nº50-I Série, que no dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, ilha de São, Vicente, perante a Notária por acumulação, Dr.ª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número C/69 a folhas 44 vº á 45, a Habilitação de Herdeiros, por óbito de **JOSÉ ANTONIO DA CRUZ**, natural na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, no estado de casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos, falecido no dia dezanove de março de dois mil e vinte, no Hospital Agostinho Neto, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, na cidade da Praia, ilha de Santiago, com a sua residência habitual em Chã de Alecrim, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foi declarado como Herdeiros legitimários o seu filho: **a) Maria da Luz Neves da Cruz**, residente na Praia, ilha de Santiago; **b) - Berta Neves da Cruz**, residente em Paris, França, estas á data do óbito solteiras, maiores; **c) António José Neves da Cruz**, à data do óbito casado com Maria Helena Santos da Cruz sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Chã de Alecrim, cidade do Mindelo; **d) Vera Lúcia Neves da Cruz Monteiro**,

à data do óbito casada com Daniel Ângelo Santos Monteiro sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Monte Sossego, cidade do Mindelo; **e) Ana Maria Neves da Cruz Correia**, à data do óbito casada com Gastão Lopes Correia sob o regime de comunhão geral de bens, residente na Praia, ilha de Santiago; Todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. -Mas se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do Artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo aos dois do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um.

Notaria por acumulação,
/Tirza Francisca Pires Fernandes

Conta:
Artº, 20º.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total 1200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº 236340/2021
Conta Reg. Sob o nº. 202103586/2021

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes Alto São Nicolau, Mindelo-SV-Cabo Verde (Telefone Notária em Acumulação -232 63 77/Telefone Secretária - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@mi.gov.cv) www.governo.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial do Boa Vista



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de primeira publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia vinte de Novembro de dois mil e vinte, a folhas oitenta três do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta cinco foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Victor Jorge Santos Oliveira**, que, têm perfeito conhecimento de que no dia vinte e nove de Agosto do ano dois mil e vinte, faleceu na sua residência na freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista **Victor Jorge Santos Oliveira**, no estado de solteiro, foi natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em Sal Rei.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, não deixou descendentes e só deixou como únicos herdeiros os seus ascendentes:

a) Alcides Ramos Oliveira, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Sal Rei;

b) Felicidade Beatriz Santos, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, habitualmente residente em Sal Rei;

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado **Victor Jorge Santos Oliveira**.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto - lei nº9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Está Conforme - Cartório Notarial da Boa Vista, aos vinte três do mês de Novembro de 2020.

A NOTÁRIA
Isabel Maria Gomes da Veiga
/ Isabel Maria Gomes da Veiga /

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **cinquenta e quatro a cinquenta e seis verso**, foi lavrada uma escritura pública de Justificação Notarial, em que **Herculano José Sanches Pereira**, contribuinte fiscal número um um um oito sete nove três zero dois; e cônjuge, **Maria Borges Pereira**, contribuinte fiscal número um zero cinco um um sete oito quatro seis, casados sob o regime de comunhão de adquiridos, naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, residentes em Pedra Barro, declaram ser donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem, do prédio urbano, rés-do-chão construído de pedras e blocos, coberto de betão armado, situado em Cutelo Torre, freguesia e concelho de Santa Catarina sendo a cave- composto por dois quartos, um hall de entrada, uma casa de banho e uma caixa de escada; e o rés-do-chão composto por uma sala, um quintal e uma cozinha, com a área de cinquenta metros quadrados, confrontando do norte com Ribeira, Sul com Via Pública, Este com moradia existente e Oeste com beco estreito entre moradia, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número 56660/0, com **valor matricial de novecentos mil escudos**, omissos nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia.

Que o dito prédio foi adquirido por compra do terreno, onde fizeram a construção do prédio urbano, objecto de justificação, feita nos herdeiros de Manuel Magalhães Ribeiro, pelo preço de seis mil escudos, no ano de mil novecentos e noventa e cinco, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com o conhecimento de toda a gente, desde o ano de mil novecentos e noventa e cinco, portanto, há mais de vinte anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de inscrição no registo predial.

Declaram ainda, que apesar do terreno ter sido adquirido pelo outorgante varão, por intermédio da sua irmã, Maria José Cabral Pereira, ainda no estado de solteiro, tendo eles contraído o casamento no ano de dois mil e sete, sob o regime de comunhão de adquiridos, **o imóvel objeto de justificação é bem comum dos justificantes**, porque na altura da construção já viviam em união de facto e o imóvel objecto de justificação foi construído com recursos e esforços dos dois.

Mas se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e um.

Emol: 1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 265 /202



A Notária:
Jandira dos Santos Cardoso Vieira
Santa Catarina

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, res-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notaria: 333 6932: Secretaria: 6933 / e-mail da Notaria jandira.vieira@rni.gov.cv

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 21.01.2021, de folhas 57 a 58 do livro de notas para escritura diversa número 250, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Ernesto Gomes e Maria Sanches Lopes Gomes**, nos termos seguintes:

Primeira Habilitação

Que no dia **vinte e cinco do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete**, em Roterdão, Holanda, faleceu **Ernesto Gomes**, aos oitenta e três anos de idade, no estado civil de casado com Maria Sanches Lopes, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, e que teve a sua última residência habitual em Roterdão, Holanda.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legítimos seus filhos, a saber:

- Manuel Octávio Sanches de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Holanda.
- Adelina Gomes Sanches**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Holanda;
- Maria Sanches de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Holanda;
- António Sanches Gomes de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Holanda;
- Samuel de Jesus Sanches Gomes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Holanda;
- José Sanches de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Holanda;

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Segunda habilitação

Que no dia **vinte e três do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove**, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Maria Sanches Lopes Gomes**, aos oitenta e três anos de idade, no estado civil de viúva, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, e que teve a sua última residência habitual em Achada Santo António, Praia;

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legítimos seus filhos, todos identificados acima como herdeiros na Primeira habilitação;

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe prefiram ou com ela possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DLn.º 9/2010, de 29 de março,

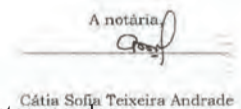
Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 22 de Janeiro de 2021.

CONTA:03219/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos



A notária:
Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic. Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO
Porto Inglês - Telf: 5162311- Fax 2551162
Tribunal.Maio@gmail.com

ANÚNCIO N.º 16/20-21

A DOUTORA **KEILA MONTEIRO SEMEDO**, JUIZ DE DIREITO, COLOCADO NO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO MAIO

FAZ SABER, que nos autos de **Ação Tutelar Cível Comum para Instituição de Tutela**, registados sob o n.º 4/20-21, pendente neste Tribunal Judicial, em que e requerente o Ministério Público nesta Comarca e requerido **Adriano da Cruz Fortes**, residente em parte incerta de São Tomé e Príncipe, fica aquele requerido, **CITADO**, para, no prazo de **DEZ DIAS**, que se contara depois de finda a dilação fixada em **TRINTA DIAS**, contado- da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestar, querendo, os autos ora mencionados, cujo pedido consiste em decretar a Tutela do menor **Lubel Tavares Fortes** a favor da Sra. Ana Rita Monteiro, representada pela sua irmã **Lucy Inês Monteiro Mendes**, sem a constituição de família

nos termos dos artigos 1909º e nº 2 de 1910º, ambos do Código Civil.

Advertindo-se-lhe de que não é obrigatória a constituição de advogado e com a contestação devida oferecer logo o rol de testemunhas ou quaisquer outros meios de prova.

Para constar se passou este anúncio que será entregue aos Autores, para efeito de 1ª e 2ª publicação, nos termos do disposto no artigo 229º al, b) do CPC

Cidade do Porto Inglês, ao 19 de Janeiro de 2021.



A Juíza de Direito,
Keila Monteiro Semedo
O Secretário Judicial
Albano Barros



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

FATIMA ANDRADE MONTEIRO, Notária em exercício no cartório Notarial da Região da Primeira Classe do Sal, **CERTIFICA**, para efeitos da **primeira** publicação que foi lavrada neste Cartório que no dia oito de Dezembro do ano de dois mil e vinte, a folhas 42/43 do livro de notas para escrituras diversas número 231, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual se declara que no dia quatro do mês de Junho do ano de dois mil e vinte na freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, faleceu, **VICENTE LOPES DIONISIO**, no estado de casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Matilde Hilaria Penha Dionísio, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas - Concelho do Paul, Ilha de Santo Antão, com último domicílio em Hortelã de Cima - Cidade dos Espargos, Ilha do Sal, tendo - lhe sucedido como herdeiros:

OS FILHOS:

NÉLIA DA PENHA DIONISIO, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **SAMIR DA PENHA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **ENNIE DA PENHA DIONISIO**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **SENNY DA PENHA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **LEIDA DA PENHA DIONISIO**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **VLADMIRO DA PENHA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **CATELENE DA PENHA DIONISIO PINTEIRO**, casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Victor Carlos Brito Pinheiro, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **HEVALDIR DA PENHA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **NERLENE DA PENHA DIONISIO**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **HELDAR DA PENHA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **DJENY - YVONE DA PENHA DIONISIO**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **JORGE PENHA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - Ilha de São Vicente, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal; **NELSON QUINTINO LIMA DIONISIO**, solteiro, maior, natural da freguesia de São João Baptista

- Concelho do Porto Novo, Ilha de Santo Antão, residente na Ilha de Santo

Antão, **CELÉCIA RODRIGUES DIONISIO**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo - Ilha de Santo Antão, residente em Itália; **MARIA FILOMENA LOPES DIONISIO**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas - Concelho do Paul, Ilha de Santo Antão, residente na Cidade dos Espargos - Ilha de Sal.

E que não existem outras pessoas que, segunda a lei, possam concorrer com os indicados herdeiros, nesta sucessão, e na herança existe bens imóveis.

Cartório Notarial do Sal, aos vinte e um dias do mês de Janeiro de 2021.

Art.º 20º,4.2: -----1. 000\$00.

Selo; -----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).

Conta nº 07/21.



Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal Achada Santo António, Praia, Cabo Verde

Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 27.01.2021, de folhas 95 a 96 do livro de notas para escrituras diverso número 250, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic. em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **João Vaz**, nos termos seguintes:

Que no dia **doze do mês de agosto de dois mil e vinte**, na sua residência, em Achada Eugénio Lima, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **João Vaz**, aos setenta e um anos de idade, no estado civil de casado com Margarida Rocha Monteiro, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de São João Baptista, concelho da Ribeira Grande de Santiago, filho de Mariana Vaz, e que teve a sua última residência habitual em Achada Eugénio, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, ten-

do-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos:

Maria de Lurdes Rocha Vaz Varela, maior, casada com Domingos Robalo Varela, residente em Loura, São Domingos; **Maria de Fátima Rocha Vaz da Costa Pereira**, maior, casada com Domingos da Costa Pereira no regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **Ana Rocha Vaz**, solteira, maior, residente em Portugal, as duas primeiras naturais da freguesia de São João Baptista, concelho da Ribeira Grande de Santiago, e a última da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia.

O Oficial Ajudante,

João Bernardo Mendes Correia
João Bernardo Mendes Correia

CONTA: 272832/

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic. Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de Segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei no 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia quinze de Janeiro de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas nº 71, de folhas 81 a 82 a Justificação Notarial em que é justificante **Orlando Monteiro de Freitas**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Longueira - ilha de Santo Antão, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um prédio de regadio, desanexado do prédio no 12914, medindo 883 m2 (oitocentos e oitenta e três metros quadrados), situado em Garecha - Longueira - Ribeira da Torre, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o nº 1301770, confrontando do Norte, com Linha de Água; Sul com Herdeiros de Francisco Alexandre e Sr. Rafael; Este, com Estrada e do Oeste com Rosa Antónia Monteiro;

O justificante alega na referida escritura que o prédio de regadio, lhe veio a posse por compra feita na senhor, Rosa Antónia Monteiro, por documento particular, e que após a compra, fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 25 dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e um.

2 -Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 105/21

